

Diário do Legislativo de 01/03/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

2 - ATAS

2.1 - 9ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.2 - Reunião de Comissões

3 - ORDEM DO DIA

3.1 - Mesa da Assembléia

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

6 - MANIFESTAÇÕES

7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 1/2007

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG – comunica aos candidatos que tenham adquirido ou feito "download" do Manual de Redação Parlamentar, formato A4, versão para concurso, até o dia 25/2/2008, que foi publicada errata na página da ALMG na internet - www.almg.gov.br. Comunica, ainda, que a versão corrigida da publicação também está disponível para "download".

ATAS

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/2/2008

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 168 a 170/2008 (encaminhando os Projetos de Lei nºs 2.096 a 2.098/2008, respectivamente), do Governador do Estado - Ofícios e cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.099 a 2.109/2008 - Requerimentos nºs 1.888 a 1.899/2008 - Requerimento da Deputada Gláucia Brandão - Proposições Não Recebidas: Requerimento da Comissão de Segurança Pública - Comunicações: Comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Educação e de Assuntos Municipais e dos Deputados Elmiro Nascimento e Alberto Pinto Coelho - Oradores Inscrições: Discursos dos Deputados Eros Biondini, Paulo Cesar, Antônio Carlos Arantes e Getúlio Neiva; questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Designação de Comissões: Comissões Especiais para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 18.250, 18.251 e 18.256 - Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 41/2008 - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Questão de ordem - Requerimento da Deputada Elisa Costa; deferimento; discurso do Deputado André Quintão - Requerimento do Deputado Domingos Sávio; deferimento; discurso do Deputado Domingos Sávio - Requerimento do Deputado Paulo Guedes; deferimento; discurso do Deputado Carlin Moura - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Paulo Cesar, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"Mensagem nº 168/2008*

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Nos termos do art. 61, inciso IV, e do art. 90, incisos V, XIV e XVIII, da Constituição do Estado, encaminho a Vossa Excelência, para exame dessa egrégia Assembléia Legislativa, projeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - MINAS COMUNICA, até o limite de US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), bem como a oferecer garantias para a operação.

O Programa MINAS COMUNICA, conforme a Lei nº 16.306, de 7 de agosto de 2006, tem por objetivo criar condições para que todos os Municípios mineiros tenham acesso a serviços de telecomunicações, inclusive o serviço móvel, com capacidade para prover telefonia e transmissão de dados, possibilitando, com a participação do Estado, estender a disponibilidade do referido serviço móvel a todas as sedes dos Municípios ainda não atendidos.

Trata-se, portanto de iniciativa de inegável alcance socioeconômico, com impactos positivos na geração de renda do trabalhador e dos pequenos empreendedores das localidades atendidas, desenvolvendo as potencialidades econômicas dos Municípios e microrregiões, viabilizando sua integração aos mercados consumidores e promovendo novos negócios, além da melhoria da qualidade de vida das populações.

Noutro passo, cabe salientar que os empréstimos contraídos por meio de organismos internacionais são, por força de dispositivo contratual, sacados em "tranches" (parcelas), mediante a comprovação da aplicação dos recursos de acordo com as condições pactuadas. Assim, em obediência às normas das referidas instituições, os valores deverão ser depositados em instituições financeiras que centralizam a receita do Estado.

A título de contragarantia à garantia prestada pela União, o projeto prevê a vinculação, pelo Estado, de sua cota da repartição constitucional nas receitas tributárias previstas nos arts. 157 e 159 da Constituição da República, complementadas pela vinculação de suas receitas próprias, consoante o disposto no art. 155 da Carta Magna. Essa exceção ao princípio orçamentário da não-afetação da receita tributária está, por sua vez, amparada pelo art. 167, § 4º, da Constituição da República.

Em conclusão, cumpre ressaltar que a proposição irá viabilizar a consecução dos objetivos do Programa e, ainda, os benefícios indiretos a serem auferidos pelos pequenos empreendedores mineiros, numa perspectiva de inclusão social. Seus termos levam ainda em consideração as diretrizes orçamentárias e os parâmetros definidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter à consideração dos seus nobres pares o presente projeto de lei.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 2.096/2008

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento

do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - MINAS COMUNICA, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito, em moeda estrangeira, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o limite equivalente a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinados ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - MINAS COMUNICA, para o acesso dos Municípios mineiros ao serviço móvel de telefonia e transmissão de dados, nos termos da Lei nº 16.306, de 7 de agosto de 2006.

Art. 2º - Os recursos decorrentes da operação de crédito de que trata esta lei serão depositados em instituições financeiras que centralizarem a receita do Estado.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer como contragarantia à garantia oferecida pela União, para a realização da operação de crédito objeto desta lei, as cotas e as receitas tributárias previstas nos arts. 155, 157 e 159, combinados com o § 4º do art. 167, da Constituição da República.

Art. 4º - O Orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do Estado em projeto integrante do Programa MINAS COMUNICA, e das despesas relativas à amortização do principal, ao pagamento de juros e dos demais encargos pertinentes.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 169/2008*

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

No uso de minhas atribuições constitucionais, encaminho a Vossa Excelência, para submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, projeto de lei que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado.

A proposição é oriunda da Secretaria de Estado de Cultura e tem respaldo constitucional com previsão expressa no inciso V do art. 207 da Constituição do Estado, que prevê a adoção de incentivos fiscais com finalidade de estimular as empresas privadas a investir na produção cultural e artística do Estado.

O referido projeto explicita a forma, os meios e o produto a ser estimulado, bem como o público alvo, e ainda propõe mecanismo de descentralização da aplicação dos recursos da Lei de Incentivo à Cultura; determina o escalonamento das percentagens a serem reduzidas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - devido pelas empresas que apoiarem um projeto cultural.

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter aos seus nobres pares a aprovação do projeto.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei nº 2.097/2008

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado.

Art. 1º - Esta lei estabelece normas de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que apoiem financeiramente a realização de projetos culturais no Estado, com o objetivo de:

- I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;
- II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística mineira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;
- III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;
- IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade e responsáveis pelo pluralismo da cultura mineira;
- V - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico mineiro;
- VI - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
- VII - estimular a formação e o aperfeiçoamento de profissionais da área cultural; e
- VIII - favorecer a experimentação e a pesquisa no âmbito da cultura.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - incentivador o contribuinte tributário ou a pessoa jurídica que apóie financeiramente projeto cultural; e

II - empreendedor o promotor de projeto cultural.

Parágrafo único - Serão estabelecidos em regulamento os requisitos e as condições exigidos do empreendedor para candidatar-se aos benefícios desta lei.

Art. 3º - O contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - que apoiar financeiramente projeto cultural poderá deduzir do valor do imposto devido mensalmente os recursos aplicados no projeto, na forma e nos limites estabelecidos por esta lei.

§ 1º - A dedução será efetivada a cada mês, não podendo exceder aos seguintes limites:

I - dez por cento do valor do ICMS devido no período, até atingir o valor total dos recursos dedutíveis, para empresa cuja receita bruta anual se situe entre o limite máximo de faturamento da empresa de pequeno porte, definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e o montante de quatro vezes este limite;

II - sete por cento do valor do ICMS devido no período, até atingir o valor total dos recursos dedutíveis, para empresa cuja receita bruta anual se situe entre o montante máximo permitido para as empresas classificadas no inciso anterior e o valor de oito vezes o limite máximo de faturamento da empresa de pequeno porte, definido na Lei Complementar nº 123, de 2006; e

III - três por cento do valor do ICMS devido no período, até atingir o valor total dos recursos dedutíveis, para empresa cuja receita bruta anual seja superior ao montante máximo permitido para as empresas classificadas no inciso II.

§ 2º - A dedução somente poderá ser iniciada pelo contribuinte trinta dias após o efetivo repasse dos recursos ao empreendedor cultural.

Art. 4º - A soma dos recursos do ICMS disponibilizados pelo Estado para efeito do art. 3º não poderá exceder, relativamente ao montante da receita líquida anual do imposto, ao percentual de zero vírgula trinta por cento.

Parágrafo único - Atingido o limite previsto no "caput", o projeto cultural aprovado deverá aguardar o próximo exercício fiscal para receber o incentivo.

Art. 5º - O contribuinte com crédito tributário inscrito em dívida ativa até 31 de dezembro de 2005 poderá quitá-lo com desconto de vinte e cinco por cento, desde que apóie financeiramente projeto cultural, nos termos deste artigo.

§ 1º - Para obter o benefício previsto no "caput", o contribuinte incentivador apresentará requerimento à Secretaria de Estado da Fazenda - SEF - e, no prazo de cinco dias do seu deferimento, deverá efetuar o recolhimento do valor obtido após o desconto, nas seguintes condições:

I - setenta e cinco por cento serão recolhidos por meio de Documento de Arrecadação Estadual - DAE -, observada a legislação sobre o pagamento de tributos estadual;

II - vinte e cinco por cento serão repassados diretamente pelo contribuinte incentivador ao empreendedor cultural, por meio de cheque nominal depositado em conta bancária de que este seja titular, observadas, ainda, outras condições estabelecidas em regulamento.

§ 2º - Os recolhimentos de que trata o § 1º poderão, a critério da SEF, ser efetuados parceladamente na forma e no prazo previstos em regulamento.

§ 3º - A apresentação do requerimento a que se refere o § 1º importa na confissão do débito tributário.

§ 4º - O disposto neste artigo não se aplica ao crédito inscrito em dívida ativa decorrente de ato praticado com evidência de dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo.

Art. 6º - Havendo expressa anuência do contribuinte, a quitação de débito tributário e a destinação de recursos para projeto cultural nos termos do art. 5º poderão ser efetivadas por incentivador interessado, observada a forma estabelecida em regulamento.

Art. 7º - O valor dos recursos deduzidos na forma do art. 3º, bem como o dos recursos repassados na forma do § 1º do inciso II do art. 5º, será de, no máximo, oitenta por cento do total dos recursos destinados ao projeto pelo incentivador, o qual deverá integralizar o restante a título de contrapartida, nos termos definidos em regulamento.

Art. 8º - Poderão ser beneficiados por esta lei projetos culturais nas áreas de:

I - artes cênicas, incluindo teatro, dança, circo, ópera e congêneres e respectivos eventos, festivais, publicações técnicas, seminários, cursos e bolsas de estudos;

II - audiovisual, incluindo cinema, vídeo, novas mídias e congêneres e respectivos eventos, festivais, publicações técnicas, seminários, cursos e bolsas de estudos;

III - artes visuais, incluindo artes plásticas, "design" artístico, "design" de moda, fotografia, artes gráficas, filatelia e congêneres e respectivos eventos, publicações técnicas, seminários, cursos e bolsas de estudos;

IV - música e respectivos eventos, festivais, publicações técnicas, seminários, cursos e bolsas de estudos;

V - literatura, obras informativas, obras de referência, revistas e respectivos eventos, seminários, cursos e bolsas de estudos;

VI - preservação e restauração do patrimônio material e imaterial, inclusive folclore e artesanato e respectivos eventos, publicações técnicas, seminários, cursos e bolsas de estudos;

VII - pesquisa, documentação e respectivos eventos, publicações técnicas, seminários e bolsas de estudos;

VIII - centros culturais, bibliotecas, museus, arquivos e congêneres e respectivos eventos, publicações técnicas, seminários, cursos e bolsas de estudos; e

IX - áreas culturais integradas e respectivos eventos, festivais, publicações técnicas, seminários, cursos e bolsas de estudos.

Art. 9º - Somente poderão ser beneficiados pelos incentivos desta lei os projetos culturais que visem à exibição, à utilização ou à circulação públicas de bens culturais, sendo vedada a concessão de incentivo a projeto destinado ou restrito a circuitos privados ou coleções particulares.

Art. 10 - Para receber apoio financeiro com recursos provenientes da aplicação desta lei, o projeto cultural deverá ser previamente aprovado pela Secretaria de Estado da Cultura.

§ 1º - Apresentado à Secretaria de Estado de Cultura, o projeto será apreciado por comissão técnica, no prazo e na forma estabelecidos em regulamento, tendo como referência critérios consoantes com os objetivos listados no art. 1º.

§ 2º - A comissão técnica, constituída nos termos de regulamento, será composta por técnicos da administração estadual e de entidades representativas da área cultural.

§ 3º - A comissão técnica será organizada em câmaras setoriais, a partir das áreas estabelecidas no art. 8º.

§ 4º - A comissão técnica poderá estabelecer o limite máximo de recursos a ser concedido a cada projeto.

§ 5º - A partir do exercício de 2008, o montante total de recursos aprovados pela comissão técnica para captação deverá ser distribuído da seguinte forma:

I - em 2008, um mínimo de quarenta por cento será destinado a projetos de empreendedores domiciliados no interior do Estado e que beneficiem diretamente o público e os profissionais da área de cultura do interior;

II - em 2009, um mínimo de quarenta e um por cento será destinado a projetos de empreendedores domiciliados no interior do Estado e que beneficiem diretamente o público e os profissionais da área de cultura do interior;

III - em 2010, um mínimo de quarenta e dois por cento será destinado a projetos de empreendedores domiciliados no interior do Estado e que beneficiem diretamente o público e os profissionais da área de cultura do interior;

IV - em 2011, um mínimo de quarenta e três por cento será destinado a projetos de empreendedores domiciliados no interior do Estado e que beneficiem diretamente o público e os profissionais da área de cultura do interior;

V - em 2012, um mínimo de quarenta e quatro por cento será destinado a projetos de empreendedores domiciliados no interior do Estado e que beneficiem diretamente o público e os profissionais da área de cultura do interior;

VI - em 2013 e nos exercícios seguintes, um mínimo de quarenta e cinco por cento será destinado a projetos de empreendedores domiciliados no interior do Estado e que beneficiem diretamente o público e os profissionais da área de cultura do interior.

Art. 11 - É vedada a concessão do incentivo previsto nesta lei a órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera federativa.

Parágrafo único - A vedação de que trata o "caput" não se aplica a:

I - entidade da administração pública indireta estadual que desenvolva atividade relacionada com a área cultural ou artística; e

II - pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos criada com a finalidade de dar suporte a museu, biblioteca, arquivo ou unidade cultural pertencente ao poder público.

Art. 12 - O total de recursos destinados aos empreendedores a que se referem os incisos do parágrafo único do art. 11 não poderá ultrapassar vinte e cinco por cento da parcela da receita do ICMS disponibilizada anualmente pelo Estado para projetos culturais.

Parágrafo único - Do total de recursos de que trata o "caput", pelo menos quarenta por cento deverão ser destinados a projetos que beneficiem diretamente o público do interior do Estado.

Art. 13 - É vedada a utilização do incentivo fiscal para projeto de que seja beneficiário o próprio incentivador, o contribuinte ou sócio de qualquer destes.

Parágrafo único - A vedação prevista no "caput" estende-se aos ascendentes, aos descendentes em primeiro grau e ao cônjuge ou companheiro do incentivador, contribuinte ou sócio de qualquer destes.

Art. 14 - Na divulgação de projeto financiado nos termos desta lei, deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Governo do Estado, de acordo com o padrão de identidade a ser definido pela Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 15 - O incentivador que não comprovar o repasse da contrapartida prevista no art. 7º, no prazo máximo estabelecido para a execução do projeto cultural, ficará impedido de se beneficiar dos incentivos de que trata esta lei, até que a situação seja regularizada.

Art. 16 - O incentivador ou o contribuinte que se utilizar indevidamente dos benefícios desta lei, mediante fraude ou dolo, fica sujeito a:

I - multa correspondente a duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias; e

II - pagamento do débito tributário de que trata o "caput" do art. 5º, acrescido dos encargos previstos em lei.

Art. 17 - As entidades representativas dos diversos segmentos da cultura terão acesso, em todos os níveis, à documentação referente aos projetos culturais beneficiados por esta lei.

Art. 18 - É vedada a aprovação de projeto que não seja estritamente de caráter artístico ou cultural.

Art. 19 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 20 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 - Fica revogada a Lei nº 12.733, de 30 de dezembro de 1997."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Cultura e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 170/2008*

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, solicitando submeter à apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, projeto de lei que altera dispositivos da Lei nº 10.366, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM.

A proposta em destaque atende à solicitação formulada, em conjunto, pelo Comandante-Geral, respectivamente, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, e o Diretor-Geral de Instituto da Previdência dos Servidores Militares do Estado – IPSM, tendo como objetivo central a atualização da Lei nº 10.366, de 1990, nos pontos destacados na Exposição de Motivos firmada pelas autoridades referidas, que a esta faço anexar.

Vê-se na Exposição de Motivos que a proposta tem como referência não só a Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, que instituiu o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais, como ainda a Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefício da Previdência Social (RGPS), e a de nº 9.278, de 10 de maio de 1996, que trata do reconhecimento da união estável (§ 3º do art. 226 da Constituição Federal).

Destaca-se, portanto, a importância da necessária adequação, tendo em conta a superveniência de normas recentes que afetam a vigente Lei nº 10.366, cuja edição é de 1990, exigindo, por isso mesmo, a atualização para alcançar a sua finalidade, de cunho previdenciário e de assistência social, exercida por intermédio do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais.

São estas, Excelentíssimo Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter ao elevado exame de seus Nobres Pares o presente projeto de lei.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei nº 2.098/2008

Altera dispositivos da Lei nº 10.366, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM, e dá outra providência.

Art. 1º - O art. 10, este acrescido dos arts. 10-A e 10-B, o "caput" do art. 15, o art. 23, que tem seu parágrafo único transformado em § 1º e acrescido dos §§ 2º e 3º, da Lei nº 10.366, de 28 de dezembro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - Para fins de prestação previdenciária, são dependentes do segurado:

I - o cônjuge ou o companheiro e o filho, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;

(...)

§ 1º - Os dependentes de uma mesma classe concorrem em igualdade de condições.

§ 2º - A existência de dependente de classe antecedente exclui do direito à prestação previdenciária o de classe subsequente.

§ 3º - Equiparam-se a filho, nas condições do inciso I, desde que comprovada a dependência econômica e a ausência de bens suficientes para o

próprio sustento e educação:

I - o enteado, mediante declaração escrita do segurado; e

II - o menor sob tutela ou guarda judicial, mediante apresentação do respectivo termo.

§ 4º - Considera-se companheiro a pessoa que mantém união estável com o segurado, na forma da lei.

§ 5º - A dependência econômica das pessoas de que trata o inciso I do caput é presumida e para as demais requer comprovação."

"Art. 10-A - Ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 23, a perda da qualidade de dependente ocorre:

I - para o cônjuge:

a) pela separação judicial ou divórcio;

b) pela anulação judicial do casamento; e

c) pela constituição de novo vínculo familiar, quando da separação de fato;

II - para o companheiro, pela cessação da união estável com o segurado;

III - para o filho ou irmão:

a) pelo casamento;

b) pelo exercício de emprego público ou privado ou pelo estabelecimento ou atividade comercial que lhe permita economia própria; e

c) ao completar vinte e um anos de idade, salvo se inválido; e

IV - para os dependentes em geral:

a) pela cessação da invalidez;

b) pelo óbito; e

c) pela inscrição de dependente em classe preeminente.

§ 1º - Fica o IPSM autorizado a manter como dependente, para fins exclusivo de assistência à saúde, a requerimento do segurado, desde que comprovada a dependência econômica:

I - os pais; e

II - o filho solteiro, maior de vinte e um anos, enquanto estudante regularmente matriculado, até a idade de vinte e quatro anos.

§ 2º - O disposto no § 1º pode ser estendido aos dependentes de segurado falecido, enquanto vigorar o título de pensão por ele legado.

10-B - Os beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos Militares, ficam obrigados a se submeterem a recadastramento anual, nos termos de regulamento.

(...)

"Art. 15 - O auxílio natalidade é devido pelo nascimento de filho de segurado."

(...)

"Art. 23 - (...)

§ 1º - A pensão não poderá ter valor total inferior ao salário mínimo.

§ 2º - O cônjuge divorciado, o separado judicialmente ou de fato e o ex-companheiro, que percebiam pensão de alimentos, concorrerão à pensão em igualdade de condições com os dependentes referidos no art. 10 desta lei.

§ 3º - O valor de cota de pensão correspondente às pessoas de que tratam os §§ 2º e 3º não poderá ser superior ao fixado na respectiva sentença de concessão de alimentos."

.....

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. José Artur Filardi Leite, Chefe de Gabinete do Ministério das Comunicações, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.433/2007, do Deputado Carlin Moura.

Do Sr. Fernando Guimarães Rodrigues, Superintendente Regional do DNIT em Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.222/2007, do Deputado Ivair Nogueira.

Do Sr. Marcos Helênio Leoni Pena, Superintendente Regional do Incra em Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.476/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Francisco Vieira Chagas, Delegado-Geral de Polícia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.578/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Edlaine Pereira de Sousa, Gerente de Assuntos Jurídicos da Fundação de Assistência Médica e Urgência de Contagem - Famuc -, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado por meio do Ofício nº 2.609/2007/SGM.

CARTÃO

Do Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, encaminhando a última edição da revista do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - Conasems. (- À Comissão de Saúde.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei Nº 2.099/2008

Declara de utilidade pública a Associação de Apoio Social e Cultural Renascer – AASCR –, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apoio Social e Cultural Renascer – AASCR –, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Eros Biondini

Justificação: A Associação de Apoio Social e Cultural Renascer, entidade civil sem fins lucrativos, tem por finalidade precípua incentivar a união social por meio da promoção da arte e da assistência à educação e à saúde.

Desenvolve oficinas artísticas e culturais por meio de escola de música e de canto coral. Na área de educação, acompanha alunos com dificuldades de assimilação de conteúdo, incentiva a alfabetização e cursos profissionalizantes para jovens e adultos. Além disso, promove campanhas e mutirões, proteção da família, da maternidade e da velhice, além do amparo a crianças e adolescentes.

Por suas iniciativas, de significativa importância social, esperamos a anuência dos nobres Deputados a este projeto de lei, que pretende outorgar-lhe o título de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.100/2008

Institui o Projeto Adote uma Árvore nas escolas da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Projeto Adote uma Árvore, a ser implantado nas escolas da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais, visando à conscientização acerca da importância da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, tomando medidas pró-ativas.

Art. 2º - Cada escola estadual plantará a quantidade de árvores equivalente a 10% (dez por cento) do número total de alunos, no Dia da Árvore, comemorado anualmente em 21 de setembro, de espécie da flora nativa ou frutífera do Estado, na sede da escola ou em outros locais

por esta indicados.

§ 1º - O programa de que trata o "caput" promoverá atividades de conscientização quanto à importância da recuperação e preservação do meio ambiente para uma boa qualidade de vida.

§ 2º - Na data prevista no "caput" serão promovidas ações educativas sobre os temas "ecologia com consciência cidadã" e "desenvolvimento sustentável".

§ 3º - As árvores frutíferas e nativas de que trata o "caput" deverão ser espécies das respectivas bacias hidrográficas de cada região do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º - Para o cumprimento desta lei o Instituto Estadual de Florestas - IEF - disponibilizará mudas e sementes de acordo com a disponibilidade dos estoques produzidos pelos viveiros florestais do Instituto.

Parágrafo único - Caso o IEF não disponha de mudas e sementes suficientes, as escolas públicas poderão firmar convênios com a iniciativa privada, ONGs, cooperativas, associações e sindicatos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser regulamentada para garantir a sua execução.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Inácio Franco

Justificação: Vivemos tempos de grande aflição diante de quadros de aquecimento global, mudanças climáticas, poluição descontrolada, desertificação, que prometem alterar radicalmente as temperaturas médias e o regime de chuvas. Conseqüentemente haverá o aumento do nível do mar, secas e inundações extremas, tempestades cada vez mais violentas, constantes crises de abastecimento de água, energia e alimentos, extinção de espécies, epidemias e tantas outras mazelas.

O dia 21 de setembro foi escolhido por ser o Dia da Árvore, data em que os povos indígenas costumavam prestar homenagem por causa das chuvas ou quando preparavam a terra para plantar. Nada mais coerente do que incentivar nossas crianças e adolescentes a proteger o nosso planeta, homenageando-o, plantando uma árvore e participando de projetos sobre o tema. Pois, mais do que tornar o ambiente bonito, as árvores mantêm a umidade do ar e ajudam a absorver o gás carbônico da queima de combustíveis, fornecendo-nos mais oxigênio e diminuindo a poluição.

Este projeto visa conscientizar os alunos das escolas da rede pública de ensino do Estado sobre o desenvolvimento sustentável e a importância da preservação do meio ambiente.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.101/2008

Dispõe sobre a destinação dos valores provenientes de multas aplicadas a agente público, Município ou a qualquer pessoa física ou jurídica de natureza privada, em virtude de condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - As multas aplicadas por agente público de órgão ou entidade estadual vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - ao agente público municipal, ao Município ou, ainda, a qualquer pessoa física ou jurídica de natureza privada, em razão de condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente, serão repassadas pelo órgão arrecadador, no prazo de quinze dias, aos cofres públicos do Município em que tiver ocorrido a infração.

Art. 2º - O repasse de que trata o art. 1º será feito no percentual de 70% (setenta por cento) para o Município em que tiver ocorrido a infração, e o restante constituirá receita própria da entidade vinculada à Semad responsável pela fiscalização e lavratura do auto.

Parágrafo único - Os recursos provenientes de multas já arrecadados e integrados à receita do órgão ou entidade pública vinculada à Semad não serão atingidos por esta lei, se já houver previsão ou planejamento para sua utilização.

Art. 3º - Os recursos repassados ao Município serão utilizados na criação e manutenção de programas e projetos que visem a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

Parágrafo único - A destinação do valor das multas repassadas deverá ser comprovado pelo Município, na prestação de contas do respectivo exercício ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Inácio Franco

Justificação: Atualmente, os valores arrecadados por meio de multas aplicadas pelos agentes públicos de órgãos ou entidade estadual ao agente público municipal, ao Município ou a qualquer pessoa física ou jurídica de natureza privada, em razão de condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente, constituem receita própria da entidade vinculada à Semad responsável pela fiscalização e lavratura do auto.

Verifica-se, assim, a possibilidade de uma utilização injusta e desigual desses valores, uma vez que, não existindo dispositivo legal que

disponha sobre a destinação e aplicação desses recursos, sua utilização pode se dar de forma aleatória, prejudicando o desenvolvimento e o crescimento dos Municípios mineiros, no que se refere ao meio ambiente.

O projeto de lei ora proposto visa destinar os valores arrecadados com multas aplicadas por órgãos ou entidades estaduais aos agentes públicos municipais ou aos Municípios mineiros ou a qualquer pessoa física ou jurídica de natureza privada, em razão de condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente, à recuperação da área degradada ou a programas de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente no Município em que tiver ocorrido a infração.

Cabe a Assembléia Legislativa, conforme o art. 23 da Constituição Federal, dispor sobre matéria relativa à proteção do meio ambiente, bem como combater todo tipo de poluição. Além disso, o projeto em tela prima pela busca de mecanismos de fomento para a execução de programas de reflorestamento, conservação dos solos e defesa e recuperação da qualidade das águas e do ar, conforme o disposto no art. 216 da Constituição Estadual.

Desta forma, conto mais uma vez com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.102/2008

Declara de utilidade pública a Associação Renascer do Bairro Bugarville II e Adjacências – Asconville, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Renascer do Bairro Bugarville II e Adjacências, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Inácio Franco

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a Associação Renascer do Bairro Bugarville II e Adjacências, entidade sem fins lucrativos e que tem por objetivos promover o bem-estar social, sem distinção partidária, de raça, credo ou cor.

A referida associação proporciona atendimento direto à comunidade, oferecendo cursos profissionalizantes, aulas de reforço para alunos que necessitem, cursos de artesanato e artes em geral, além de zelar pelo bem-estar da sociedade.

Por ser justo, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto, às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.103/2008

Declara de utilidade pública a Associação do Circuito Turístico Nascentes das Gerais, com sede no Município de Cássia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação do Circuito Turístico Nascentes das Gerais, com sede no Município de Cássia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: As principais finalidades da Associação do Circuito Turístico Nascentes das Gerais, consiste em representar, perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, federais, estaduais e municipais, os interesses gerais de seus associados, nos termos da lei, também propondo mandado de segurança coletivo, na forma do art. 5º, inciso LXX da Constituição Federal; colaborar com o poder público como órgão técnico e consultivo no estudo e na solução dos problemas que se relacionem com seu objetivo social; e estabelecer e cobrar instituições associativas, extraordinárias e taxas de serviço.

Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Turismo, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.104/2008

Declara de utilidade pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional de Montes Claros Ibituruna - Funadem -, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional de Montes Claros Ibituruna - Funadem -, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Almir Paraca

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.105/2008

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu - Comupra -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu - Comupra -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Carlin Moura

Justificação: O Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu - Comupra -, com sede no Município de Belo Horizonte, fundado em 2/9/2002, é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, que está em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais, conforme documentação apresentada.

O Comupra desenvolve diversas ações no Bairro Ribeiro de Abreu e adjacentes, melhorando de forma efetiva a qualidade de vida da região, em contínua prestação de serviços à comunidade através de campanhas educativas sobre saúde, defesa, preservação e recuperação do meio ambiente e organização de trabalhos voluntários, entre outros.

Podemos destacar diversos projetos da entidade, como o Programa de Agroecologia - Nossa Horta -, que oferece oficinas comunitárias de educação ambiental e cidadania; o Casa da Cidadania, que mantém uma biblioteca comunitária com 2.500 volumes; o Telecentro Comunitário, com 10 computadores, que promove curso de alfabetização de jovens e adultos e oficinas de informática; e o de teatro, em parceria com o Programa Fica Vivo, além do premiado projeto Ribas.

Portanto, a concessão do título declaratório de utilidade pública estadual é essencial para que ela possa celebrar convênios com órgãos públicos estaduais, ampliando desta forma seu relevante trabalho pela sociedade.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.106/2008

Institui a isenção total da cobrança de ICMS aos remédios de uso contínuo, no Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os medicamentos de uso contínuo ficarão isentos da tributação do ICMS de remédios, que seria pago pelos fabricantes.

Art. 2º - As indicações, a fiscalização e a listagem desses medicamentos serão de responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde e de órgãos fiscalizadores.

Art. 3º - Serão repassados aos consumidores, obrigatoriamente, na mesma proporção, a redução do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Bráulio Braz

Justificação: O ICMS sobre os medicamentos atinge cerca de 20%; portanto, 1/5 do seu valor vai para o pagamento desse imposto. É justo conceder a isenção do ICMS sobre medicamento de uso continuado, pois esses medicamentos pesam muito no orçamento de muitos cidadãos carentes de recursos financeiros, que necessitam tomá-los constantemente para a manutenção da própria saúde ou da saúde de um ente querido.

É importante frisar que a indústria farmacêutica, *a priori*, não terá vantagem nenhuma em relação a alíquota zero, pois deverá repassar a isenção ao preço de venda ao consumidor final. Porém, estará produzindo mais medicamento, oferecendo trabalho e recolhendo mais impostos devidos por razões diversas.

Acreditando ser esse um benefício de grande cunho social, espero o apoio dos nobres colegas para aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.107/2008

Declara de utilidade pública a Sociedade Musical Santo Antônio de Roça Grande, com sede no Município de Sabará.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Musical Santo Antônio de Roça Grande, com sede no Município de Sabará.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Wander Borges

Justificação: A Sociedade Musical Santo Antônio de Roça Grande é entidade civil, com fins não econômicos, fundada em 8/5/99, com o escopo de difundir e ampliar a sublime arte da música.

A análise das ações executadas pela entidade revela que a difusão da música é desenvolvida paralelamente com a melhoria da qualidade de vida da comunidade, uma vez que ministra cursos de música a crianças, adolescentes e adultos da região, bem como promove apresentações gratuitas com a finalidade de incentivar a divulgação das manifestações culturais.

As ações de musicalização mencionadas objetivam despertar e desenvolver o gosto pela música, estimulando e contribuindo com a formação de crianças e adolescentes carentes.

É de se notar, ainda, que as atividades de propagação da música decorrem da realização de palestras, encontros, intercâmbios culturais com entidades congêneres, apresentações gratuitas, participações em procissões, quermesses, festas juninas, carnavais e eventos folclóricos.

A música é constituída basicamente por uma sucessão de sons e silêncio organizada ao longo do tempo; é considerada uma manifestação cultural e humana e, por muitos, uma forma de arte.

Ressalte-se que a música não se restringe a mera associação de sons e palavras; ao revés, configura-se um diferencial nos processos de aprendizado, pois desperta o indivíduo para um mundo mais prazeroso e satisfatório, que repercute no intelecto e no corpo, facilitando o aprendizado e a socialização das crianças.

É inegável, assim, a importância dos serviços prestados pela Sociedade Musical Santo Antônio de Roça Grande à comunidade, motivo pelo qual, cumpridos todos os requisitos legais, contamos com o apoio desta Casa para o reconhecimento de seu nobre trabalho social.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.108/2008

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Distrito de Vista Alegre.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Distrito de Vista Alegre, com sede no Distrito de Vila Alegre, Município de Claro dos Poções.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Paulo Guedes

Justificação: A Associação dos Moradores e Amigos do Distrito de Vista Alegre é uma entidade civil, de fins sociais, assistenciais e não lucrativos, que tem por finalidades, entre outras, promover o desenvolvimento da comunidade e zona rural, por meio de obras e ações, com recursos próprios ou obtidos por doações e convênios; proporcionar a melhoria do convívio entre habitantes da comunidade, por meio da integração de seus moradores, e proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas e culturais.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Olhos D'Água do Oeste.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Olhos d'Água do Oeste, com sede no Distrito de Olhos d'Água do Oeste, no Município de João Pinheiro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Paulo Guedes

Justificação: O Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Olhos d'Água do Oeste é uma entidade civil, de fins sociais, assistenciais e não lucrativos, que tem por finalidade, entre outras, prestar assistência social a idosos, crianças, adolescentes, mulheres e portadores de deficiência; dar apoio à educação; defender o meio ambiente; prestar assistência aos produtores rurais da região, notadamente no que diz respeito à agricultura familiar.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REquerimentos

Nº 1.888/2008, do Deputado Bráulio Braz, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Banco do Brasil por seus 200 anos de fundação. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 1.889/2008, do Deputado Chico Uejo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Lagoa Formosa por seu aniversário de emancipação.

Nº 1.890/2008, do Deputado Chico Uejo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Buritis por seu aniversário de emancipação. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 1.891/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à pavimentação da estrada que liga Jacutinga a Espírito Santo do Pinhal (SP).

Nº 1.892/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas ao reinício das obras de pavimentação da estrada que liga Camanducaia a Monte Verde. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 1.893/2008, do Deputado Weliton Prado, em que pleiteia sejam solicitadas ao Presidente da Cemig informações sobre contratos celebrados entre as empresas Cemig ("holding"), Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão e o Banco do Brasil para implantação e administração de cartões de crédito corporativos. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 1.894/2008, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Instituto dos Advogados de Minas Gerais - IAMG - por seus 93 anos de fundação. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 1.895/2008, da Comissão de Saúde, em que pleiteia sejam solicitadas ao Presidente da Copasa-MG informações sobre o programa de saneamento em Pedra Azul, principalmente nos bairros periféricos.

Nº 1.896/2008, da Comissão de Segurança Pública, em que pleiteia seja solicitada ao Secretário de Defesa Social cópia do inquérito policial e do laudo de perícia técnica referentes à morte de oito detentos na cadeia pública de Rio Piracicaba, em 1º/1/2008. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 1.897/2008, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulado apelo ao Juiz da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Ituiutaba com vistas a que sejam tomadas providências com relação às ameaças contra a vida de Felisberto Carneiro da Silva, preso na Penitenciária Dr. Manoel Martins Lisboa Júnior, em Muriaé, e a que seja viabilizada sua transferência para Ituiutaba.

Nº 1.898/2008, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado ofício à comissão organizadora da 1ª Conferência Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, por meio da Delegacia Regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais, com vistas à inclusão de um representante desta Casa, preferencialmente membro dessa Comissão, como delegado à referida conferência.

Nº 1.899/2008, da Comissão de Educação, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais pela inauguração do Centro de Referência dos Professores, em Belo Horizonte.

Da Deputada Gláucia Brandão em que solicita seja realizado ciclo de debates para comemorar os 20 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988. (- À Mesa da Assembléia.)

Proposições Não Recebidas

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Da Comissão de Segurança Pública em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Clube dos Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais - COPM - por seus 60 anos de fundação.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Educação e de Assuntos Municipais e dos Deputados Elmiro Nascimento e Alberto Pinto Coelho.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Eros Biondini, Paulo Cesar, Antônio Carlos Arantes e Getúlio Neiva proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Getúlio Neiva - Solicito o registro em ata e solicito à Mesa a informação correta, se, de fato, o Expresso Cidadania da Assembléia de Minas Gerais recebeu censura prévia da Justiça Eleitoral proibindo a participação de Deputados. Estamos trabalhando, agora, para derrubar a Lei nº 5.250, a Lei de Imprensa. Temos uma Constituição que dá ampla liberdade às pessoas e não podemos aceitar que a censura prévia exista em 2008. Não sou candidato, escrevam, por favor, nem pré-candidato a nada, a fim de que mais tarde não tenha que me defender de mais um processo judicial. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Foi recebido nesta Casa, em 21/2/2008, ofício do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, cumprimentando o Presidente da ALMG pela iniciativa do projeto "Expresso Cidadania", bem como encaminhando recomendações do Centro de Apoio Operacional Eleitoral daquele órgão, acerca da legislação eleitoral.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Requerimento nº 1.410/2007 ao Requerimento nº 1.409/2007, ambos do Deputado Gilberto Abramo, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembléia, 28 de fevereiro de 2008.

José Henrique, 2º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Designação de Comissões

- A seguir, o Sr. Presidente designa os membros das Comissões Especiais (3) para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.250, para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.251 e para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.256, que foram publicadas na edição anterior.

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 41/2008, do Deputado João Leite e outros, que altera os §§ 2º e 3º do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. Pelo BSD: efetivo - Deputado Lafayette de Andrada; suplente - Deputado Juninho Araújo; pelo BPS: efetivo - Deputado Wander Borges; suplente - Deputado Chico Uejo; pelo PMDB: efetivo - Deputado Gilberto Abramo; suplente - Deputado Adalclever Lopes; pelo PT: efetivo - Deputado Almir Paraca; suplente - Deputado Padre João; pelo DEM: efetivo - Deputado Delvito Alves; suplente - Deputado Elmiro Nascimento. Designo. Às Comissões.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 1.897/2008, da Comissão de Segurança Pública, 1.898/2008, da Comissão de Política Agropecuária, e 1.899/2008, da Comissão de Educação. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Meio Ambiente - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 27/2/2008, do Projeto de Lei nº 1.859/2007, do Deputado Padre João; de Educação - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 27/2/2008, dos Projetos de Lei nºs 1.756/2007, da Deputada Rosângela Reis, 1.877/2007, do Governador do Estado, 1.881/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, e 1.917/2007, do Deputado Inácio Franco, e dos Requerimentos nºs 1.829/2008, da Deputada Ana Maria Resende, 1.841/2008, da Comissão de Participação Popular, 1.851 e 1.852/2008, do Deputado Jayro Lessa, e 1.853/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; e de Assuntos Municipais - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 27/2/2008, dos Requerimentos nºs 1.830 a 1.837 e 1.846/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1.847/2008, do Deputado Delvito Alves, 1.849 e 1.860 a 1.863/2008, do Deputado Doutor Viana, 1.854/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, e 1.859/2008, do Deputado Dimas Fabiano (Ciente. Publique-se).

Questão de Ordem

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer-lhe a pronta resposta à minha solicitação à Mesa, esclarecendo que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais recebeu recomendação do Ministério Público Eleitoral de impossibilitar a presença de Deputados nas reuniões que serão feitas pelo Expresso Cidadania. Sr. Presidente, como cidadão que habitou os porões da ditadura, como jornalista que atuou aqui, em Belo Horizonte, trago alguns fatos à lembrança. Lembro-me muito bem de que recebíamos nas redações dos jornais as recomendações da censura para não falar desse ou daquele assunto. Esta Assembléia, em pleno renascimento da democracia, ainda jovem, tenra, recebe essa ousadia ministerial, que lhe sugere não fazer isso ou aquilo. Sr. Presidente, isso é um desrespeito ao Parlamento! Não podemos aceitar esse tipo de comportamento, e a Assembléia tem de se posicionar. É um desrespeito a esta Casa Legislativa, que, aliás, não é casa-de-mãe-joana, mas o órgão que representa a população de Minas Gerais. Esta Assembléia é um poder estabelecido na democracia de governo. Entretanto um órgão do governo, do Executivo, auxiliar da Justiça, vem fazer o que fez a censura durante a ditadura, com recomendações a esta Casa. É muita ousadia, Sr. Presidente! Os Deputados não podem se calar perante essa ousadia. É um absurdo o que se perpetra agora contra esta Casa Legislativa. Sr. Presidente, não podemos aceitar isso. A indignação calará fundo no nosso peito, ou então gritaremos as palavras de Rui Barbosa: "De tanto ver triunfar as nulidades..." Assim, começaremos a sentir vergonha de ser honestos, de ser sinceros, de ser políticos. Ou representamos o povo de Minas ou renunciemos aos nossos mandatos e fechamos esta Casa, como sugere, de vez em quando, o Deputado Antônio Júlio. Sr. Presidente, um país como o Brasil não pode possuir quatro poderes, já que os pilares da democracia só aceitam três. Portanto não há como convivermos com o quarto poder, que sobrepassa pelo Judiciário, faz leis e vem aqui impor uma recomendação, segundo a qual a Assembléia Legislativa não pode fazer isso ou não deve fazer aquilo. Isso é uma ousadia, e esta Casa tem de chamar a atenção da chefia do Ministério Público. Isso não pode continuar acontecendo, pois é um absurdo. Essa situação fere profundamente meus sentimentos cívicos. Desde 1962, faço política; desde 1970, sou advogado. Nos meus primeiros anos de advocacia, não havia esse tipo de comportamento. A Constituição Cidadã deu poderes, sim, ao Ministério Público. Da mesma forma, deu-se a Presidência da República a Lula, e os aloprados quase o derrubam do cargo. O Ministério Público não pode ter aloprados. Sr. Presidente, faço-lhe um apelo: desejo que todos os Deputados tomem conhecimento dessa minha manifestação e, sobretudo, que a Mesa busque um entendimento com a chefia do Ministério Público, pois não podemos aceitar esse tipo de comportamento. É um abuso o fato de o Ministério Público vir fazer recomendações ao Poder Legislativo de Minas Gerais, dizer-lhe o que deve e o que não deve fazer. Essa indignação não é só minha, mas também da maioria dos companheiros Deputados de Minas Gerais. Alguns podem até não falar, mas não tenho mais nada a perder. O País é que vai perder muito se nós, do Poder Legislativo, não reagirmos. Obrigado.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado Getúlio Neiva que solicitamos à assessoria da Casa uma cópia da correspondência para passá-la às suas mãos.

Vem à Mesa requerimento da Deputada Elisa Costa, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado André Quintão. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado André Quintão.

- O Deputado André Quintão profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Domingos Sávio, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Domingos Sávio.

- O Deputado Domingos Sávio profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Paulo Guedes, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Carlin Moura. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

- O Deputado Carlin Moura profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.677/2007, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões; informa, ainda, que no decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto quatro emendas da Deputada Elisa Costa, que receberam os nºs 3, 4, 8 e 9, e três emendas do Deputado Almir Paraca, que receberam os nºs 5 a 7, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Comissão de Administração Pública para parecer.

- O teor das emendas é o seguinte:

EMENDA Nº 3

O art. 49 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49 - Será concedido ao servidor público estadual que não goze de passe livre em transporte coletivo auxílio-transporte por dia efetivamente trabalhado, independentemente do local de sua lotação, nas condições estabelecidas em decreto.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Elisa Costa

Justificação: O vale-transporte é um benefício concedido aos servidores públicos estaduais pelo art. 52 da Lei nº 11.050, de 19/1/93.

Conforme legislação, hoje tem direito a receber o vale-transporte o servidor público estadual, cuja jornada de trabalho igual ou superior a 6 horas e cuja remuneração total mensal, excluídas as parcelas relativas aos adicionais por tempo de serviço e as relativas ao biênio a que se refere a Lei nº 8.517, de 9/1/84, alterada pela Lei nº 9.831, de 4/7/89, seja igual ou inferior a três vezes o salário mínimo e que esteja em exercício em Municípios identificados em regulamento, o que é feito pelo § 3º do art. 2º do Decreto nº 44.471, de 27/2/2007.

"Art. 4º - Os Municípios a que se refere o inciso I do art. 2º deste Decreto serão os que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte e mais os de Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Sete Lagoas, Teófilo Otôni, Uberaba e Uberlândia.

Aí reside o problema que tem gerado constantes reclamações do funcionalismo, devido ao seu caráter restrito e gerador de desigualdades,

agravado pela falta de clareza quanto ao critério utilizado para escolha dos Municípios que têm direito ao benefício, ou mesmo pela ausência deste.

Por que estão contemplados todos os Municípios pertencentes à Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - e o mesmo não ocorre com a Região Metropolitana do Vale ao Aço? Esta exclusão faz com que servidores lotados em Municípios com população inferior a 10 mil habitantes, mas que pertençam a RMBH, tenham direito ao vale-alimentação e ao vale-transporte, enquanto um servidor lotado em Coronel Fabriciano, com população superior a 100 mil habitantes, que também pertence a uma região metropolitana, não tenha direito ao mesmo benefício, o que não se justifica.

O corte populacional também não está claro, pois inclui Município como Teófilo Ottoni com população de 128 mil habitantes e exclui Poços de Caldas, com população de 151 mil habitantes.

Para além da pouca clareza, o critério de localização da prestação do serviço não é o mais adequado para orientar a concessão de um benefício que se caracteriza como uma complementação de renda, considerada necessária pela lei para aqueles servidores com remuneração inferior a três salários mínimos.

É importante lembrar que o então Secretário de Planejamento, Antonio Augusto Anastasia, se comprometeu, em audiência pública nesta Casa, a discutir a revisão desse critério reconhecidamente injusto, logo após a aprovação das tabelas salariais, o que não ocorreu.

Qual não foi a nossa surpresa quando verificamos a publicação, no "Minas Gerais" de 28/2/2007, de novo decreto regulamentando o vale-transporte com o mesmo vício das regulamentações anteriores, restringindo a concessão desses benefícios aos servidores estaduais lotados nas mesmas cidades, desconsiderando o compromisso assumido pelo então Secretário de Planejamento e hoje Vice-Governador de Estado, Antonio Augusto Anastasia, de revisão desse critério injusto.

Novamente o governo legisla sobre o assunto, mantendo os critérios, condições e Municípios beneficiados a serem definidos por decreto, abrindo brecha para uma regulamentação nos moldes da atual, que restringe um direito concedido por lei, de forma injusta e sem nenhum critério aceitável.

EMENDA Nº 4

Fica suprimido o § 1º do art. 20 do Substitutivo nº 1.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Elisa Costa

EMENDA Nº 5

O art. 27 do Substitutivo nº 1 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27 - Será destinado ao pagamento de Prêmio por Produtividade montante de recursos correspondente a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, prevista na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º - O percentual de que trata o 'caput' deste artigo deverá ser previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º - Os recursos não utilizados para os efeitos do 'caput' serão utilizados no reajuste dos valores de vencimento dos servidores."

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Almir Paraca

EMENDA Nº 6

O inciso II, do art. 10, do Substitutivo nº 1 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10 - (...)

I - (...)

II - um representante dos servidores dos acordados, indicado nos termos de decreto, devendo ser observada a seguinte ordem:

- a) pela entidade sindical representativa dos servidores;
- b) por assembléia dos servidores;
- c) pelo dirigente do órgão ou entidade."

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Almir Paraca

EMENDA Nº 7

Ficam suprimidos os incisos IV, V e VI do art. 20, do Substitutivo nº 1.

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Almir Paraca

EMENDA Nº 8

O inciso II do § 2º do art. 25 do Substitutivo nº 1 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 - (...)

§ 1º - (...)

§ 2º - (...)

II - A maior remuneração existente no órgão a que pertence o servidor."

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Elisa Costa

EMENDA Nº 9

O art. 31 do Substitutivo nº 1, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 31 - O valor do Prêmio por Produtividade percebido pelo servidor nos termos desta seção não poderá ser superior ao valor da maior remuneração percebida no período de referência no órgão ou entidade a que pertence o servidor, excluídos os eventuais e atrasados."

Sala das Reuniões, 28 de fevereiro de 2008.

Elisa Costa

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 18ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Redação NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/12/2007

Às 20h1min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada e Agostinho Patrús Filho, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.616/2007 (Deputado Lafayette de Andrada); 1.745, 1.760 e 1.770/2007 (Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.616/2007 (relatora: Deputada Lafayette de Andrada); 1.745, 1.760 e 1.770/2007 (relatora: Deputada Gláucia Brandão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão - Agostinho Patrús Filho.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/2/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.925 e 1.935/2007 (Deputado Gilberto Abramo); 1.931, 1.939 e 1.945/2007 (Deputado Sebastião Costa); 1.926, 1.937, 1.944 e 1.952/2007 (Deputado Delvito Alves); 1.933, 1.936, 1.946, 1.948 e 1.965/2007 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.929, 1.938, 1.947 e 1.950/2007 (Deputado Hely Tarquínio); 1.927, 1.941, 1.962 e 1.963/2007 (Deputado Sargento Rodrigues); e 1.932, 1.940 e 1.949/2007 (Deputado Neider Moreira) e 1.736/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 521/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves, em virtude de redistribuição); 991/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição); 1.686/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 1.378/2007 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Delvito Alves, aprovado pela Comissão. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.706 e 1.736/2007, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo relator, Deputado Hely Tarquínio. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 1.776/2007 (relator: Deputado Delvito Alves, em virtude de redistribuição). É convertido em diligência à Secretaria de Planejamento, ao Prefeito de Rio Espera e ao autor o Projeto de Lei nº 1.945/2007.

Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.406 e 1.932/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 1.657 e 1.941/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 1.711 este com a Emenda nº 1, 1.728 e 1.901/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.735, 1.818, 1.936 e 1.946/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.926 e 1.937/2007 (relator: Deputado Delvito Alves); 1.929, 1.938 e 1.947/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 1.924/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de lei nºs 1.925, 1.933, 1.935, 1.940 e 1.944/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio - Neider Moreira.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/2/2008

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres sobre matérias constantes na pauta, a apreciar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofícios nºs 4/2008, do Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, publicado no "Diário do Legislativo" de 31/1/2008; e 27/2008, do Sr. Jales Marinho, Assessor-Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, publicado no "Diário do Legislativo" de 9/2/2008. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Resolução nºs 1.413 e 1.724/2007, (relator: Deputado Getúlio Neiva). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Vanderlei Jangrossi (2) em que solicita seja realizada visita da Comissão ao Município de Maria da Fé, neste Estado, com o objetivo de conhecer as plantações de oliveira da Fazenda Experimental da Epamig; e em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Uberaba durante o período de realização do II Congresso Internacional de Tecnologia da Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar, com o objetivo de buscar soluções que visem minimizar prováveis impactos a serem gerados no futuro, com a expansão da produção de etanol; e Vanderlei Jangrossi, Padre João, Getúlio Neiva, Antônio Carlos Arantes e Chico Uejo em que solicitam seja convidada a Sra. Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, para comparecer trimestralmente a esta Comissão com o objetivo de expor os planos e ações desenvolvidos por essa Secretaria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Chico Uejo - Padre João.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/2/2008

Às 9h20min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio e Doutor Rinaldo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Odilon Pereira de Andrade Neto, Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde; da Sra. Meryvone Mansur Biscaro, Vereadora à Câmara Municipal de Varginha, e do Sr. Carlos Siqueyuki Sedyama, Reitor da Universidade Federal de Viçosa, todos publicados no "Diário do Legislativo" de 19/1/2008. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 363/2007, em turno único (Deputado Hely Tarquínio); 955/2007, no 1º turno (Deputado Ruy Muniz); 1.800/2007 em 1º turno e 1.873/2007, em turno único (Deputado Doutor Rinaldo); 1.866/2007, em turno único (Deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.623/2007 (relator: Deputado Doutor Rinaldo); 1.789/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 1.846/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Carlos Pimenta). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.685; 1.676; 1.689; 1.714; 1.722; 1.723/2007; 1.754 e 1.755/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 19, terça-feira, às 10 horas, com a finalidade de debater medidas de controle da febre amarela no Estado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Doutor Rinaldo - Eros Biondini.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/2/2008

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Sargento Rodrigues interrompe a reunião. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença do Deputado Délio Malheiros. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício dos Srs. Marcelo Armstrong da Silva, Diretor Regional do Sindpol da Zona da Mata mineira, com sub-sede regional em Juiz de Fora, (19/1/2008); Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Defesa Social (28/12/2007). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.891/2007, que recebeu parecer pela aprovação (relator: Deputado Délio Malheiros). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.703, 1.711, 1.712 e 1.756/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater segurança pública no Município de Montes Claros; Sargento Rodrigues (4), em que solicita sejam realizadas visitas desta Comissão às Cadeias Públicas das Comarcas de Frutal, Coronel Fabriciano e Ubá para verificarem as condições das instalações, lotação, equipamentos e a situação da população carcerária; e em que solicita seja realizada reunião

para, em audiência pública, debater as condições de trabalho e reivindicações dos servidores administrativos que compõem os quadros da defesa social; da Deputada Elisa Costa, em que solicita seja realizada visita conjunta desta Comissão com a de Direitos Humanos à Cadeia Pública de Governador Valadares, para verificar as condições do local. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente - Paulo Cesar - Delvito Alves.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Saúde NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/2/2008

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio e Doutor Rinaldo, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Eros Biondini. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater medidas de controle da febre amarela no Estado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Luiz Felipe de Almeida Caram Guimarães, Subsecretário de Vigilância e Saúde da Secretaria de Estado de Saúde; Gilvânia Westin Cosemza, Assessora da Vigilância de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Helena Francisca Valadares Maciel, Diretora do Hospital Infantil João Paulo II; Andréia Luchesi, médica pediatra do Hospital Infantil João Paulo II; Tânia Maria Soares Arruda Caldeira Brant, Coordenadora de Imunização da SES; Francisco L. Lemos, Gerente de Vigilância Ambiental da SES; Denise Maciel Dornas, Coordenadora da Coordenação Técnica de Imunização da Secretaria Municipal de Saúde, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como um dos autores do requerimento, faz suas considerações iniciais e, logo após, concede a palavra ao Deputado Eros Biondini, co-autor do requerimento que deu origem ao debate. A seguir, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições com auxílio do "datashow". Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/2/2008

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes e Chico Uejo, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Padre João, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar proposições constantes na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofício nº 28/2008, do Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, publicado no "Diário do Legislativo" de 14/2/2008. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.892/2007 (relator: Deputado Chico Uejo). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.773, 1.774, 1777, 1778, 1782, 1783, 1.784 e 1.785/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião para se discutirem as ações e providências relacionadas com o embargo da exportação de carne pela União Européia; Padre João, Vanderlei Jangrossi e Antônio Carlos Arantes em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão para se discutir a qualidade da carne produzida em Minas Gerais, tendo em vista as exportações e o abastecimento do mercado interno; e Padre João (2) em que solicita seja realizada audiência pública para se discutir o ICMS incidente sobre os produtos da agricultura familiar passíveis de inclusão no Programa de Compra Direta do governo federal; e em que solicita seja realizada visita técnica da Comissão no Município de Araçuaí para participar do lançamento do Programa Territórios da Cidadania, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Padre João - Antônio Carlos Arantes - Getúlio Neiva.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/2/2008

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e João Leite, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Padre João. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a atuação da Polícia Militar e da Polícia Civil nos Municípios de Mariana e Ouro Preto. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Marco Antônio Nicolato Medírcio, Coordenador Parlamentar, representando o Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Prefeito Municipal de Ouro Preto; Verador Wanderley Rossi Kuruzu, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Ouro Preto, representando o Vereador Maurílio Zacarias Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto; Cel. PM Ricard Franco Gontijo, Comandante da 11ª Região da PMMG, representando o Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da PMMG; a Sra. Jacqueline de Oliveira Ferraz, Delegada de Polícia, representando o Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil; Ten.-Cel. PM Marco Antônio Janeiro, Comandante da 8ª Companhia Independente da PMMG, de Ouro Preto; o Sr. Flávio Tadeu Destro, Delegado da 28ª Delegacia Seccional de Polícia Civil de Ouro Preto; os Cabos PM Cláudio de Araújo e José Carlos Ribeiro, do 3º Pelotão PM de Mariana; o Subtenente PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra -; Antônio Marcos Pereira, Presidente do Sindpol; Leonardo Barbosa e Sílvio Mapa, Vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto; e Ricardo Gonçalves de Matos, agente turístico em Ouro Preto, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2008.

Luiz Tadeu Leite, Presidente - João Leite - Almir Paraca.

Às 9h20min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, André Quintão, Domingos Sávio e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício da Sra. Patrícia Aparecida Borges, publicada no "Diário do Legislativo", em 14/2/2008. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.751, 1.759 a 1.764, 1.771 e 1.787/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - André Quintão - Ademir Lucas - Chico Uejo - Inácio Franco - Domingos Sávio - Ivair Nogueira.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/2/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Vanderlei Miranda, Bráulio Braz e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Zezé Perrella, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.801/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Vanderlei Miranda, Presidente - Eros Biondini - Ademir Lucas.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/2/2008

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Magalhães, Ademir Lucas e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ronaldo Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig, publicado no "Diário do Legislativo" de 15/2/2008. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.765, 1.766, 1.768, 1.803, 1.804, 1.805, 1.806, 1.807, 1.808, 1.809, 1.810, 1.811, 1.812, 1.813, 1.814, 1.815, 1.816 e 1.817/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é rejeitado requerimento do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião para se debaterem, em audiência pública, a remoção do lixo recolhido em Belo Horizonte para a cidade de Esmeraldas, a coleta de esgoto de Nova Contagem, e a construção de um presídio estadual naquele Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Weliton Prado, Presidente - Wander Borges - Padre João - Ronaldo Magalhães.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 37ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 17 horas do dia 3/3/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 16/2007

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o Projeto de Lei nº 16/2007 obriga a implantação do processo de coleta seletiva de lixo em "shopping centers" e outros estabelecimentos que especifica no Estado de Minas Gerais.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Fiscalização Financeira, e à Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, conforme requerimento. A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Turismo, Indústria e Comércio deixou de opinar sobre a proposição, em virtude da perda de prazo.

Por decisão da Mesa da Assembléia, foi anexada à proposição o Projeto de Lei nº 1.020/2007, de autoria do Deputado André Quintão, que institui a Coleta Seletiva de Lixo nas Secretarias e nos órgãos da estrutura do Estado.

A requerimento, a matéria vem, agora, a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em tela estabelece a obrigatoriedade da coleta seletiva de lixo para "shopping centers" com número superior a 50 estabelecimentos comerciais, bem como para empresas de grande porte, condomínios industriais, residenciais e repartições públicas, nos termos de regulamento, e prevê a pena de multa de 1.500 Ufemgs (Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) caso o que determina não seja cumprido. A despeito de tramitar nesta Comissão o Projeto de Lei nº 1.269/2007, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, entendemos que a proposição ora em exame encerra um tema específico afeto à Lei nº 13.766, oriundo de projeto de iniciativa do Deputado Sávio Souza Cruz, editada em novembro de 2000, que visa a apoiar os Municípios na implantação da coleta seletiva.

Entre outras medidas, essa lei incumbe ao Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam - baixar normas e estabelecer procedimentos para o recolhimento, reaproveitamento, disposição final, reciclagem e outras formas de processamento de lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias usadas. Aos fabricantes desses itens foi atribuída a responsabilidade de adotarem, diretamente ou por meio de terceiros, procedimentos de reutilização, reciclagem e tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.

Por iniciativa parlamentar, a norma acima referida recebeu a adição de novos dispositivos, como, por exemplo, os comandos introduzidos pela Lei nº 16.689, de janeiro de 2007, que determinam aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado instituir

coleta seletiva de lixo na hipótese de inexistência de legislação municipal pertinente. Essas atividades de coleta de resíduos recicláveis, tais como papel, papelão, plástico, metal e vidro, integram iniciativas para a educação ambiental. Diga-se de passagem que tais disposições respondem perfeitamente aos objetivos do Projeto de Lei nº 1.020/2007, anexado à proposição ora em exame.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise preliminar do Projeto de Lei nº 16/2007, expressou a opinião de que ele "se afina com o texto constitucional, pois promove o engajamento social dos estabelecimentos comerciais aos quais a proposição se destina, como, de resto, favorece a difusão de uma maior conscientização acerca da questão ambiental por parte das pessoas que freqüentam tais estabelecimentos. Desse modo, tanto os empreendedores privados quanto o seu público-alvo, parcelas significativas da coletividade, ver-se-iam engajados em defesa da causa ambiental."

Na opinião dessa Comissão, a matéria não trata da destinação final do lixo, nem de limpeza urbana, pois, se o fizesse, estaria adentrando domínio normativo exclusivo do Município, violando, assim, o princípio da autonomia. Reconheceu, no entanto, que há inegável conexão entre o tema da coleta seletiva e as questões atinentes aos serviços de limpeza urbana. Mas, conforme aduziu, ao ser instituída a medida legislativa preconizada na proposição, seu campo de incidência se estenderia por todos os Municípios mineiros, alcançando, inclusive, aqueles em que não se faz coleta seletiva de lixo. Nessa hipótese, estaria configurada uma situação totalmente desarrazoada, pois mesmo que as empresas, os condomínios residenciais ou industriais promovessem a coleta seletiva, o esforço seria em vão, uma vez que o lixo coletado de modo seletivo seria misturado indiscriminadamente com todo o lixo produzido no Município, pelo fato de o poder público não proceder a uma coleta seletiva de lixo.

Por meio do Substitutivo nº 1, procurou-se contornar tal objeção, de tal forma que a exigência da coleta seletiva de lixo nesse âmbito particular fique restrita aos Municípios que tenham incluído a coleta seletiva em seu sistema de gestão dos resíduos urbanos, o que, na verdade, já é uma tendência, em razão dos benefícios fiscais instituídos pelo Estado como mecanismo indutor desse procedimento por parte dos Municípios. Esse é o caso, por exemplo, da Lei Robin Hood, que instituiu o ICMS Ecológico como incentivo para as iniciativas municipais no campo do saneamento básico e da proteção ambiental.

Outro reparo que se impôs ao projeto consiste exatamente em acatar sua proposta por meio de alteração à referida Lei nº 13.766, de modo que não se edite outra norma autônoma, versando sobre tema atinente à política estadual de coleta seletiva. Foi introduzido, também, dispositivo que estabeleceu um prazo razoável para que os destinatários da norma possam adotar as providências necessárias ao seu atendimento. A multa prevista aos infratores foi preservada.

A nosso ver, as modificações introduzidas pelo Substitutivo nº 1 atendem os objetivos pretendidos pelo autor da proposição, pois, além de conservar a autonomia da norma estadual em vigor, enriquece-a com diretrizes que visam ao reaproveitamento de materiais cujo descarte causaria uma enorme pressão sobre o meio ambiente.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 16/2007, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Fábio Avelar, relator - Almir Paraca - Inácio Franco.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.512/2007

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Arlen Santiago, "disciplina o comércio de artigos de conveniência em farmácias e drogarias, no âmbito do Estado de Minas Gerais, de modo a proporcionar segurança e higiene ao consumidor".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 30/8/2007, foi o projeto inicialmente distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a esta Comissão emitir parecer sobre o mérito da proposição, nos termos do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, IV, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise pretende instituir mecanismos que têm como objetivo proporcionar mais proteção à saúde e à segurança do consumidor quando da aquisição de produtos nas chamadas lojas de conveniência.

Segundo os termos do projeto, a venda de pilhas, leite em pó, colas, água mineral, entre outros produtos, nos referidos estabelecimentos deverá assegurar ao consumidor a recepção do produto convenientemente embalado, de modo a evitar qualquer contaminação, o que, em última análise, é medida compatível com os princípios norteadores da atividade de consumo.

Ressalte-se, também, que o projeto inviabiliza a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos dessa natureza, o que se mostra salutar, pois essas têm sido consideradas nocivas à saúde de seus usuários e causadoras de danos diretos e indiretos. Observe-se, a título de exemplo, que medida provisória recentemente editada pelo Presidente da República proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos localizados às margens das rodovias federais, exatamente com o propósito de evitar os acidentes - muitas vezes graves - provocados por motoristas alcoolizados.

Verificamos, por outro lado, a necessidade de inserir, no projeto, norma sancionadora, segundo os preceitos da técnica legislativa. Essa é a razão de formularmos, na conclusão deste parecer, a Emenda nº 1, que remete ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor os casos de inobservância da lei, sendo certo que aquele diploma preconiza a possibilidade da aplicação de pesadas multas e, nos casos extremos, até mesmo, a cessação da atividade comercial.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.512/2007 com a Emenda nº 1, a seguir redigida.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... - O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às penalidades previstas nos arts. 56 a 59 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990."

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

Carlos Pimenta, Presidente e relator - Walter Tosta - Chico Uejo.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.643/2007

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Gilberto Abramo, proíbe que as empresas que exploram locação imobiliária cobrem taxas por informações cadastrais do consumidor.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 4/10/2007, foi a matéria distribuída preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta Comissão para análise dos aspectos relativos ao seu mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, do Regimento interno.

Fundamentação

A proposição em apreço pretende corrigir uma grave distorção existente no mercado de locação imobiliária, uma vez que os consumidores, regularmente, são obrigados a arcar com os custos relativos à aferição da idoneidade do pretendente ao inquilinato, quando essas despesas, por força de lei, devem ser imputadas ao proprietário do imóvel.

O autor do projeto formulou a proposta com o objetivo de inviabilizar a cobrança desses custos do consumidor, estipulando como penalidade a obrigação de ser devolvido em dobro o valor, para o caso de descumprimento da norma.

Ocorre que a Lei nº 8.245, de 18/10/91, que dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, imputa ao proprietário do imóvel a responsabilidade pelo pagamento de toda e qualquer despesa com intermediação e com a aferição da idoneidade do inquilino e de seus fiadores, conforme ficou claro no parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça.

Verifica-se que os problemas que ocorrem de forma recorrente no mercado provêm da falta de conhecimento do possível inquilino sobre as responsabilidades do locador, as quais se encontram delineadas no art. 22 da referida norma jurídica.

Foi oportuna a iniciativa do relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, ao formular o Substitutivo nº 1, com o propósito de assegurar a informação clara e objetiva ao consumidor, mediante a afixação de cartaz nas dependências das empresas imobiliárias, enumerando discriminadamente e de forma ostensiva as responsabilidades do proprietário do imóvel quando da estipulação de uma relação locatícia, entre elas o pagamento da despesa de que trata o projeto.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.643/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2008.

Carlos Pimenta, Presidente - Chico Uejo, relator - Walter Tosta.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 28/2/2008, as seguintes comunicações:

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento do Sr. Nicolau Deodato Ribeiro, ocorrido em 23/2/2008, em Patos de Minas. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Alberto Pinto Coelho, notificando o falecimento do ex-Deputado Agostinho Patrús, ocorrido em 24/2/2008, em São Paulo. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a estudante mineira Luísa Lima Castro pelo 1º lugar no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem - de 2007 (Requerimento nº 1.673/2007, do Deputado Deiró Marra);

de congratulações com os familiares da Profa. Lucília Coelho do Amaral pela passagem de seu centenário de nascimento (Requerimento nº 1.678/2007, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a comunidade do Município de Perdigoão pelo transcurso do 54º aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 1.702/2007, do Deputado Domingos Sávio);

de congratulações com o Sr. Luís Flávio Saporì pelo lançamento do livro "Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas" (Requerimento nº 1.703/2007, do Deputado Gustavo Valadares);

de congratulações com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, pela passagem dos seus 75 anos (Requerimento nº 1.705/2007, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Escola Estadual Dom Benevides, de Mariana, pelo 1º lugar no Programa de Avaliação da Alfabetização do Governo de Minas Gerais - Proalfa - em 2007 (Requerimento nº 1.706/2007, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Prefeito Municipal de Araxá pela eleição do Complexo do Barreiro, nesse Município, como uma das "Sete Maravilhas de Minas" (Requerimento nº 1.707/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro);

de aplauso à "Revista Encontro" pela realização da eleição "Sete Maravilhas de Minas" (Requerimento nº 1.708/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro);

de congratulações com o Sr. Sérgio Luiz Milagre, Delegado Seccional da 37ª Delegacia Seccional da Polícia Civil de Ouro Branco, por sua promoção à classe final da carreira como Delegado-Geral da Polícia Civil (Requerimento nº 1.711/2007, do Deputado Padre João);

de congratulações com o Ipatinga Futebol Clube por seus 10 anos de fundação (Requerimento nº 1.742/2008, do Deputado Adalclever Lopes);

de congratulações com a Escola Estadual Professor Salatiel de Almeida, de Muzambinho, pelo brilhante desempenho de seus alunos no último Exame Nacional do Ensino Médio -Enem (Requerimento nº 1.745/2008, do Deputado Sávio Souza Cruz);

de pesar pelo falecimento do Sr. Gilberto Souza e Silva, Prefeito Municipal de São Francisco do Glória, ocorrido em 13/1/2008, em Piúma (ES) (Requerimento nº 1.746/2008, do Deputado Sávio Souza Cruz);

de congratulações com o Vasco da Gama Futebol Clube, de Esmeraldas, pela conquista da 47ª Copa Itatiaia de Futebol Amador (Requerimento nº 1.747/2008, do Deputado Sávio Souza Cruz);

de congratulações com o Padre Danilo Mamede de Campos Rodrigues pelos 35 anos de vida religiosa (Requerimento nº 1.748/2008, do Deputado Sávio Souza Cruz);

de congratulações com a Toyota do Brasil pelos 50 anos de atividades no País (Requerimento nº 1.750/2008, do Deputado Jayro Lessa).

de congratulações com o Sr. Carlos Luppi, Presidente Nacional do PDT, e com o Sr. Manoel Costa, Presidente desse Partido em Minas Gerais, pelo transcurso do 86º aniversário de nascimento do ex- Governador Leonel de Moura Brizola (Requerimento nº 1.751/2008, do Deputado Paulo Cesar);

de congratulações com a Diretoria dos Diários Associados pela comemoração dos 80 anos do jornal "Estado de Minas" (Requerimento nº 1.758/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Jarbas de Carvalho Ladeira Filho por sua eleição como 3º Vice-Presidente do TJMG (Requerimento nº 1.759/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Cláudio Renato dos Santos Costa, por sua eleição como 1º Vice-Presidente do TJMG (Requerimento nº 1.760/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Reynaldo Ximenes Carneiro por sua eleição como 2º Vice-Presidente do TJMG (Requerimento nº 1.761/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Joaquim Herculano Rodrigues por sua posse como Presidente do TRE-MG (Requerimento nº 1.762/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o sr. José Tarcízio de Almeida Melo por sua posse como Vice-Presidente do TRE-MG (Requerimento nº 1.763/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Mauro Flávio Ferreira Brandão por sua posse como o primeiro Ouvidor do Ministério Público do Estado (Requerimento nº 1.764/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade do Município de São João da Mata por seu 45º aniversário de emancipação (Requerimento nº 1.765/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade do Município de Senador José Bento por seu 45º aniversário de emancipação (Requerimento nº 1.766/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Carlos Macedo de Oliveira, Diretor-Presidente do jornal "Hoje em Dia", pelos 20 anos de sua fundação (Requerimento nº 1.767/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a comunidade do Município de Três Marias por seu 45º aniversário de emancipação (Requerimento nº 1.768/2008, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à TV Globo Minas pelo transcurso do 40 aniversário de sua fundação (Requerimento nº 1.769/2008, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Projeto Manuelzão por seus 11 anos de atuação (Requerimento nº 1.770/2008, do Deputado Doutor Viana);

de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual José Bonifácio de Andrada, ocorrido em 16/1/2008 (Requerimento nº 1.771/2008, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Associação Comercial de Governador Valadares pela posse de sua nova diretoria para o biênio 2008-2010 (Requerimento nº 1.801/2008, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Diretoria dos Diários Associados pelos excelentes serviços prestados pelo jornal "Estado de Minas" ao povo mineiro (Requerimento nº 1.802/2008, do Deputado Chico Uejo).

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas pela 4ª colocação alcançada pelo Município no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.803/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha pela 10ª colocação alcançada pelo Município no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.804/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Paiva pela 11ª colocação alcançada pelo Município, no quesito Índice Social, no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.805/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte pela 24ª colocação alcançada pelo Município, no quesito Índice de Gestão, no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.806/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Ibitité pela 3ª colocação alcançada pelo Município, no quesito Índice de Gestão, no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.807/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves pela 9ª colocação alcançada pelo Município, no quesito Índice de Gestão, no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.808/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas pela 22ª colocação alcançada pelo Município, no quesito Índice de Gestão, no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.809/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Muzambinho pela 20ª colocação alcançada pelo Município, no quesito Índice Fiscal, no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.810/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Congonhal pela 11ª colocação alcançada pelo Município, no quesito Índice de Gestão, no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.811/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Carrancas pela 17ª colocação alcançada pelo Município, no quesito Índice de Gestão, no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.812/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Coimbra pela 9ª colocação alcançada pelo Município no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.813/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Alterosa pela 8ª colocação alcançada pelo Município, no quesito Índice de Gestão, no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.814/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Oeste pela 14ª colocação alcançada pelo Município no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.815/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Tocos do Moji pela classificação do Município entre os 30 melhores no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.816/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Simão Pereira pela 28ª colocação alcançada pelo Município, no quesito Índice Social, no Índice Nacional de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão - IRFS -, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM (Requerimento nº 1.817/2008, do Deputado Dinis Pinheiro).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/2/2008

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, foi com muita alegria que recebemos o resultado da última pesquisa CNT-Sensus que avaliou o desempenho do nosso governo federal, o governo Lula. Desde 2003, na posse do Presidente Lula, temos, com muito vigor, determinação e esforço - não só o PT, mas também a coalizão do primeiro e do segundo mandato do governo Lula -, trabalhado para recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento econômico, com justiça social e redução da pobreza e das desigualdades sociais. Verificamos, mesmo no momento de turbulência internacional, que alguns setores da Oposição - nem vou generalizar o conjunto da Oposição, mas talvez alguns setores que ainda não perceberam o avanço de consciência da população brasileira - ainda tentam, em um debate miúdo e desgaste de medidas, algumas benéficas para o País, derrotá-las, como derrotaram os recursos para a saúde e para a política social no recente debate sobre a CPMF.

Apesar de toda essa bateria de críticas, muitas infundadas, a pesquisa CNT-Sensus revela que esse esforço da base aliada, do Presidente Lula, do PT está sendo compreendido pela população brasileira. Programas sociais como o Bolsa-Família, o ProUni, o Pronaf, o Fundeb, o PAC e tantos outros em curso no Brasil foram aplicados e implementados de maneira republicana e suprapartidária. Para terem uma idéia, somente o Ministério do Desenvolvimento Social, cujo orçamento - recorde neste ano - é de R\$28.000.000.000,00, atende 60 milhões de brasileiros. Só em Minas Gerais, o Ministério comandado pelo mineiro Patrus Ananias atende pessoas com um valor de R\$2.000.000.000,00. Para nossa Capital, tão bem governada pelo Prefeito Fernando Pimentel, são R\$200.000.000,00 destinados apenas pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

E a população está compreendendo esse esforço. O Presidente Lula chega na 2ª melhor avaliação de governo desde que tomou posse, com 85% de aprovação. Vejam bem: 85% de aprovação, que é um recado claro para a Oposição. Não adianta a Oposição fazer barulho e não discutir políticas públicas. Não adianta a Oposição discutir perfumaria e não discutir o sentido real de para onde o Brasil está caminhando. E o Brasil está no rumo certo, do crescimento econômico, da estabilidade econômica, da redução das desigualdades e da redução da pobreza.

Por isso, gostaria de dizer, Presidente, que neste mês, quando o PT, nosso partido, completa 28 anos, é com muito orgulho que recebemos esse reconhecimento da população brasileira.

É lógico que o caminho ainda é longo. O Brasil e o Presidente Lula herdaram uma dívida social acumulada ao longo da história. O Brasil ainda é um país profundamente marcado por uma estrutura social concentradora de renda, riqueza e oportunidades. É evidente que o País ainda enfrenta problemas sérios na distribuição da terra, e precisamos concluir um processo de reforma agrária digna em nosso país. O Brasil ainda convive com indicadores de violência inaceitáveis, principalmente envolvendo os jovens brasileiros. É evidente que as regiões metropolitanas ainda enfrentam graves problemas na área de infra-estrutura, particularmente no que se refere ao saneamento básico, daí, a importância do PAC. Mas é forçoso reconhecer que estamos caminhando e que o Brasil precisa continuar nessa caminhada compatibilizando desenvolvimento econômico e distribuição de renda.

Além dessa boa notícia - pois como é bom ser governado no País por um Presidente e uma equipe de governo que têm esse compromisso e sensibilidade sociais -, queria trazer outra boa notícia: o Governador Aécio Neves sancionou o PPAG na íntegra, acolhendo as emendas populares. Assim, venho dizer - e é justo fazê-lo - que os compromissos assumidos com o processo de participação popular no PPAG, encaminhado pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira, foram recebidos pelo Poder Executivo, e as principais emendas acolhidas foram sancionadas em sua totalidade pelo Governador Aécio Neves, com quem estivemos anteriormente, com os Deputados

Zé Maia e Lafayette de Andrada, quando ele nos disse que faria um esforço de acolhimento dessas emendas.

Gostaria de citar algumas delas, que destinam: R\$2.000.000,00 para recursos anteriormente previstos para a universalização dos Centros de Referência da Assistência Social - Cras -, na linha de implantação do Sistema Único da Assistência; R\$1.000.000,00 para a ação de estruturação do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan -, de cuja importância para o combate à desnutrição materna e infantil sabe muito bem o Deputado Carlos Mosconi, expoente da área de saúde; R\$1.000.000,00 para o cumprimento da Lei nº 16.683, de minha autoria, que prevê o acompanhamento social dos jovens do Poupança Jovem nas escolas estaduais; R\$700.000,00 para equipar Conselhos Tutelares e de direitos da criança e do adolescente; R\$550.000,00 adicionais para a promoção de direitos humanos; R\$500.000,00 para a implantação dos Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Cresan -; R\$400.000,00, além do previsto, para o combate ao trabalho infantil; R\$350.000,00 para ações de apoio à comercialização e às feiras regionais do Economia Solidária; R\$400.000,00 para apoio a cooperativas e associações de catadores de material reciclável; R\$470.000,00 para melhoria das cozinhas das escolas do semi-árido mineiro; e R\$900.000,00 para implantação dos Centros de Atenção Psicossocial para Atendimento à Criança e ao Adolescente.

Falei de algumas das emendas aprovadas no PPAG, sancionadas pelo Governador Aécio Neves. Certamente - aqui rendo homenagem às entidades sociais, aos cidadãos e cidadãs que participaram desse processo na Assembléia - essa não é uma conquista de um Deputado, de um partido político, mas de um processo de participação popular suprapartidário, com várias comissões permanentes integrando o esforço, o apoio inestimável da equipe técnica da Assembléia, a participação ativa do governo do Estado, culminando, na primeira etapa, com a sanção pelo Governador. Agora se trata de implementar as emendas populares.

Quanto a isso, já fizemos contato com o Secretário Custódio Mattos, de Desenvolvimento Social e Esportes. Boa parte dos recursos estão direcionados à Sedese, que tem uma equipe de trabalho muito esforçada e dedicada, e hoje, contando com o Secretário Custódio Mattos, que tem uma condução muito correta. Ele é uma pessoa rigorosamente afinada com o rumo das políticas públicas sociais em curso no nosso país e de extrema sensibilidade política, particularmente na área voltada à criança e ao adolescente. Com essas emendas, com a boa-vontade e a maneira republicana com que o governo Lula trata a questão social e com o empenho do Ministro Patrus Ananias em relação ao Brasil, particularmente ao nosso Estado, diria que temos hoje, Deputado Domingos Sávio, uma condição econômica, política, técnica e legislativa muito favoráveis para avançarmos na construção de uma agenda de políticas públicas sociais em Minas Gerais, contando com o entrosamento administrativo e sinalizando para o entrosamento político entre o Ministro Patrus Ananias, o governo federal e o Governador Aécio Neves e as respectivas áreas técnicas.

Acredito eu que poderemos dar um salto nas políticas públicas sociais em Minas Gerais, nessa construção compartilhada entre governo estadual e governo federal, e com a participação suprapartidária da Assembléia, que deu essa contribuição através das emendas populares.

Tenho o maior prazer em conceder aparte a V. Exa.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Nobre Deputado, quero fazer coro com V. Exa. quanto a ser essa uma bandeira que erguemos juntos, uma causa que pertence a todos nós. Não posso deixar de me unir a V. Exa. nas referências feitas ao nosso prezado Secretário de Estado Custódio Mattos, para a minha alegria, Presidente do PSDB de Minas Gerais, homem público de história extremamente digna e que desperta, como V. Exa. disse, a exemplo do Ministro Patrus, igualmente uma figura irretocável na sua história, desde quando Prefeito de Belo Horizonte, até hoje, na condição de Ministro, esse sentimento.

Fico à vontade para fazer essa referência, porque nós dois temos nesta Casa uma relação no mesmo nível na construção dessas emendas, no debate da organização do Plano Plurianual, no momento em que fui relator, nas nossas atuações em comissão. Hoje, na condição de Líder da Maioria, enxergamos com clareza que é esse o ambiente que devemos estabelecer para construirmos o que é do interesse do povo mineiro, principalmente dos menos assistidos. Portanto, estaremos juntos para que as emendas se materializem e, assim como estivemos na construção do Orçamento, estaremos na sua execução. Não tenho dúvida de que o Governador Aécio Neves estará firme para executar o Orçamento com lucidez, com responsabilidade, como vem fazendo. Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento e agradeço o aparte.

O Deputado André Quintão - Agradecemos ao Deputado Domingos Sávio o aparte. Tenho certeza de que a Assembléia Legislativa continuará à disposição naquilo que lhe couber. Todavia, repito que essa é uma conquista da sociedade mineira. Esperamos que as emendas populares agora sejam traduzidas em ações que repercutam diretamente na melhoria da qualidade de vida do povo de Minas Gerais, principalmente das regiões e das pessoas mais sofridas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, um fato de expressiva relevância e merecedor de nosso orgulho não poderia passar em branco nesta Casa Legislativa. No último dia 23 de novembro, a Fiat Automóveis nos deu uma grande notícia, para o entusiasmo de todos os mineiros. E não é para menos. A Fiat anunciou que fará em Betim a maior expansão de sua história. Com o projeto, que inclui não apenas a fábrica de automóveis, mas todo o grupo e a própria Iveco, a montadora investirá R\$5.000.000.000,00 em Minas Gerais e gerará aproximadamente 5 mil empregos. Esse é o maior investimento anunciado pelo Grupo Fiat em todo o mundo e fará da fábrica de Betim, que hoje já é a de maior produtividade, a maior fábrica do grupo em atividade em todo o mundo.

A história da Fiat muito contribuiu para elevar o nome de cidade de Betim, Município de que me orgulho e me sinto honrado de nele ter nascido. Agora testemunhamos mais um avanço importante.

Retornando na linha do tempo, na década de 70, vejo o brilhante início das atividades da montadora no Brasil. Na época, o então Governador Rondon Pacheco fez os primeiros contatos com a montadora italiana para realizar o sonho de criar um parque industrial em Minas Gerais.

Em 1974, a fábrica já se erguia em Betim. Dois anos mais tarde é lançado o Fiat 147. Quem não se lembra do mais econômico e menor carro montado no Brasil? Depois surgiram outras novidades: a picape Fiat; mais tarde, o carro movido a álcool, a versão esportiva e depois os modelos Panorama e Fiorino.

Em 1984 é lançado o Uno, veículo até hoje produzido, que é considerado o mais barato do Brasil e um sucesso de vendas. Além de fabricar o veículo de mais baixo custo, a empresa produz também um dos carros mais vendidos: o Pálio. Incentivando a paixão do brasileiro por carros, a Fiat sempre soube atender ao desejo de todo o gênero de consumidores e entrou até para o segmento de veículos de luxo no Brasil com o lançamento do Tempra na década de 90.

Trilhando o caminho do sucesso absoluto, há dois anos a montadora reassumiu o topo no "ranking" de vendas no Brasil. É responsável pela fatia de 26,6% do mercado automobilístico brasileiro. Só a fábrica de Betim tem a maior produção da marca; e a tendência é só ampliar, com a implantação do terceiro turno. Em operação 24 horas por dia, a produção da Fiat em Betim cresce, a montadora cria milhares de empregos, gera mais renda e beneficia nossa economia.

Em 2007, o Governador Aécio Neves lembra o gesto de um grande administrador e anuncia que Minas Gerais receberá R\$5.000.000.000,00 em novos investimentos do Grupo Fiat. Assim, o Grupo Fiat pretende ampliar a fábrica de automóveis em Betim e injetar recursos na Iveco, subsidiária de veículos pesados e utilitários, em Sete Lagoas.

Vimos que essa história hoje é coroada de êxitos, que começou há 32 anos, é também parte da história de Betim.

É a trajetória de uma fábrica que acreditou numa cidade do interior de Minas, que abriu não só as portas para a possibilidade de um negócio, mas também para uma relação de parceria e prosperidade.

Hoje, somos o 2º maior PIB do Estado, com 14,4% da população economicamente ativa. A Fiat, com seu reconhecido prestígio, ajudou Betim a se transformar em um poderoso pólo de desenvolvimento industrial. E isso significa riqueza, progresso, visão. Agradecemos, pois, à Fiat, que avança em mais uma etapa de desenvolvimento; ao Prefeito Carlaile Pedrosa por ter feito uma grande parceria com a Fiat; à cidade de Betim, que acolhe a Fiat e transforma negócios em progresso social.

Quero dizer, Deputados Rômulo Veneroso e Pinduca Ferreira, que temos orgulho de ser de Betim. Ao longo dos anos temos visto que a Fiat Automóveis, não só na produção de veículos, como uma grande montadora, mas também como empresa que busca a sua expansão em uma área de 3.000.000m² no fundo de sua fábrica, dará realmente outro salto de desenvolvimento que irá além de Betim e região. Tenho a certeza de que, se a Fiat é responsável hoje pelo maior progresso de toda a Região Metropolitana, contribuindo de forma acentuada para o desenvolvimento de Minas Gerais, com o aumento da sua produtividade, com a melhoria da qualidade, que se acentua cada vez mais, Betim ganhará muito. Com isso, ganharão também Ibirité, Igarapé, Sete Lagoas, Juatuba, Mateus Leme, várias cidades, pois serão também beneficiadas com esse desenvolvimento da Fiat.

Atrás da Fiat, tenho certeza, virão as empresas subsidiárias. O sistema do "just in time", hoje aplicado pela Fiat, tem gerado muitos empregos. Os Deputados Rômulo Veneroso, Pinduca, que acompanham de perto o desenvolvimento de Betim, sabem que essa cidade tem aberto as portas para o progresso. Os investidores, sabendo dessa iniciativa da Fiat Automóveis, estão buscando novos investimentos no Município de Betim, têm gerado emprego, e aumentará a receita da nossa cidade e do nosso Estado, pois a Fiat representa um percentual bastante elevado para o PIB mineiro.

Então, o somatório de esforços do Governador Aécio Neves, do Prefeito Carlaile Pedrosa, a nossa atuação como Deputado nesta Casa - a minha, a sua e a do Pinduca -, o trabalho das lideranças de Betim têm contribuído para essa grande parceria. Quem ganha com isso é o povo de Minas Gerais. Quando as pessoas reclamam da arrecadação de Betim, elas têm de olhar para o outro lado, pois essa divisão do bolo tem contribuído de forma bastante positiva para o desenvolvimento do nosso Estado.

O Deputado Rômulo Veneroso (em aparte)* - Gostaria de agradecer ao nosso Exmº Deputado Ivair Nogueira a oportunidade de apartear-lo neste momento importante do seu pronunciamento. Queria ainda parabenizá-lo por suas palavras, falar da atuação parlamentar do nobre Deputado, cumprimentar o Deputado Doutor Viana, que preside a Mesa, os demais Deputados presentes e os telespectadores da TV Assembléia.

Deputado Ivair, nós que nascemos e fomos criados em Betim, acompanhamos todo esse crescimento. Com a chegada da Fiat, realmente Betim tomou outros rumos, pois, em determinados anos, atingiu um crescimento de quase 10%, o que nos causou grandes problemas sociais, a exemplo da questão da moradia. A infra-estrutura da cidade não estava preparada para receber um contingente de pessoas tão grande, e, ao longo desses 32 anos, vimos sofrendo e lutando para resolver essas questões com a nossa população.

Hoje temos grande preocupação com a expansão anunciada da Fiat, cujo investimento é da ordem de R\$3.000.000.000,00. Isso realmente nos traz muita alegria por entendermos que hoje a Fiat considera Betim como sua sede mundial, pois será a sua maior fábrica.

Com certeza, o nosso Prefeito Carlaile já esteve reunido com a diretoria da fábrica, buscando alternativas para retornar com a parte administrativa da empresa para a nossa cidade, o que, infelizmente, no passado, perdemos. E perdemos muito com isso, não apenas com relação à arrecadação, mas também aos empregos de muitos funcionários administrativos.

Quero dizer que, nessa perspectiva de preocupação, estamos organizando, e gostaria de contar com a participação de V. Exa. e do nosso colega Deputado Pinduca, um seminário, programado para março, que estudará as possibilidades que passa a ter Betim com essa expansão da Fiat. Com isso, buscaremos alternativas para termos um crescimento sustentável em que não percamos a nossa tão sonhada qualidade de vida.

Com esse propósito, parabeno o pronunciamento de V. Exa. e coloco-me a seu lado nesta caminhada, como sempre estivemos em favor da nossa cidade e do nosso Estado.

Com essa expansão da Fiat, que, com certeza, acontecerá nas demais empresas ali localizadas, vamos ter de examinar todas as possibilidades e equacioná-las para não perdermos oportunidades e também a qualidade de vida do nosso povo.

Deixo esse registro. Parabéns! Mais uma vez, obrigado pelo aparte.

O Deputado Ivair Nogueira - Quero agradecer também ao Deputado Inácio Franco, que é considerado um Deputado de Betim e possui uma empresa sediada no Município. Ele muito contribuiu para o nosso movimento e participou de todos os entendimentos com a Fiat Automóveis e com o Prefeito Carlaile Pedrosa.

O que sentimos hoje é que Betim deve muito à Fiat, e acredito que a Fiat também deve muito a Betim. Acredito que houve um equívoco no passado, principalmente na questão educacional, pois não se levou em consideração o ensino profissionalizante. Por muitos anos, o governo deixou de priorizar o ensino profissionalizante. Isso foi um equívoco, principalmente nas cidades voltadas para os distritos industriais e pólos industriais, como é o caso de Betim, que sentiu muito a falta de qualificação da mão-de-obra.

Hoje, temos escola técnica profissionalizante. O governo federal prepara a liberação de recursos para a construção de mais uma. Sem dúvida, esse é o caminho da qualificação da mão-de-obra, até pelo seu aproveitamento não só em Betim como também nas cidades vizinhas.

Tenho certeza de que esses investimentos da Fiat que vieram à tona têm causado grande movimento na nossa cidade, principalmente daqueles que querem investir no Município. Se, no passado, quando a Fiat se instalou em Betim, a Diretoria enfrentava dificuldades para morar no Município, hoje ocorre o contrário: a cidade possui boas facilidades, bons colégios, uma infra-estrutura da melhor qualidade, possibilitando a qualquer Diretor morar em Betim, muito embora Belo Horizonte esteja muito próximo.

Este agradecimento fazemos à Fiat. Queremos agradecer a todas as empresas que realmente dependem da Fiat, que têm realmente esse compromisso com o progresso, com o desenvolvimento da nossa cidade. Não tenho a menor sombra de dúvida de que tanto o apoio do Governador Aécio Neves como as ações implementadas farão de Betim uma cidade com qualidade de vida, geração de emprego e aumento da nossa receita. Sem dúvida, o aumento da receita do Município contribuirá diretamente para o aumento da receita do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, tem-me chamado a atenção o momento especial que o Brasil está vivendo, sobretudo a cobertura da grande mídia sobre esse momento.

Nesta semana saiu uma pesquisa - já mencionada pelo ilustre Deputado André Quintão - da Confederação Nacional dos Transportes e Instituto Sensus - CNT-Sensus -, divulgada na segunda-feira, dia 18, em que se demonstrou uma aprovação ao Presidente Lula de 52,7%. O número é recorde, desde a posse do Presidente, em janeiro de 2003, quando o índice ficou em 56,6%. No estudo de outubro de 2007, esse percentual correspondia a 46,5%.

Essa estrondosa avaliação do Presidente Lula dá-se em qual momento? No momento em que o mundo capitalista vive a sua maior crise, a crise imobiliária norte-americana. A crise é infinitamente superior à crise que abalou o sistema capitalista em 1998. Qual é a repercussão da crise de 2007-2008 no Brasil, e a repercussão da crise em 1998, também no Brasil? Em 1998, as bases do sistema da economia brasileira vieram à bancarrota, caíram por terra. Àquela época nosso país era governado pelo Presidente tucano Fernando Henrique Cardoso, e qual foi o receituário adotado, em 1998, para enfrentar a crise? Àquela época, em 1998, a receita mágica utilizada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso era elevar as taxas de juros para 54%.

E agora, em 2007-2008, qual é o receituário adotado pelo Presidente Lula para enfrentar essa crise, que é maior que a de 1998? O receituário é o do crescimento e do desenvolvimento econômico. A taxa real de juros é a menor dos últimos 30 anos. A taxa real de juros no Brasil, sob a égide do Presidente Lula, é de 7% - taxa real, descontada a inflação. Que outro mecanismo o Presidente Lula tem adotado para enfrentar a crise? O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Se os senhores não têm a devida informação, é importante lembrar que 78% das obras previstas no PAC já estão em andamento. O Brasil hoje não vive as mesmas seqüelas que viveu em 1998. Daí a razão de o Brasil estar enfrentando com grandiosidade essa crise econômica; daí a razão de o Brasil estar estampado nas principais revistas de economia do mundo. Aliás, sendo elogiado por todas elas, por todos os grandes economistas a respeito do rumo correto que o Brasil tem adotado: o caminho do desenvolvimento próprio, do desenvolvimento sustentável.

Vivemos o auge da crise; estamos no olho do furacão, e o governo brasileiro tem enfrentado a crise de forma conseqüente. As pesquisas mostram isso. Quando o Presidente Lula é bem avaliado, o povo brasileiro está avaliando a justeza da política econômica do Presidente Lula. Mas é interessante observar, num momento como este, em que está em jogo o rumo do País, nosso projeto de desenvolvimento, qual é a grande pauta da imprensa brasileira. Não é a crise econômica, não é a execução do PAC, não são as reformas de que o Brasil precisa: a grande mídia, conservadora, mais uma vez procura desviar a atenção do povo brasileiro. O que ocupa as páginas dos grandes jornais é a crise da febre amarela. Tentam, aliás, distorcer os dados sobre a febre amarela, confundir a cabeça da população fazendo um estardalhaço, falando de uma epidemia forçada. Várias pessoas chegaram a tomar duas, três doses da vacina contra a febre amarela, porque a imprensa disse que a crise estava sem controle, disse que o Brasil não tinha segurança sanitária suficiente, apavorando a população.

Outra matéria entre as que mais povoam a mídia nacional é a crise dos cartões corporativos, os grandes desvios dos cartões corporativos do governo federal. A grande mídia se esquece de dizer que os valores gastos pelos cartões corporativos no governo tucano do Sr. José Serra são o dobro do valor gasto pelo governo federal. Não que isso seja mais ou menos importante, mas eles se esquecem de dizer, por exemplo, que, no governo de Minas, não existe um critério mais específico de controle dos gastos do órgão executivo, que o critério adotado são meros empenhos publicados, mês a mês, sem nenhuma especificação, uma caixa-preta; mas a mídia prefere fazer esse debate.

Porém, o que é fundamental é que o centro da questão que o Brasil vive hoje é deixado para segundo plano, ou seja, como enfrentar esse momento difícil no mundo, mas muito favorável para o Brasil, para o seu desenvolvimento sustentável. O debate que interessa aos trabalhadores do Brasil é o nosso crescimento econômico e a forma brasileira de enfrentar a crise do sistema capitalista.

Nosso partido, hoje, tem chamado a atenção para aquilo que denominamos de reformas por um Brasil mais justo. O que é isso? Amanhã, dia 20, em Brasília, no Congresso Nacional, nosso partido, o PCdoB, preocupado em apresentar propostas concretas para um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil, juntamente com diversos outros partidos, por meio da Fundação João Mangabeira, do PSB, da Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini, do PDT, da Fundação Maurício Gabrois, do PCdoB, e da Fundação Republicana Brasileira - PRB, ligada a esses partidos que formam o bloco de esquerda, com a Fundação Perseu Abramo, do PT, fará um amplo debate político sobre as reformas democráticas na Câmara dos Deputados. Queremos pautar a Câmara dos Deputados, todas as Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores com um debate que interessa ao povo brasileiro, o debate do crescimento e do desenvolvimento econômico, das reformas por um Brasil mais justo. É importante observarmos a compreensão de cada um desses partidos de acordo com essas fundações. A Fundação Maurício Gabrois, do PCdoB, por meio do seu Presidente Adalberto Monteiro, chama a atenção para o seguinte: "Queremos que as reformas passem a ser prioridade na agenda política do País". Depois do ato que será realizado amanhã, as fundações pretendem promover mesas de debate para detalhar cada uma das reformas.

Essa é a visão que a Fundação Maurício Gabrois tem da importância desse movimento que surgirá com as reformas por um Brasil mais justo.

O Sr. Carlos Siqueira, da Fundação João Mangabeira Unger, do PSB, diz: "Pela primeira vez, esse conjunto de partidos vai realizar um processo de discussão sobre reformas que julgamos muito importantes para a sociedade brasileira". E continua: "É uma forma de dar um norte aos pontos comuns defendidos pelos partidos de esquerda com vistas não só a contribuir para que as reformas se processem no Parlamento, mas também para um futuro programa de governo de esquerda que possa aprofundar as mudanças que já estão em curso no governo Lula". Prosseguindo: "Se de um lado as forças conservadoras tentam mostrar os pontos frágeis do governo Lula - que existem, mas queremos ajudar a superá-los -, por outro lado a esquerda tem que mostrar a necessidade de se aprofundarem as mudanças". E acrescenta: "É importante pautar a imprensa, a sociedade e as forças políticas com propostas efetivas e progressistas, para que não fiquemos apenas nesse ambiente que a direita tenta criar com interesse de preparar o retorno das forças conservadoras ao poder".

Já o representante da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, do PDT, Sr. Leonardo Zumpichiatti, afirma: "Em matéria de avanços para a sociedade, a esquerda brasileira pode andar de cabeça erguida devido às conquistas que realizamos para o nosso povo. Quero ressaltar que houve um equívoco por parte do campo progressista na década de 60, abrindo espaço para o golpe da direita, que se insurgiu contra as reformas de base. Faltou costurar uma aliança mais fortalecida entre a esquerda capaz de sustentar o governo de João Goulart". E complementa: "As reformas democráticas constituem, de certa forma, uma reedição daquilo que foi proposto por Jango, agora numa realidade diferente, mais complexa e adversa para o nosso campo político", aproveitando, aliás, o grande momento de ascensão do nosso líder maior, o Presidente Lula.

Zumpichiatti ainda diz: "Sempre que a esquerda propõe mudanças, a direita se prepara para o golpe. Na verdade, os setores conservadores sempre foram golpistas, aliás não abrem mão das formas mais sujas e atrasadas que existem em matéria de politicagem. É preciso que, além de transformarmos as idéias em samba-enredo, façamos também a descortinação dessas práticas nefastas da direita. É preciso desmascará-la".

O Presidente da Fundação Perseu Abramo, do PT, Ricardo Azevedo, afirma: "A agenda da direita é muito pontual e busca o desgaste do governo Lula. Há algum tempo chegou a ser mais programática. O discurso das privatizações é um exemplo". Refere-se àquele discurso adotado por Geraldo Alckmin, que, depois, tentou esconder no segundo turno das eleições. "Perdido esse discurso programático, agora investe a direita numa agenda negativa e não programática. É também um esforço de mobilização da sociedade e dos partidos de esquerda para ajudar o governo Lula a se contrapor às pressões que vem recebendo por parte de outros setores no espectro político brasileiro".

As reformas que o Brasil precisa, por um Brasil mais justo, resumem-se em seis, na opinião do conjunto desses partidos, que hoje compõem o bloco de esquerda, além do PT, quais sejam: as reformas política, tributária, educacional, dos meios de comunicação, agrária e urbana. É esse o debate de que o Brasil precisa e que precisamos pautar em nossos Paramentos.

Não interessa a nenhum brasileiro, num momento especial como este, marcado pelo esforço e pelo sacrifício de todos os trabalhadores, pelo esforço que o governo Lula vem envidando nos últimos seis anos, desviar o debate. Não podemos permitir que, sob pretexto de realizar investigações, o Congresso Nacional deixe de aprovar as reformas mais importantes. É perfeitamente possível cobrarmos transparência, sem perder o rumo do desenvolvimento e do crescimento econômico.

Não é à toa que em 2007 e agora em 2008, diante da maior crise econômica do sistema capitalista, o Brasil saia com a cabeça erguida. É sabido que o caminho é o do desenvolvimento, do crescimento econômico e do combate às taxas elevadas de juros.

Convido todos a ficar atentos ao debate. Amanhã, dia 20, em Brasília, lançaremos as reformas por um Brasil mais justo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente e que nos vê pela TV Assembléia, inicialmente gostaria de cumprimentar o Deputado Carlin Moura pela sua intervenção, dizendo a ele que concordamos plenamente com seu pronunciamento, particularmente no que diz respeito à radicalização da democracia.

As reformas em debate, propostas pelo conjunto da esquerda brasileira, vão mesmo na direção por ele apontada. Precisamos intensificar o processo de mobilização social, fazer com que o debate chegue não só aos movimentos sociais e às categorias sociais organizadas, mas também à base da sociedade para que a participação social e política não fiquem elitizadas e restritas àquelas camadas que tradicionalmente participam e ajudam a dirigir as pesquisas apuradas. Queremos, principalmente, que as classes populares do Brasil efetiva e definitivamente entrem para o cenário da história e atuem como agentes e sujeitos históricos, contribuindo, assim, para a promoção dessa grande transformação já em curso no Brasil. Apoiamos, assim, as falas do nobre Deputado e de todos aqueles que reconhecem os esforços em curso no País, que visam à melhoria da vida da população brasileira.

Neste final de semana participamos de um processo e pudemos constatar, empiricamente, o que as pesquisas revelaram em todo o território nacional. Em Paracatu, ontem, pela manhã, tivemos a aula inaugural do Cefet de Paracatu, vinculado ao Cefet de Uberaba. Ele está em vias de ser transformado em Instituto Federal de Educação Tecnológica - Ifet.

Minas Gerais receberá quatro desses Institutos. Haverá uma nova organização da rede Cefet de ensino técnico e tecnológico do Brasil que incorporará as outras escolas técnicas federais e alguns outros empreendimentos educacionais que também podem ser classificados como ensino tecnológico ou técnico.

Estamos defendendo, junto a diversas outras lideranças regionais e a diversos Prefeitos, que a sede do Ifet, que alcançará o Triângulo Mineiro, o Noroeste de Minas e o Alto Paranaíba, fique situada em Uberaba, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Cefet de Uberaba, o qual vem-se revelando como centro de excelência no desenvolvimento da ciência e da tecnologia de nossa região.

Sr. Presidente, logo após o nosso pronunciamento protocolaremos um requerimento na Secretaria da Mesa para ser encaminhado à Secretária de Educação, Dra. Vanessa, solicitando agilidade na formalização do convênio entre a Secretaria de Educação e o Cefet-Uberaba, quanto a disponibilizar o corpo docente necessário para o início do funcionamento do Cefet-Paracatu. As negociações já foram feitas. O acerto já está construído.

Gostaríamos de aproveitar também para cumprimentar e agradecer ao governo do Estado, à Secretária de Educação a sensibilidade. Não fosse essa parceria, teríamos de esperar o concurso que será realizado ainda neste primeiro semestre para a dotação dos professores e do pessoal administrativo para o início do funcionamento do Cefet-Paracatu e dos demais Centros de Educação Tecnológica que serão ainda implantados neste ano em Minas Gerais. O número total é de 12. Esse processo está em pleno andamento. Logo mais entraremos com esse requerimento, Sr. Presidente.

Falei da constatação empírica que tivemos oportunidade de fazer neste final de semana em Paracatu. No sábado e no domingo, passamos praticamente todo o dia rodando pelas ruas, pelos bairros da periferia e pelo centro da cidade convidando a população para participar daquele momento que classificamos como revolucionário para a educação e o desenvolvimento de Paracatu e da região. Seria a aula inaugural do Cefet.

Pudemos constatar a satisfação da população com os rumos do governo Lula. Tivemos diversas manifestações espontâneas da população que revelaram reconhecimento com o programa Bolsa-Família; com as outras ações do programa Fome Zero, que trabalha pela geração de trabalho e renda, oferecendo pequenas agroindústrias, pequenas iniciativas comunitárias e coletivas para geração de trabalho e renda; com o ProUni, um programa que vem atendendo milhares e milhares de filhos das famílias de baixa renda, sem o qual a maioria delas, senão a totalidade, não teria acesso ao ensino superior; com o Pronaf, que vem-se ampliando, ano a ano, no governo federal. A sua ação tem atendido particularmente os agricultores familiares, os pequenos agricultores tradicionais; a ampliação do microcrédito; o programa de habitação popular conduzido pela CEF, que tem várias linhas que atendem hoje fortemente às camadas de baixa renda da nossa população; o PAC, particularmente com as ações de saneamento que estão inscritas nesse Programa, que tem promovido a melhoria consistente da qualidade de vida da população, com reflexos imediatos na melhoria da saúde da comunidade.

O programa de revitalização do Rio São Francisco, apesar das controvérsias e das polêmicas que não saem das manchetes, é um programa que pela primeira vez investe recursos do governo federal. Altos recursos também estão sendo investidos em vários Municípios da Bacia do São Francisco, particularmente naqueles Municípios da calha do São Francisco. E outras ações dentro do programa da revitalização do Rio São Francisco que não se resumem à captação e ao tratamento de esgoto sanitário. Por exemplo, as ações que estão ampliando as barraginhas,

aquelas pequenas bacias para contenção de água de chuva que alimentam o lençol freático, portanto alimentam os cursos de água.

Essas ações estão sendo desenvolvidas em várias e várias regiões da bacia do São Francisco em Minas Gerais. Os diversos e diversos programas de apoio à juventude, que são inúmeros e já estão fazendo a diferença, de maneira muito perceptiva. Os programas de assistência social estão sendo ampliados. A implantação do Suas vem demonstrando a eficácia de ações articuladas e coordenadas para criar uma verdadeira rede de proteção social no Brasil, que já está implantada e em pleno funcionamento.

Há ainda as farmácias populares, os programas de apoio às populações tradicionais, e agora, dia 25, segunda-feira, estaremos assistindo ao lançamento de um novo programa que vai gerar um impacto muito grande, particularmente no interior do Brasil, que é o programa Territórios da Cidadania.

Minas Gerais será contemplada com quatro territórios, estando um já em processo efetivo de implantação, que é o Território de Serra Geral, e mais outros três que serão lançados no dia 25 e implantados ainda neste ano, que são os Territórios do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri e do Noroeste.

São diversas ações articuladas e coordenadas para atender a população desses territórios. Trata-se de uma política territorial efetiva, que foi trabalhada durante muitos anos. Aliás, Deputada Elisa Costa, tivemos oportunidade de participar de vários momentos dessa construção, dessa discussão pelos diversos Ministérios durante os anos passados em Brasília. É uma política madura e consistente, que, de fato, considera as premissas do desenvolvimento integrado e sustentável e uma política que vem considerando e promovendo a ampla participação e organização da sociedade civil.

Portanto, vamos ter em Minas Gerais, este ano, quatro grandes territórios que vão integrar as ações do governo federal e também incentivar a integração e a articulação das políticas públicas do governo estadual e as ações dos governos municipais.

Quando a sociedade encontra um canal de participação efetiva e enxerga que as ações não serão apenas debatidas e construídas, mas efetivamente implementadas, ela participa e se dispõe a dar a sua contribuição.

Os programas de desenvolvimento territorial, que ampliam e fomentam a organização produtiva, principalmente quando essas ações se sustentam em bases coletivas, são os programas que tendem a dar resultados efetivos. Precisamos desses programas e dessas ações porque entendemos que a articulação de políticas públicas, isto é, a transversalidade das políticas públicas é e sempre será, infelizmente, um dos grandes desafios para que os resultados propostos e desenhados por essas políticas sejam alcançados. Portanto, essa articulação de políticas públicas é fundamental que aconteça nos territórios. E o programa Territórios da Cidadania vem exatamente para propor e executar essas articulações.

Por tudo isso, a popularidade do Presidente Lula vai continuar alta porque as ações vão continuar, apesar dos ataques sistemáticos da Oposição, que teima em não aceitar aquilo que está evidente e incontestável à aceitação da população brasileira, dado o crédito que a população está dando às ações do governo Lula e principalmente porque acreditamos que essas ações necessitam ser aprofundadas, conforme disse há pouco o Deputado Carlin Moura, por meio de programas que vão radicalizar e aprofundar as oportunidades do povo brasileiro, a exemplo da inauguração do Cefet Paracatu.

Quando se ampliam as oportunidades para a juventude, desencadeamos um processo que tende a durar no tempo. Neste final de semana rodei muito pelas ruas de Paracatu divulgando a aula inaugural do Cefet, e nessa caminhada encontramos vários jovens e crianças selecionados. Constatamos empiricamente que o programa é acertado porque alcança as classes populares. A grande maioria dos alunos selecionados vem da rede pública estadual e municipal, e agora terão acesso a um ensino técnico e tecnológico de qualidade.

Para encerrar, gostaria de fazer menção ao falecimento do companheiro João Paulo Rodrigues da Silva, secretário de formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonfinópolis por muitos anos, um dos fundadores do PT de Bonfinópolis na década de 80 e seu dirigente e, ultimamente, seu tesoureiro.

Gostaria, ainda, de agradecer a presteza e agilidade no atendimento, por parte do Delegado Regional do Trabalho, Osman Miranda, em relação à abertura da agência do Ministério do Trabalho em Unai e à renovação do convênio com o Sine daquela localidade. Obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Deputados presentes no Plenário, imprensa, Minas Gerais. Neste tempo que nos resta, como os demais Deputados que já se manifestaram aqui também gostaria de registrar, neste mês de aniversário dos 28 anos do PT, nossa alegria de ver o povo brasileiro aprovando o governo Lula, as políticas públicas e a atuação do nosso companheiro operário, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Registro três razões fundamentais apontadas pela população brasileira. Primeiro, o povo, de maneira inteligente, e porque sua vida está mudando, já consegue distinguir as políticas do Presidente Lula de algumas situações que, às vezes, alguns membros da equipe promovem, com erros e desacertos do governo federal. Parece que a mídia ainda não compreendeu que o povo brasileiro sabe muito bem avaliar os acertos do governo Lula e suas políticas. E sabe muito bem perceber que hoje a máquina pública ainda tem resquícios de processos de corrupção, que o governo Lula tem atacado de maneira transparente, reforçando o trabalho da Polícia Federal e dos órgãos de fiscalização, como a CGU. Hoje a população consegue, claramente, fazer essa distinção, porque sente que sua vida está mudando e melhorando e que há possibilidades e oportunidades.

A segunda razão muito clara por que o povo brasileiro aprova o governo e o Presidente Lula é que a economia vai bem.

O povo está consumindo mais, com a oportunidade de ter uma renda melhor e a garantia de novos direitos sociais, especialmente os direitos à alimentação, à educação de melhor qualidade e a emprego com carteira assinada. Também estão sendo dadas oportunidades para a nossa juventude. Podemos citar os exemplos da indústria, que opera com quase toda a sua capacidade instalada, e dos índices de emprego, que batem recordes, com 1.700.000 empregos de carteira assinada no ano de 2007 - maior índice de emprego desde 2002, quando foi feito o primeiro anúncio pelo Ministério do Trabalho. Da mesma forma, crescem os investimentos externos, as exportações, e vemos a economia sendo protegida pelas reservas que tem o Brasil.

É, portanto, muito claro o que o povo brasileiro está dizendo, e é preciso que a Oposição escute: o povo brasileiro não quer picuinhas ou pequenas denúncias; o povo brasileiro quer que os partidos políticos, os seus representantes discutam efetivamente um projeto de Brasil e sejam propositivos para contribuir com o desenvolvimento do País. É esse o recado que o povo brasileiro nos dá hoje, com a aprovação do governo Lula. Quando falamos que o povo quer discutir projetos, queremos dizer que ele quer solução para as desigualdades sociais; quer a redução da pobreza, quer a política de moradia, quer o saneamento e oportunidades para a nossa juventude. E o Presidente Lula e sua equipe de governo estão dando respostas a essas reivindicações históricas, com o PAC e a diminuição da pobreza em nosso país - 20 milhões de pessoas já migraram para uma classe média emergente, porque têm melhor renda e salário, estão consumindo mais e sua vida melhorou.

Nosso país, portanto, caminha para um projeto nacional de desenvolvimento, que vai contribuir com o exercício da cidadania e o aprofundamento da nossa democracia.

Da mesma forma, Deputado Weliton Prado, nosso querido amigo, é preciso que o governo de Minas ouça o povo mineiro. Queremos a redução da tarifa de energia elétrica em Minas Gerais, uma reivindicação de toda a nossa população. É fundamental que o governo de Minas e a Cemig ouçam a reivindicação da população de Minas, o apelo popular pela redução da tarifa de energia em Minas Gerais.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Agradecendo o aparte, quero parabenizar a Deputada Elisa por seu pronunciamento. De fato, o que diz é uma realidade: baseando-nos nos números, veremos que o Estado de Minas Gerais nunca recebeu tanto recurso como no governo Lula. E o Presidente Lula já deixou bem claro que não importa o partido do Governador; preocupa-se realmente com o Estado e tem um tratamento muito carinhoso com o Estado de Minas Gerais. A região de V. Exa., Valadares, recebeu vários recursos para as áreas de infra-estrutura e habitação, assim como, no Triângulo Mineiro - Uberlândia -, não há nem como comparar sua situação atual com a situação em governos anteriores, se pensarmos na infra-estrutura, na duplicação de rodovias, na área da saúde; Uberlândia ainda retomou as obras do teatro municipal e executa várias obras em que se vê a presença do governo federal. Mas queria aproveitar o gancho e parabenizar mais uma vez a Deputada Elisa Costa, assim como o Deputado Carlin Moura, de Contagem, por seu engajamento na campanha pela redução da energia, também colhendo assinaturas no abaixo-assinado. Isso é muito importante, até porque nosso objetivo é conseguir mais de meio milhão de assinaturas, e acho que podemos conseguir isso com o apoio de todos. Assim, é muito significativa a contribuição de Valadares e de toda a região. Então, quero agradecer à nobre Deputada, lembrando que temos de continuar empenhando-nos para contar com o apoio de todos os Deputados desta Casa. Neste momento, quero lembrar de D. Luciano, um dos protagonistas dessa batalha, que encampou essa luta pela revisão humanitária do valor da tarifa de energia, exatamente por presenciar o sofrimento e a dificuldade enfrentada pelas pessoas, principalmente pelas pessoas mais simples e humildes. No dia 28 será realizada audiência pública no Sesc JK, e é muito importante a participação de grande número de pessoas. Até dia 27, toda a população pode encaminhar propostas, e todas as propostas encaminhadas serão obrigatoriamente analisadas pela Aneel. Muito obrigado, Deputada Elisa Costa. Senhores Deputados desta Casa, certamente D. Luciano, lá de cima, está engrossando o movimento com energia muito positiva. Que a Cemig tenha a sensibilidade, e também os Diretores da Aneel, e que a conta de luz seja reduzida em mais de 10%.

A Deputada Elisa Costa - Deputado Weliton Prado, muito obrigada pela sua manifestação. O povo de Minas Gerais deve estar muito satisfeito com a sua atuação na Assembléia Legislativa, porque você assumiu a bandeira da luta pela redução da tarifa da energia elétrica, que é um apelo popular de Minas Gerais, especialmente das famílias mais carentes e mais pobres. Esse reconhecimento deve ser da sua atuação e da atuação da Assembléia, mas que esse grito seja ouvido pela Assembléia, pelo governo de Minas e pela Cemig, compreendendo-se que a Cemig teve um lucro muito grande em 2007, e é possível essa redução.

Na campanha que estamos fazendo em Minas Gerais, estamos representando o sonho e a vontade popular. Todos os Deputados e Deputadas da Assembléia estão sentindo, quando convivem nos Municípios, a necessidade de se fazer a revisão da tarifa. Menos 9,72%, pode ser mais essa redução. Os lucros da Cemig apontam que essa redução pode ser maior, dependerá muito da manifestação de Minas, dessa campanha, da coleta de assinaturas, da presença dos diversos movimentos sociais se manifestando junto à Aneel, principalmente junto à Cemig, e da participação na consulta pública, na audiência pública no dia 28, para que possamos ter também, por Minas Gerais, uma posição que represente o desejo da nossa população.

Quero registrar mais uma vez a alegria de sentir a aprovação do governo Lula dando resposta às políticas públicas, fazendo o que deve um governante, respondendo às necessidades do povo brasileiro, especialmente na educação e na geração de empregos, que foram as áreas aprovadas com índices maiores, além da aprovação do próprio Presidente de 66,8%. A educação significa um salto no conhecimento e nas oportunidades, para preparar o povo brasileiro para o seu presente e para ser sujeito da sua própria história. O conhecimento é fundamental para a população garantir cidadania e aprofundar a democracia. Isso se dá através das extensões das nossas universidades federais. Governador Valadares receberá também uma extensão da UFMG; há também a criação da Universidade do Mucuri e do Jequitinhonha; tantas extensões de federais em Minas Gerais. A exemplo de Paracatu, de Pirapora, de Almenara, de Araçuaí, também Valadares está recebendo agora um Centro Federal Tecnológico. Enfim, é a demonstração concreta de que também a educação de qualidade passa a ser prioridade do governo Lula, e a população está compreendendo-a como uma das ações mais importantes do governo federal, como também o recorde na geração de empregos para melhorar a renda e a vida do povo brasileiro.

Quero deixar aqui o nosso registro deste dia, todos os Deputados se manifestando pela alegria deste momento, principalmente desejando ao Presidente Lula, com a sua sensibilidade, que, cada vez mais, lute junto com sua equipe e coloque os recursos a serviço da maioria do povo brasileiro. É claro que Minas Gerais também tem recebido a contribuição desses recursos, somando com os esforços do governo do Estado, para melhorar a vida do povo de Minas Gerais. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados e mineiros que nos acompanham nesta Casa ou pela TV Assembléia, quero, nesta tarde, abordar um assunto de extrema importância para todos nós: segurança pública, que é um problema e uma preocupação em todo o País. A segurança pública passou a ocupar posição de destaque em todas as pesquisas, suplantando, aliás, algumas preocupações históricas, como a educação e a saúde. Hoje a voz corrente e o sentimento de toda a população é que é preciso que todos os governos a olhem com maior carinho e mais investimentos.

Com muito otimismo, vejo algumas ações importantes, em especial uma que, num primeiro momento, foi muito difundida no mandato do Governador Aécio Neves, já tem resultados concretos em Belo Horizonte e, em meu entendimento, precisa ser intensificada: a integração das polícias, para que haja uma soma de esforços no combate ao crime, que, cada vez mais, ganha o título de crime organizado; aliás, às vezes, até dentro das cadeias e das penitenciárias, organiza-se de forma surpreendente. É preciso que o cidadão de bem - obviamente liderado pelo governo - tome a iniciativa de um combate firme, organizado, planejado e com capacidade de oferecer resultados concretos para a população.

O Governador Aécio Neves tomou a iniciativa de algo que vinha sendo dito em vários governos, ou seja, que seria fundamental unir a força das Polícias Militar e Civil, dos Bombeiros Militares, das estruturas de segurança e penitenciária, para um combate eficiente ao crime. Além disso, para que a inteligência da polícia e a sua capacidade operacional se unam, e não, como às vezes chega a ocorrer, estabeleçam competição entre si. Esses resultados já se materializaram em queda de criminalidade em Belo Horizonte. Em Minas Gerais, como um todo, há dados que mostram a ação eficaz das nossas Polícias Militar e Civil. Refiro-me a algo extremamente positivo nessa linha, que é a recente publicação no "Minas Gerais" da criação das diversas Regiões Integradas de Segurança Pública - Risps. Esse é um passo decisivo para materializar esse propósito e somar as forças das Polícias Militar e Civil, dos Bombeiros Militares, das instituições que atuam também com o propósito de fazer com que se cumpra a lei, como o próprio Poder Judiciário e o Ministério Público.

Ao criar as Risps, o que já entendemos ser uma necessidade, o Centro-Oeste mineiro, Divinópolis e toda a região também estão atendidos com a criação da 7ª Risp. Isso é algo obviamente necessário e importante para fortalecer as ações de segurança pública não só em Divinópolis, mas também em todo o Centro-Oeste.

Se, por um lado, festejamos isso, por outro manifesto uma preocupação. Estou trabalhando para resolvermos outra questão no Centro-Oeste. Estou procurando unir-me a todos os demais Deputados dessa região. Antes mesmo da criação das Risps do Centro-Oeste, com sede em

Divinópolis, já vinha pleiteando algo que esclarecerei agora: que tivéssemos uma Risp em Divinópolis e outra em Bom Despacho. Por quê? Porque a sede da 2ª Região Militar, historicamente, há décadas, é em Bom Despacho. O Deputado Antônio Júlio, que está presente, sabe do que estou falando, conhece essa história da 2ª Região lá sediada, sabe da importância disso para Divinópolis, para a Polícia Militar. Naturalmente, todos os que vivem ali sabem também da importância de Divinópolis. Então, são duas coisas importantes e que precisam ser tratadas com esses cuidados.

Assim como se criou uma Risp em Uberaba e outra em Uberlândia, não vejo nenhuma incoerência em haver uma Risp sediada em Divinópolis, pegando toda a macrorregião que vai desde a divisa com Mateus Leme, que está ligada à região integrada de Betim, indo pela BR-050 até a divisa com São Paulo, alcançando Oliveira em direção à região de Campo das Vertentes e seguindo até os limites do Município de Nova Serrana. Além disso, uma outra região integrada, sediada em Bom Despacho, onde já está a sede da 2ª Região Militar, indo pelo eixo da BR-262 até a divisa com o Triângulo. Isso é absolutamente lógico e razoável.

Amanhã irei reunir-me com o Sr. Maurício Campos, Secretário de Defesa Social. Diante disso, já convidei as lideranças de Bom Despacho, o Presidente da Câmara, Vereador Tito, e os demais Vereadores, os Deputados que têm assento nesta Casa e que são votados na região, para levarmos ao Secretário o nosso entendimento.

Estamos festejando esses investimentos nas Risps. Como disse, trata-se de algo extremamente importante para todo o Estado. Divinópolis terá sua sede, como é natural e necessário, e sempre lutamos aqui para que esses investimentos ocorressem. Queremos também que Bom Despacho, bem como toda a região, seja valorizada não só pela sua história, mas também pelo seu presente, pelo que representa hoje, como importante cidade que é, considerando-se ainda as cidades próximas, que obviamente se sentirão mais bem assistidas com essa distribuição.

Portanto, isso é algo que nos une de uma forma suprapartidária. Estarei lá, ao lado da Deputada Cecília Ferramenta, dos Deputados Neider, Paulo Cesar, Antônio Júlio, que também é nosso convidado, e Inácio Franco, mostrando que queremos que todo o Centro-Oeste se fortaleça. Não nos referimos a uma cidade apenas, mas a todas, pois todas merecem essa atenção, principalmente em se tratando de segurança pública. Aliás, faço um alerta, pois, de acordo com o mapa da distribuição da Risp do Centro-oeste, Oliveira ficou ligada ao Sul de Minas, a Varginha. Na verdade, Oliveira tem uma ligação histórica e uma facilidade de acesso muito maior com Divinópolis. Então, queremos que Oliveira faça parte da 7ª Risp, com sede em Divinópolis, e não no Sul de Minas, o que dificultaria a vida de seus cidadãos.

Tenho outros assuntos a tratar, mas, com muito prazer, concedo aparte a esse grande parlamentar, constituinte, homem que conhece bem a vida do povo mineiro e, com certeza, haverá de contribuir com as suas idéias.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, quero apenas cumprimentá-lo pela lembrança desse assunto, que é muito importante. A segurança pública em Minas Gerais tem recebido do governo do Estado um enfoque completamente diferenciado, e as regionais são um salto. Ressalto que não se trata de um pulo, mas de um salto no caminho certo para resolver o problema.

E nós, como o povo de Divinópolis e das outras cidades de Minas, estamos sendo beneficiados. Quero aproveitar este aparte para agradecer ao Governador a Risp de Teófilo Otôni, que será construída a partir deste ano.

Abusando da bondade do nobre colega, companheiro - e, quem sabe, um dia meu futuro Governador, se Deus quiser -, quero dar uma notícia importante para a minha região. O Presidente da República finalmente assinou a medida provisória que autoriza o funcionamento da Zona de Processamento de Exportação de Teófilo Otôni, a única do Leste brasileiro. Já estamos nos preparando para receber algumas empresas. Pelo que me parece, se não houver na votação da medida provisória muitas emendas que a atrasem ou a prejudiquem, isso será rápido. É preciso esclarecer que, apesar de a medida provisória entrar em vigor imediatamente, ela tem de ser discutida e emendas podem ser apresentadas, para, ao final, fazer-se a lei verdadeira. Já temos algumas empresas internacionais para se estabelecerem.

Deputado Domingos Sávio, para quem tem uma carreira política como V. Exa, que lá na frente pode nos ajudar em outras posições importantes do governo de Minas, é bom ressaltar o assunto. A Zona de Processamento de Exportação de Teófilo Otôni não é boa apenas para Teófilo Otôni, mas também para Minas Gerais, sobretudo porque dará ao Nordeste de Minas, região mais depauperada, desassistida ao longo de centenas de anos, a redenção.

Estamos muito satisfeitos com a luta que começamos em 1978. São 30 anos de luta pela ZPE de Teófilo Otôni, e finalmente vem a vitória.

Quero aproveitar, com a licença do Presidente Deputado Doutor Viana e do nobre Deputado Domingos Sávio, para prestar uma homenagem àquele que iniciou a luta, o Deputado Federal Luiz Leal. Ele foi Prefeito de Teófilo Otôni e Deputado Federal por quatro mandatos, e conseguiu propor a primeira lei que criava as ZPEs no Brasil.

Vale ressaltar que, se os Estados Unidos progrediram tanto no século XIX e se destacou como a nação mais poderosa do mundo, isso se deveu às 226 zonas de processamento e exportação que possuem. Se a China está explodindo, isso se deve às 591 zonas de processamento e exportação que lá foram estabelecidas. Se a Índia se atrasou um pouquinho, depois da década de 80 começou a implantar as ZPEs, com trezentas e tantas, e explodiu. Todos os tigres asiáticos nasceram a partir das ZPEs. A Espanha, que era o 2º país mais pobre da Europa, cresceu a partir da ZPE de Barcelona - pequena, apenas de 10ha - que hoje tem 240ha e representa 50% do PIB desse país.

Perdoe-me, aproveitei a oportunidade para falar, mas sei da nobreza do seu espírito e sobretudo do amor que V. Exa. tem demonstrado por todo o Estado de Minas Gerais. Obrigado pelo aparte. Que Deus o ilumine em sua trajetória. Estarei com V. Exa.

O Deputado Domingos Sávio - Amém! Muito obrigado, nobre Deputado Getúlio Neiva, sempre generoso comigo. Digo-lhe, sempre com muita convicção, que o nosso futuro está nas mãos de Deus, mas que está nas nossas mãos trabalhar o nosso presente para que esse futuro possa ser promissor para Minas, para os nossos semelhantes. Essa é a nossa missão, a nossa razão de ser na vida pública.

O Deputado Getúlio Neiva faz uma abordagem extremamente lúcida. Quando V. Exa. se pronunciava, lembrei-me de um filme a que assisti recentemente, intitulado - muitos talvez o tenham visto - "Diamantes de Sangue". Obviamente, ele trata de uma realidade totalmente diferente, mas leva-nos a uma reflexão sobre uma região que sofre tanto, que dá o seu sangue na luta pela sobrevivência. E essa região é tão rica, aliás, rica em diamantes e pedras preciosas. Muitas vezes a região não vê o fruto de todo o seu potencial por não ter como fazer processamento, criar condições favoráveis para industrializar e exportar. Isso faz com que, em muitos casos, veja suas riquezas nas mãos de outros, ficando apenas com o sofrimento do seu povo.

O Deputado Getúlio Neiva é uma bandeira do povo de Teófilo Otôni, do Norte de Minas, plantada aqui, na Assembléia Legislativa, não só trazendo a notícia, mas fazendo-a. Sabemos que V. Exa. travou essa luta por todo esse tempo. Parabéns por essa conquista.

Eu continuava na linha de agradecimento ao Governador Aécio Neves pela criação das Risps, importante processo de avanço na segurança pública para Divinópolis, para a região. Amanhã, com certeza, conseguiremos também uma notícia boa para Bom Despacho e demais cidades.

Eu falava do meu carinho com a cidade de Oliveira, do desejo de que Oliveira também pertença a essa Risp. Também temos de agradecer ao Governador algumas decisões importantes, para contemplar a minha querida cidade de Oliveira. Fizemos um apelo ao Governador para que Oliveira, que está às margens da Fernão Dias, BR-381, às margens da BR-494, num ponto estratégico, uma cidade histórica, uma cidade com grande produção no agronegócio do café, com uma diversificação industrial hoje extremamente significativa e de comércio e de serviço, tivesse um aeroporto para estar à altura de uma cidade-pólo. Isso é bom para tornar a cidade mais competitiva.

Muitas vezes, podem pensar: um aeroporto bem estruturado, com pista para pouso noturno, com balizamento e com estação de passageiro é algo que pode beneficiar um Município? Um Município estratégico, sim, um Município que passa a ser pólo de uma região, com uma capacidade maior que outras cidades de atrair indústrias e investimentos, de gerar empregos com melhor qualidade. Além disso, um aeroporto é importante em situações emergenciais, para questões de saúde.

Enfim, hoje o transporte aéreo está-se tornando, cada vez mais, um transporte que também alcança os diversos segmentos da sociedade. Uma linha aérea pressupõe a necessidade de um aeroporto bem estruturado, que ligue não só a cidade de Oliveira, mas toda a região, às grandes Capitais; não só a Belo Horizonte, mas também a São Paulo - fazendo, por exemplo, o eixo Belo Horizonte-Oliveira-São Paulo, encurtando distâncias com mais segurança, com mais economia e trazendo desenvolvimento para Oliveira.

Estou falando sobre essa obra porque, com emenda de nossa autoria - obviamente uma emenda que não alcançava a possibilidade de toda a execução da obra -, ela foi atendida pelo Governador. Trata-se de uma obra licitada, uma obra de mais de R\$2.000.000,00. A ordem de serviço está pronta, já está autorizada, e a empresa deve iniciá-la nos próximos dias. E lá estaremos para acompanhar o seu início. Trata-se de uma obra com repercussões hoje para o futuro de Oliveira e do Centro-Oeste mineiro. Isso é importante. O Governador tem um plano que não é só para a cidade de Oliveira, mas para todas as regiões do Estado. Que nenhuma cidade, Deputado Getúlio Neiva, no Estado de Minas Gerais, fique a uma distância de mais de 100km de um aeroporto iluminado para pouso noturno, com estrutura para transporte de carga e de passageiros.

Isso é um avanço para o Estado de Minas Gerais. É mostrar que Minas não ficará a reboque de São Paulo ou de outras unidades. Ficarà na frente, como já está, ligando todas as cidades mineiras por asfalto, no Processo, já ligando todas as cidades mineiras pela telefonia celular, pela comunicação, que é fundamental na geração de emprego, no desenvolvimento de todos, para dar qualidade de vida a todos, colocando, de fato, em prática o "slogan" de que Minas avança sem deixar ninguém para trás. Portanto, trata-se de uma obra que conseguimos para Oliveira e que terá repercussão não só agora, mas no futuro da cidade - é pensar grandemente. Realmente, é uma atitude que o povo de Oliveira tem - tem amor à cidade -, assim como o povo do Centro-Oeste mineiro, que também tem um carinho especial pela cidade de Oliveira, aplaude, porque dá a Oliveira um tratamento de cidade grande, e isso cria a possibilidade de ela atrair mais empresas, gerar mais emprego. Ao mesmo tempo, há também o cuidado com outras coisas do dia-a-dia, como, por exemplo, o Corpo de Bombeiros. Oliveira não tem Corpo de Bombeiros. Aliás, não tinha: terá agora. Trata-se de um sonho antigo. Já no mandato anterior, o Prefeito anterior, José Orlando, comprou um terreno e o doou ao Estado, para construir o Corpo de Bombeiros. Isso estava sendo postergado. Agora conseguimos com o governo do Estado que a obra seja iniciada e, em pouco tempo, o Corpo de Bombeiros será uma realidade para Oliveira. Oliveira terá uma estrutura importante no salvamento de vidas, uma vez que é uma cidade, como disse, com rodovias com um grande fluxo de veículos e com grande risco de acidentes. O Corpo de Bombeiros não tem apenas a função de combater incêndios, mas também de salvar vidas. Existe uma série de situações que colocam a vida das pessoas em risco, e está lá o Corpo de Bombeiros para auxiliar a população. Oliveira recebe esse benefício. Hoje mesmo recebi um telefonema do Prof. Iran, Diretor da Escola Estadual Mário Campos e Silva, escola tradicional de Oliveira, que há muito vinha lutando para ter a planilha da construção de uma quadra coberta. Apoiando a iniciativa do Prof. Iran, lutamos e conseguimos levar esse pleito à Secretaria de Educação. Agora os recursos já se encontram na escola, e a obra da quadra coberta da Escola Mário Campos já irá iniciar-se. Já tivemos a alegria de ajudar a Escola Pinheiro Campos nos seus pleitos, a Escola Desembargador Continentino e outras escolas estaduais, mas ainda tínhamos essa demanda para fechar o cerco. Com o apoio do Prof. Anastasia, conseguimos uma quadra coberta também para a Escola São João Batista de Morro do Ferro, Distrito de Oliveira, restando apenas a Escola Mário Campos. Agora não falta mais. Isso é o Governador Aécio Neves trabalhando, e estamos aqui fazendo nosso papel. Lutamos pelo Município que representamos. Hoje procurei destacar nossa atuação em relação a Oliveira. Sabemos que existem outras demandas importantes no Município, por isso estaremos lá, nos próximos dias, ouvindo a comunidade, as lideranças municipais, os líderes de bairro, para que possamos levar esses pleitos e essas reivindicações.

É interessante falar sobre isso, Deputado Getúlio Neiva, porque às vezes há o pensamento de que o papel do Deputado é apenas o de fazer lei. Fazer lei é um deles. Temos o papel de legislar, de fiscalizar, de cobrar o cumprimento das normas, das leis, da execução do Orçamento para que as obras saiam, e temos que fazer esse elo, essa representação. O Deputado é representante e tem que falar em nome do povo junto ao Governador, junto aos Secretários de Estado, para levar os benefícios para suas cidades. Nós temos, sob a nossa responsabilidade, dezenas de cidades. Cada dia estamos lutando por uma e todos os dias estamos lutando por todas elas e por Minas Gerais, como V. Exa. disse com muito propriedade.

Terminei meu pronunciamento dizendo o seguinte: produtores rurais mineiros, sou produtor rural e vivemos um momento extremamente apreensivo. Não bastam as dificuldades do dia-a-dia, e ainda surge essa: a Comunidade Econômica Européia, simplesmente numa jogada de mercado, sem nenhuma fundamentação científica, por meros detalhes burocráticos, impõe essa condições ao Brasil, que produz a melhor e mais sadia carne do mundo. Na Europa é que há vaca-louca e todo tipo de problema. Aqui temos o boi-verde, um boi criado no pasto, na natureza, um boi vegetariano. Lá os invernos são rigorosos, e o boi é criado em estábulos, com alimentação artificial, obviamente com risco de contaminação. Sou médico veterinário e sei do que estou falando. Aqui temos um animal de ótima qualidade. Não é por acaso que o Brasil é o maior exportador de carne do mundo. Os Estados Unidos, o Japão, a Rússia, a Ásia, a África compram nossa carne, enfim, exportamos para o mundo inteiro, e a Europa toma essa medida para fazer barreira comercial e protecionismo. Portanto, o Ministro Celso Amorim, em boa hora - cumprimento a iniciativa do governo federal -, disse que vai à Organização Mundial do Comércio - OMC. Tem que ir mesmo. Não podem aceitar que venham aqui impor regras dizendo que só podem produzir 300 produtores. Quais serão os 300? Como será isso? Será apadrinhamento político? Será sorteio? Isso não é justo. O Brasil não é constituído por 300 produtores rurais. Precisamos de um tratamento respeitoso para com o Brasil. Estaremos aqui defendendo nossos produtores rurais, e não apenas nessa questão. Na semana que vem ou daqui a duas semanas teremos um seminário sobre meio ambiente e licenciamento ambiental para discutir o sofrimento do produtor em relação à burocracia do licenciamento, das questões junto ao IEF, das multas abusivas. Estaremos levantando essa bandeira porque sabemos o que é a vida de um produtor rural. Ele não pode ser ignorado ou tratado da maneira como tem sido tratado. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade. Numa outra oportunidade, complementaremos o nosso raciocínio sobre a defesa que procuramos fazer aqui, ao lado de Deputados como Vanderlei Jangrossi, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, e Padre João, a quem faço um destaque por também ser autor do requerimento que fiz para discutir meio ambiente. Quando o fiz, o Deputado Padre João já o havia feito alguns dias antes. Juntos, discutiremos o meio ambiente, defendendo-o, mas sem esquecer que o produtor rural, o ser humano faz parte dele e, portanto, não pode ser tratado da forma com vem sendo, com multa, perseguição, burocracia e dificuldades, transformando a missão de produzir num verdadeiro pesadelo. Isso vale para o produtor rural e também para o pequeno empresário, que quer ter a sua pequena indústria. Queremos que ele a tenha sem poluir, mas que não tenhamos uma estrutura burocrática para infernizar-lhe a vida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, senhoras e senhores que nos acompanham nas galerias, imprensa e telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia, retomando um pouco o que o Deputado Domingos Sávio destacava em relação ao embargo da carne, de fato, acreditamos que deve haver um conjunto de ações de governos para solucionar o problema. Em primeiro lugar, uma ação do governo federal, mas também devemos buscar o apoio dos governos estaduais, sobretudo os que exportam para a União Européia, notadamente Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás. São os prejudicados, pois os outros Estados exportam para outros países.

Destacamos que se trata de uma questão econômica. Graças a Deus, nas ações políticas não temos problema de saúde animal. A questão é deles, pelo fato de não terem terra para criar o gado à solta, bem como não terem um clima tão favorável quanto o nosso e, portanto, não terem condições de competir com o Brasil, uma vez que precisam criar o gado confinado, o que é muito caro. Criam, assim, artifícios antiéticos,

inclusive para proibir a chegada de uma carne de alta qualidade, como a brasileira, e, conseqüentemente a mineira, àquele continente.

Sr. Presidente, quero destacar que estamos no período da Campanha da Fraternidade, que é uma iniciativa da CNBB, em sintonia com outras igrejas, que, nesse período, busca contemplar um tema ecumênico, com a parceria de outras igrejas. Então se escolheu, neste ano, o tema "Fraternidade e defesa da vida", com o lema "Escolhe, pois, a vida". É interessante a abrangência desse tema, porque pensa e reflete desde a concepção até a velhice, ou seja, toda a trajetória do ser humano, o respeito à vida, a dedicação e o conjunto de esforços que precisam ser dispensados para garantir a qualidade de vida nos períodos da gestação, da infância, da adolescência, da idade adulta, da velhice e de doença. Às vezes, em alguns tipos de doença, não há jeito, humanamente falando, então se oferece a eutanásia, que é uma medida contrária à vida, assim como o aborto, pois se trata de uma pessoa indefesa.

Questiona-se o aborto. Com o maior respeito e gratidão que temos pela mulher, não conseguimos enxergar o direito de fazer um aborto porque é reconhecido e inquestionável, até por pessoas não religiosas, que, a partir da fecundação, já existe um novo ser, com identidade própria e com todo um mapa genético diferenciado, ou seja, já há uma pessoa indefesa, que precisa ser protegida.

Outro tema polêmico abordado é a eutanásia, porque a vida é um dom precioso, ou melhor, o primeiro dom e o mais precioso, a partir do qual desfrutamos de tantos outros. Como o dom da vida é fundamental, não conseguimos aceitar determinada pessoa ou sua família poder opinar pelo fim de uma vida na terra.

A Campanha da Fraternidade não deixa de lado a qualidade de vida, e a opção pela vida não é ato isolado de um ser humano. A qualidade de vida de um ser humano, de fato, está em primeiro lugar, mas não podemos discutir o tema - "Fraternidade em defesa da vida" - e o lema - "Escolhe, pois, a vida" - separadamente da vitalidade e da força das águas, das nascentes, das matas e da terra. A questão ambiental está incluída. Só haverá qualidade de vida se cuidarmos da casa como um todo, ou seja, do nosso planeta, fazendo com que todas as nossas ações promovam essa qualidade.

Estamos desfrutando da natureza atualmente, mas não devemos nos esquecer das pessoas que dependerão de tudo de que hoje dependemos, ou seja, de uma terra fértil, das matas, das águas, etc. Isso, daqui a 10 anos, 50 anos, 100 anos. Deve haver perspectiva de vida futura. Nem diria tão futura assim. Nossas crianças de hoje, dentro de aproximadamente 70 anos, dependerão do nosso planeta, do padrão de qualidade de nossas águas e do ar que respiramos.

Temos águas e ar em abundância, embora, quanto à água, o recurso seja finito. Quanto ao ar, está provado que o ritmo de respiração do ser humano, com exploração máxima do seu pulmão, pode trazer-lhe muitas doenças. Às vezes uma respiração muito curta causa tensão à pessoa e compromete a qualidade do seu sangue e, assim, sua vida.

Quando se pensa em fraternidade em defesa da vida temos de pensar em tudo que vem agredindo a vida, ameaçando sua existência. Assim, gostaria de destacar algumas de nossas ações que, como Deputado em mandato, estamos promovendo ou provocando. Uma é quanto à BR-040.

Sr. Presidente, realizamos audiência pública, aqui, em relação à BR-040. Há cerca de 15 dias, passei pela BR-040, que estava até bem, mas nesta semana a situação já é um absurdo. O trecho do trevo de Itabirito até Conselheiro Lafaiete está um escândalo. Ali há panelas, buracos enormes e, em alguns lugares, não há como o carro se desviar porque o buraco está justamente dentro de uma ponte. O jornalista João Carlos também deve ter feito esse percurso indo para Barbacena e, com certeza, percebeu a ameaça a sua vida no trecho.

Discutimos aqui sobre a responsabilidade, ou no mínimo, da co-responsabilidade de duas grandes empresas: a Vale e a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN. Não há balança, e seus caminhões passam pela estrada com altas cargas de minérios, trafegando, praticamente dia e noite, nesse trecho. A conservação dessas estradas não cabe apenas aos governos, mas é de responsabilidade também das empresas.

Como desdobramento de uma audiência pública realizada no ano passado, houve a garantia de a Vale ceder um terreno para a construção da rodovia do minério, por cuja execução a CSN seria a responsável, cedendo os recursos. Estamos apresentando um requerimento chamando o DNIT, a CSN, a Vale e também o Conselho de Meio Ambiente de Minas Gerais - Copam -, a quem cabe conceder as licenças para a construção da rodovia do minério.

Há áreas que entram em conflito com a questão ambiental, que se deve levar em conta, mas temos de ver também a defesa da vida. Houve inúmeros acidentes, então é a vida que tem sido ameaçada. Trata-se de um trecho onde temos o Viaduto Vila Rica, que ninguém conhece por esse nome, e sim como Viaduto das Almas, devido aos inúmeros acidentes. Temos de ouvir o DNIT em relação ao término da construção do Viaduto Vila Rica.

Embora na Câmara Federal tramite um projeto para que, uma vez concluído, esse viaduto receba o nome de Viaduto Risoleta Neves, nossa sugestão, e também de várias lideranças da região, é que ele passe a se chamar Luciano Pedro Mendes de Almeida. Por quê? Porque este foi uma liderança que, por inúmeras vezes, Sr. Presidente, celebrava missas lá, onde houve tantas mortes e, em datas diferentes, vários morreram e caíram desse viaduto. O mais marcante deles foi quando caiu um ônibus de operários, e apenas um se salvou. Sempre íamos para lá e celebrávamos missa. Mesmo com todo o aparato da Polícia Rodoviária Federal, de maneira sutil, saíamos do canto, entrávamos para a BR e fazíamos o percurso. Conseguíamos parar a BR, uma vez por ano, por mais de 40 minutos. Então uma liderança sempre presente era D. Luciano Pedro Mendes de Almeida. Por isso é justo que o novo viaduto receba o nome D. Luciano Pedro Mendes de Almeida. Na verdade, o mais importante é ter de fato o novo viaduto, mas isso não basta. É todo um trecho que existe com várias pontes estreitas. Só no Município de Congonhas, temos em torno de três pontes com duas vias, apenas com mão e contramão. Ela não é duplicada, e de repente há um estreitamento nesses lugares e buracos enormes. Mesmo para um motorista em sua mão certa, se ele se encontrar com um carro ali, não há como fazer o desvio. Terá de enfrentar o buraco e arrebentar não apenas os pneus, mas também as rodas. Queremos lutar pela vida, em sintonia com a campanha da fraternidade e com a defesa da vida, para cumprirmos a nossa missão aqui. Mas, para isso, é preciso garantirmos, o quanto antes, uma condição de tráfego seguro, sobretudo nesse trecho. Portanto, estamos solicitando a audiência pública. Em relação à defesa da vida, outro tema complexo, Sr. Presidente, e que já foi discutido aqui várias vezes, gostaria de me ater à situação das cadeias, ainda que alguém diga ser esse um problema nacional. O problema é que, no âmbito de Minas Gerais, faltou vontade política para resolver a situação. Uma das maiores chacinas do País aconteceu em Ponte Nova, no ano passado, quando quase 30 presos foram queimados. Quando falo que foi uma das maiores, refiro-me à proporção de presos, considerando-se as chacinas do Carandiru e do Urso Branco, no Norte do País, onde mais de 100 presos foram mortos. Portanto, em proporção ao número de internos, com certeza, a chacina ocorrida em Ponte Nova foi a maior do País. Agora, no período de férias, ocorreu uma nova onda de violência em Rio Piracicaba, deixando claro que se tratava de outra chacina. Também, recentemente, às vésperas do Carnaval, houve a fuga de 26 presos da cadeia de Conselheiro Lafaiete. É importante dizer que várias vezes tratei deste assunto nesta tribuna e o levei ao conhecimento do Secretário de Defesa Social, do Desembargador Lúcio Urbano, no início do primeiro governo Aécio Neves, e ainda, por duas vezes, ao Secretário Anastasia, que acumulou a pasta do Planejamento e da Defesa Social. Desculpe-me a palavra, mas também estive reunido com a topeira do então Secretário Ibrahim Abi Akel, que nos recebeu de forma descortês, a mim, ao Prefeito de Ouro Branco e à Presidente da Câmara. Nas notas taquigráficas desta Casa, estão registradas uma audiência pública realizada aqui e outra realizada em Ouro Branco, quando da expansão da Gerdau Açominas. Naquela oportunidade, logo no início, foi-nos garantido pela Gerdau a quantia de R\$300.000,00, como uma doação, isto é, sem nenhum imposto, sem nada. Essa quantia seria um repasse ao governo do Estado para a reconstrução da cadeia em Ouro Branco, mas já faz quase 10 anos e a obra ainda não foi realizada. Acontece que caiu um raio na cadeia de Ouro Branco, que foi destruída, e os presos, transferidos para Congonhas e para Conselheiro

Lafaiete. Assim sendo, a cadeia de Conselheiro Lafaiete ficou superlotada, já que sua capacidade é de menos de 100 presos e está com mais de 200. Ainda bem que não tivemos uma chacina por lá, mas, sim, uma fuga. Isso serve para mostrar a incompetência do Estado. Na semana passada, vieram Deputados a esta tribuna dizer que o governo federal não repassa recursos, mas a iniciativa privada está oferecendo-os, apesar de ainda não ter havido a liberação da planta por parte do Secretário de Defesa. Então, agora, com o Secretário Maurício Campos, quero renovar a minha esperança nessa secretaria, ou melhor, nesse Secretário e em toda a sua equipe. Também estou confiante no Genilson, que é o responsável pela parte carcerária. A situação é grave, visto que é a vida que está sendo ameaçada. Na verdade, a vida de todos os integrantes de uma sociedade não pode sofrer ameaças. Então o cidadão que comete um crime tem de ser punido, sem que lhe tirem a sua dignidade, que é o que está acontecendo nessas cadeias, a exemplo das cadeias de Mariana, Ouro Preto, Lafaiete, Congonhas, Contagem, entre outras. Agora o absurdo é este. Lá foi oferecido um recurso, até que enfim. Somente em janeiro deste ano foi repassado um valor para a Prefeitura de Ouro Branco, porque, embora seja de responsabilidade do Estado, há um convênio com a Prefeitura, que é responsável pela construção da cadeia. Uma vez construída, será assumida pela Secretaria de Estado. Esta é outra aberração. A maior parte das cadeias está por conta da Polícia Civil, que não foi preparada nem tem pessoal para cuidá-las. O problema maior é este: não há pessoal para tomar conta.

É o grande problema que estamos enfrentando em Ouro Preto, o que talvez não seja do conhecimento de muitos. No dia do carnaval, por pouco não houve uma mortandade não de presos, mas de policiais militares e civis, que entraram em uma guerra, após o comportamento desequilibrado de dois policiais militares, sobretudo. Um deles matou o Maguinho, já está comprovado. Um jovem de Ouro Preto foi executado pelos irmãos Ribeiro, policiais militares daquela cidade. Eles também torturaram dois estudantes de Mariana. E sabem que há denúncias piores contra eles. Reconhecemos a competência da Polícia Militar de Minas Gerais, que é exemplo, mas infelizmente, em seu seio, há policiais que não podem permanecer na instituição, como esses irmãos Ribeiro. Esses policiais são como uma batata podre, devem ser retirados ou mancharão toda a instituição. Ele cometeu essa execução em Ouro Preto e foi transferido para Mariana. Após menos de um mês lá, torturou dois jovens estudantes, que fizeram a denúncia aqui, a qual já foi apresentada à Corregedoria.

A resposta que queremos hoje não é instauração de inquérito, mas serem retiradas essas duas figuras da polícia. Não há mais conversa em relação a essas duas pessoas. Alguns pensam que já existe um problema generalizado na Polícia Militar, mas não quero acreditar nisso. Acreditam até em influência do filme "Tropa de Elite", que até ganhou um prêmio. Mas será com truculência que resolveremos o problema da segurança? Não será com inteligência, maior aparato e maior número de pessoal que garantiremos a segurança do povo?

Então, é esse o sentido de trazermos esse tema em sintonia com o tema da Campanha da Fraternidade - "Fraternidade e defesa da vida: escolhe, pois, a vida". É bem verdade que esses cidadãos têm de ser recolhidos, mas têm direitos. Há uma cela em Ouro Preto em que os presos nunca tomaram banho de sol e morreram sem assistência médica; a alimentação é de péssima qualidade; eram surpreendidos pela Polícia Militar de madrugada, e a cadeia está sob a responsabilidade da Polícia Civil. Eles entravam de madrugada e torturavam os presos. Isso aconteceu várias vezes, no ano passado. Vejam a truculência desses irmãos Ribeiro, policiais militares.

No Carnaval, eles quiseram fazer a mesma coisa, mas ainda bem que foram barrados por um Delegado. Foi quando um deles apontou a arma para o Delegado e chamou todas as outras polícias, quase instigando um confronto entre as Polícias Civil e Militar. Por tudo isso, solicitamos a realização de uma audiência pública nesse dia 20, para discutirmos essa situação e obtermos a punição dos responsáveis - que, na verdade, são irresponsáveis, porque são violentos e desequilibrados e não poderiam ter uma arma em seu poder.

Esperamos um desdobramento disso, com um tratamento muito especial para Ouro Preto. Esse tratamento é devido a todos, diante das péssimas condições em que se encontra a cadeia de Ouro Preto - sem eletrificação, cheia de gambiarras, com os vasos internos em situação vergonhosa -, é preciso que ela seja tratada com atenção especial, até porque a revolta dos presos e a falta de perspectiva de liberdade e de qualidade de vida levam a situações incontroláveis. E Ouro Preto, Sr. Governador, não é Ponte Nova ou Rio Piracicaba; trata-se de uma cidade de referência mundial, e qualquer ato como esse em Ouro Preto tem repercussão mundial. Assim, V. Exa., que parece ter um projeto maior, deve dar uma atenção muito especial a Ouro Preto, preocupando-se com as pessoas que ali representam o Estado, de certa forma, pois lá estão em nome do Estado, para garantir a segurança. E lembro que para lá vão turistas do mundo inteiro. A vida deve ser protegida de todas as formas e em todos os lugares, mas Ouro Preto ocupa um lugar de destaque no cenário mundial.

E esperamos que esta Casa dê sua contribuição para que trabalhemos com fraternidade, mostrando que todos nós devemos viver de forma fraterna e respeitosa. E só vamos fazê-lo quando entendermos o sentido mesmo da ética e o valor do ser humano; quando enxergarmos, quando tivermos a sensibilidade de perceber a unidade do outro, ou seja, que cada um é um ser único no mundo, que não é igual a ninguém. Em outras palavras, temos de aprender a respeitar a diversidade e as opções.

Assim é, Sr. Presidente, lembrando que V. Exa. é de outra denominação religiosa, creio que todas as nossas igrejas devem às vezes repensar em como respeitar o ser humano, como respeitar mais a diversidade e as opções, assunto que o tema da Campanha da Fraternidade aborda um pouco, embora de forma tímida, quando, ao tratar da educação, entra no campo da sexualidade e da afetividade. Muitas pessoas não vivem, porque são reprimidas e desrespeitadas, e esse é um dos aspectos que o texto-base da Campanha da Fraternidade trabalha, ainda que, a meu ver, de forma tímida - acho que é preciso ser mais ousado e trabalhar o tema a partir do ser humano, a partir de seu mundo e da sua realidade. Não se trata de repressão, que não ajuda em nada.

O que ajuda é a educação para a responsabilidade, sobretudo no aspecto da sexualidade e da afetividade, que têm que ser vinculadas e nunca desvinculadas uma da outra. Quando se desvinculam, temos as aberrações.

Queremos aprofundar ainda mais esse tema, ser abrangentes, conseguir constatar o que vem sendo uma ameaça à vida, em quais pontos cabe ao Legislativo mineiro trabalhar. Em vez de atos que vêm ameaçando a vida, transformá-los em ações que promovam a vida, em garantia de sua qualidade. Essa é a nossa esperança e deve ser, entre tantas outras ações que aqui relacionei, para que haja uma participação direta do Parlamento mineiro na preservação da vida, sobretudo na garantia da dignidade de vida para o ser humano, a preservação, da fecundação à senetude. Todas as fases, tratando cada uma dentro a sua devida particularidade.

Esperamos, Sr. Presidente, trabalhar mais a fraternidade e a defesa da vida, e que cada um que nos acompanhe tenha essa opção: escolhe, pois, a vida. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 20/2/2008

O Deputado Dinis Pinheiro - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa e visitantes, a imprensa noticia sempre com intensidade sobre administrações ineficientes e escândalos. Agora, fala do uso do cartão corporativo de forma inadequada; logicamente, um desperdício ao dinheiro do povo. Na semana passada, o jornal "Estado de Minas" teve oportunidade de registrar uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM - que trouxe alegria aos mineiros, contentamento a muitos Municípios e, particularmente, a esse Deputado que ora externa a sua mensagem. Quinze cidades mineiras tiveram oportunidade de ser destaque nessa pesquisa realizada pela CNM. Entre elas, Poços de Caldas, Coimbra, Olímpio Noronha, São Sebastião do Oeste, Tocos do Mogi e Belo Horizonte, que cumpriu também

um brilhante papel. Particularmente e com enorme contentamento, informo aos mineiros e mineiras que a minha terra, a querida Ibirité, ocupou uma posição de extraordinário destaque, situando-se, amigo Ademir Lucas, ilustre Deputado vizinho que conhece muito bem a minha história e a história da família Pinheiro, na condição da cidade mais bem administrada do Estado de Minas Gerais, no índice Gestão, ocupando, Deputado Leonardo Moreira, a posição de terceira cidade mais bem avaliada, conduzida e administrada no Brasil no índice Gestão, amigo Deputado Getúlio Neiva. Isso vem coroar a administração e o trabalho de um homem guerreiro, às vezes incompreendido, mas dotado de alma pura, um enorme benfeitor, um cristão, que administra com zelo, carinho e honestidade o dinheiro sagrado da população ibiritense, meu irmão Toninho Pinheiro. Mais uma vez, digo e reitero que administrar cidades ricas como Betim, Ipatinga, Belo Oriente, Itabira e Cachoeira Dourada não é um grande desafio, Deputado Getúlio Neiva, mas administrar Ibirité, Ribeirão das Neves, Teófilo Otôni, Esmeraldas e Montes Claros, isso, sim, é uma missão difícil, espinhosa, hercúlea. Com as bênçãos de Deus, meu irmão, no exercício do seu terceiro mandato e finalizando essa sua caminhada, seguindo o legado de meu pai, que ali foi Vereador e também Prefeito, tem a sua administração coroada, registrada, assinalada e ilustrada com essa colocação que realmente nos enche de orgulho, de emoção e de satisfação.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Dinis Pinheiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aprendi com Tancredo Neves que administrar cofre cheio é tarefa para qualquer um e administrar escassez é só para quem é competente. Quero deixar meu testemunho da competência do Prefeito Toninho, seu irmão, e da história de sua família, que tanto bem fez e faz a essa querida e estimada cidade de Ibirité. Convivi com seu pai, Tônico Pinheiro, de saudosa memória, um Prefeito extraordinário e dedicado às causas de Ibirité, que, à sua época, levou às alturas a administração da cidade. A senhora sua mãe, D. Irene Pinheiro, foi uma educadora de escola de grande qualidade e por tantas vezes Presidente da Fundação Helena Antipoff, de Ibirité. De forma que, para nós que conhecemos a realidade da cidade, não é novidade a competência, a capacidade e o zelo na administração da coisa pública que sempre norteou a sua família. Por isso, gostaria de deixar consignados os meus cumprimentos a V. Exa., extensivos ao Prefeito Toninho Pinheiro, herdeiro de uma boa tradição, passada pelo seu pai, Tônico, e pela sua mãe, Irene. Peço a V. Exa. que leve ao seu irmão os meus cumprimentos por alcançar esse objetivo de ser o Prefeito de uma das cidades mais bem qualificadas na gestão da coisa pública. Ele, que já está no seu terceiro mandato, dando, portanto, uma prova incontestada de que realmente é um bom gestor público, caso contrário não teria sido tantas vezes consagrado nas urnas pelo eleitorado de Ibirité. Tenho certeza de que, por ser muito jovem, seu irmão ainda terá outras oportunidades. Por fim, gostaria de deixar consignados, nesse seu pronunciamento, a nossa adesão, os nossos cumprimentos ao Prefeito Toninho Pinheiro, extensivos a V. Exa., que também é fruto dessa boa árvore do Tônico e da D. Irene. É com alegria que estou aqui cumprimentando-o pela boa administração do Toninho. Parabéns ao Toninho, parabéns a você e a toda a sua família. Que Ibirité continue no caminho do bem, da boa gestão e da boa administração. Tenho certeza e convicção de que os esforços que os senhores têm desenvolvido à frente dessa cidade brevemente, quem sabe com a implantação do pólo petroquímico, mais ainda a sua cidade terá condições de mostrar aos seus municípios essa boa administração, boa gestão, com desenvolvimento permanente e contínuo.

O Deputado Dinis Pinheiro - Obrigado, Deputado Ademir Lucas, V. Exa., que, de forma tão próxima, conhece o trabalho da família Pinheiro, é nosso vizinho, e vem agora referendar essas nossas palavras e trazer o seu abraço e os parabéns ao Prefeito Toninho Pinheiro. Digo isso com muita satisfação porque, quando se administra uma cidade com poucos recursos, quando se administra, amigo Deputado Carlos Mosconi, uma cidade cujos recursos se encontram abaixo da média "per capita" do Estado, demonstra-se, com mais ênfase e com mais tenacidade, a capacidade, o zelo, o respeito e a observância aos mais elevados padrões éticos e morais. Toninho Pinheiro, conduzindo com sabedoria os destinos da família ibiritense, granjeou a oportunidade de ter essa coroação ao final dessa sua caminhada. Realmente, isso vem engrandecer a família ibiritense e a família Pinheiro. Tenho muito orgulho do irmão que tenho, por tudo que ele representa para Ibirité e para todos os mineiros e mineiras.

Relembro aqui, Deputado Getúlio, sua cruzada de anos e anos, da mesma forma como hoje V. Exa. fala, com tanta altivez, por Minas e pelo Brasil, buscando, com intensidade, uma distribuição de recursos mais justa, humana e cristã, sobretudo para as cidades mais carentes.

Quando se fala em gestão, fala-se em zelo, transparência, probidade, eficiência da máquina pública, em priorizar com rigor o dinheiro da população. Lá os recursos estão sendo muito bem aplicados e investidos, sobretudo na educação e na saúde. Em 2006, 34% dos recursos próprios de Ibirité foram investimentos na saúde: foi construída uma maternidade, onde mais de 2 mil crianças já nasceram; postos de saúde; contratação de serviços; ampliação do número de PSF; profissionais qualificados. E agora estamos terminando a construção do tão sonhado hospital de Ibirité. Na educação, como filho de professora, Toninho Pinheiro também tem feito um trabalho admirável e memorável, atingindo 30% de investimentos em 2006, conforme a pesquisa feita naquele ano.

Podemos listar também diversas ações dessa administração vitoriosa, como construção de escolas, contratação de profissionais gabaritados, esforço pedagógico continuado e permanente para que a educação desfrute de credibilidade cada dia mais.

Enfim, é assim que Toninho Pinheiro tem administrado Ibirité. E é por isso, com esse seu jeito simples, alma pura e honestidade, que teve oportunidade de ver Ibirité coroada como primeira cidade mais bem administrada em Minas Gerais, no Índice Gestão, e terceira no Brasil. É com muita felicidade que venho a esta tribuna e, por meio da TV Assembléia, parablenizo a família ibiritense e registro meu encantamento e admiração por Toninho Pinheiro. Que seu exemplo continue a ser seguido por mineiros e brasileiros, e que tudo isso sirva de aprendizado e lição para que possamos administrar o dinheiro do povo de forma sagrada, abençoada e iluminada. Vale a pena. Em Ibirité há metas; em Ibirité há objetivos; em Ibirité há norte. Por isso ele ocupa, pela terceira vez, a função de condutor maior dos destinos de Ibirité, atingindo, na administração de uma das cidades mais pobres do Estado de Minas Gerais, o percentual histórico e inédito de quase 90% de aprovação.

O Deputado Bráulio Braz (em aparte)* - Ilustre Deputado Dinis Pinheiro, muita satisfação nos traz ver V. Exa. ocupando a tribuna para falar de assunto produtivo, de algo eficiente que aconteceu na administração pública. Parabéns a seu irmão, o Prefeito Toninho Pinheiro, pelos resultados obtidos em Ibirité.

Agora, deverei ir para a reunião na Comissão de Turismo, mas fiz questão de usar a palavra, não apenas para parabenizar seu irmão, mas para lhe dizer que neste ambiente, em que viemos para trabalhar e produzir, é muito bom ouvir palavras como as suas. Muitas vezes, precisamos ficar ouvindo coisas que nos cansam e não levam a nenhum resultado positivo. Neste momento, estamos ouvindo o ilustre Deputado falando de resultados obtidos por pessoas que dedicam sua vida à política, que se interessam pelo bem-estar de sua comunidade e trazem resultados. Parabéns ao seu irmão.

Peço licença para me retirar para reunião de comissão e me furtarei de ouvir o fim de seu pronunciamento. Obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro - Obrigado, Deputado Bráulio. Quem engrandece esta Casa é V. Exa., filho de um ser humano extraordinário, que teve a oportunidade de conhecer e que hoje exerce, também com muita sabedoria e maestria, a administração do Município de Muriaé. Desejo a seu pai, esse homem público extraordinário, muita sorte e êxito.

Aproveito a oportunidade para conceder aparte ao ilustre amigo e vizinho, Deputado Ivair Nogueira.

O Deputado Ivair Nogueira (em aparte) - Deputado Dinis Pinheiro, fazendo coro com as palavras que acabamos de ouvir, também quero não só parabenizar o seu irmão Toninho Pinheiro, Prefeito de Ibirité pela terceira vez, mas dizer que, como ex-Prefeito de Betim, sei o quanto é difícil administrar uma cidade, principalmente como Ibirité, que, com uma receita pequena, enfrenta graves e cruciais problemas. Mas o Toninho, com toda a sabedoria e competência, soube articular, planejar e fazer de Ibirité uma cidade hoje reconhecida. Fiquei muito feliz em ver esse reconhecimento vindo não só da população de Ibirité mas também de órgãos que souberam avaliar essa cidade e dar a ela, mesmo com poucos recursos, e ao Toninho Pinheiro, credibilidade e aceitação.

Também sou testemunha das lutas que se travaram entre Betim e Ibité, mas que foram para o bem das duas cidades. Hoje, Ibité tornou-se um verdadeiro distrito industrial, graças à inteligência do Toninho, que conseguiu gerar recursos, aumentar a capacidade de oferta de emprego e aumentar a receita do Município.

Esse reconhecimento tem de ser estendido a toda a família de Dinis Pinheiro: a você, que é dono de uma credibilidade muito grande não só em Ibité mas em todo o Estado; a sua mãe, que tem um trabalho social da mais alta importância e de longos anos; e a seu falecido pai, também um político considerado e respeitado. E, como fruto dessa grande família, surgiram lideranças como você e como o Toninho, a quem Minas Gerais tem de agradecer muito.

O Deputado Dinis Pinheiro - Obrigado, Deputado Ivair. A vida pública é isso. Tem inúmeros momentos de percalços e obstáculos, numa caminhada às vezes espinhosa, mas, na semana passada, a família Pinheiro recebeu esse resultado positivo e extraordinário. Isso serve de alento, Deputado Gil Pereira, motiva-nos e revigora-nos ainda mais para seguir nessa caminhada inicialmente idealizada por meu saudoso pai e que a família Pinheiro exerce com galhardia, carinho, apreço e respeito.

Saio, então, fortalecido e revigorado, para enfrentar tantas outras dificuldades que certamente teremos pela frente. Sem dúvida, uma delas será a implantação na Assembléia Legislativa do nosso tão sonhado ICMS Solidário, esse instrumento forte e vigoroso para diminuir as desigualdades sociais, combater a concentração de renda e, ao mesmo tempo, propiciar a todos os Municípios mais pobres condições de sonhar, progredir e prosperar. Esse é o nosso sonho e desejo. Um abraço à família ibiritense e ao Toninho Pinheiro - que Deus continue iluminando sua caminhada e que ele continue sendo para todos nós esse grande exemplo de correção, retidão de caráter e de moralidade no trato da coisa pública.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, também gostaria de comentar a classificação brilhante de Poços de Caldas nessa mesma pesquisa citada pelo Deputado Dinis Pinheiro, feita pela CNM.

Antes, porém, gostaria de fazer dois outros comentários. Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Dinis Pinheiro, pedindo-lhe que leve os nossos cumprimentos a seu irmão, Toninho Pinheiro, Prefeito de Ibité, pela brilhante classificação que sua cidade alcançou nessa pesquisa feita pela CNM.

Antes de entrar na questão da cidade de Poços de Caldas, Sr. Presidente, gostaria de trazer a esta Casa um resumo, um relato da reunião que a Comissão de Saúde realizou aqui, ontem, uma audiência pública para tratar de um assunto também muito importante para o Estado de Minas Gerais que é a febre amarela. É um assunto que preocupa o Estado todo, já que tem ocorrido um aumento da incidência da doença em todo o País, deixando preocupadas a nossa população, as autoridades sanitárias e trazendo um certo grau de preocupação para Minas Gerais, uma vez que algumas pessoas foram infectadas em nosso Estado. Felizmente, a doença foi adquirida fora do Estado de Minas Gerais, mas os pacientes vieram para cá, aqui apresentaram seus sintomas e tiveram de ser tratados.

Trouxemos a esta audiência pública autoridades da Secretaria de Estado de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, convidados de outras cidades, infectologistas, a fim de que pudéssemos ter uma real visão do problema no Estado de Minas Gerais. Depois de uma discussão bastante profícua e demorada, feita com muito cuidado e de forma detalhada, pudemos constatar que a doença em Minas Gerais se encontra praticamente sob controle. Infelizmente, a doença está voltando para o Brasil. O "aedes aegypti" tinha sido erradicado do País em 1955 e, lamentavelmente, há alguns anos, começou a voltar, principalmente na década de 90, e trouxe com ele novamente a dengue e, agora, a febre amarela.

É uma pena fazermos essa constatação, principalmente em se tratando de doenças que já se encontravam erradicadas do País. Temos de analisar por que essas doenças voltaram, por que temos de conviver com elas e a nossa incapacidade, talvez, Sr. Presidente, de erradicá-las novamente. Será que é possível termos a meta de erradicar doenças que trazem tantos problemas para a população? No caso da dengue, temos uma convivência já muito ampla com a doença, com incidência muito alta em diversos Estados do Brasil, até em Minas Gerais, ainda que o trabalho das autoridades sanitárias - tenho de louvar aqui o trabalho da Secretaria de Saúde - tenha sido muito competente na questão de manter essa doença sob controle muito rigoroso e rígido, oferecendo uma certa segurança à nossa população. Infelizmente, a população tem de conviver com essas doenças, em algumas regiões do Estado, de uma forma muito mais forte e expressiva, em alguns momentos até com uma certa agudeza, quase trazendo uma impressão por vezes falsa de uma epidemia que ocorre nesta ou naquela região do Estado.

Em relação à febre amarela, creio que a situação é mais bem contida, uma vez que o Estado de Minas Gerais, tão logo começou o risco de uma incidência maior da doença, que tem forma silvestre e urbana, rapidamente começou a fazer campanhas de vacinação muito amplas no Estado inteiro, oferecendo praticamente 100% de cobertura à população do Estado de Minas Gerais. Há dois anos, já havia começado uma campanha forte, e as vacinas foram distribuídas em todas as regiões do Estado, oferecendo, portanto, uma cobertura muito ampla à população. Mas, como não havia o risco que há hoje, nem a divulgação pela imprensa da gravidade da doença, a população não se interessou tanto pela vacina, e apenas 50% das doses distribuídas pelo Estado foram utilizadas.

No ano passado, já com o receio maior do povo mineiro em relação à doença, praticamente toda a vacina distribuída nas cidades de Minas Gerais foi utilizada. Então, tivemos uma cobertura de praticamente 100% da população mineira em relação à vacina contra a febre amarela.

É fundamental que isso ocorra, porque a maior segurança que se pode oferecer ao paciente, à população, é exatamente a vacina, uma vez que não se consegue conter o "aedes aegypti" como gostaríamos, por várias razões. Explicarei algumas delas aqui.

Portanto, a vacina é absolutamente indispensável. Ficou esta segurança para nós: em Minas Gerais, a vacina é ampla e oferece uma cobertura de 100%. No entanto, o que nos preocupa é saber se essa ação ocorre com a mesma competência nos Estados limítrofes com o nosso. Houve casos de pacientes que foram infectados em Goiás e em Brasília e vieram para Minas Gerais. Essa preocupação ficou bastante evidenciada. É bem possível que não ofereçam essa cobertura nesses outros Estados limítrofes com Minas, que são zonas de risco, como é o caso de Goiás e do Distrito Federal e de Mato Grosso e Piauí - Estados mais distantes. Naturalmente, nessas regiões que são consideradas zonas de risco, a incidência é mais ampla.

Esse problema ficou bastante claro para nós. Em relação a Minas Gerais, a situação está sob controle. Ainda que o Ministério da Saúde seja praticamente o responsável pelas campanhas de vacinação em todo o País, Minas Gerais adotou uma posição de agir, diante de um risco mais iminente da doença, e não ficou na passividade, esperando a atitude do Ministério da Saúde; saiu a campo para proteger a sua população. O Estado tem conseguido isso.

Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, ficou bastante evidente, para nós, a pobreza do saneamento básico no Brasil. Esse é um problema perene no nosso país e explica, com todas as letras e de forma cabal, a existência de doenças como essa no País. Essa, então, ilustra mais, porque havia sido erradicada, mas voltou. Por que não conseguimos erradicar o "aedes aegypti"? Exatamente porque temos um problema de saneamento básico. Por exemplo, o aumento exagerado da nossa população nas grandes e pequenas cidades, a falta de uma solução adequada

para resolver a questão do lixo, que é crucial, e do esgoto no Brasil e a quantidade gigantesca de garrafas de plástico vazias sendo acumuladas ao lado dos nossos rios e ribeirões tornam praticamente impossível a erradicação de doenças como essa.

Enquanto o saneamento básico não for resolvido, fica evidente que não será possível a erradicação dessas doenças, conforme enfatizam as autoridades sanitárias do Brasil. É um drama admitirmos isso. É necessária uma ação muito mais forte, expressiva e determinada dos três níveis de governo e das autoridades brasileiras, para que a questão do lixo e do esgoto realmente seja solucionada. Teremos de conviver não somente com doenças como essa, que já haviam sido erradicadas e podem voltar, mas também com o risco do aumento da incidência delas e com a chegada de outras ao Brasil. Sr. Presidente, era isso o que queria dizer em relação à febre amarela. Gostaria de cumprimentar as autoridades sanitárias do Estado, como a Secretaria de Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e muitas outras Secretarias Municipais, que têm realizado um trabalho bastante determinado e competente, a fim de manter sob controle uma doença grave como a febre amarela. Antes de encerrar as minhas palavras, gostaria de cumprimentar também a população de Poços de Caldas - cidade na qual tenho a felicidade de residir há muitos anos e que considero como minha - pela classificação que conseguiu nessa pesquisa elaborada pela CNM, que a colocou em 4º lugar no Brasil e em 1º do Estado em relação aos três itens: gestão administrativa, gestão fiscal - responsabilidade fiscal - e questão social. Esses dados avaliados são recentes, de 2006. Para nós, esse é um orgulho e uma grande satisfação. Para mim, é uma enorme alegria divulgar desta tribuna esse fato, que é extremamente auspicioso para nós que vivemos ou somos de Poços de Caldas. A população dessa cidade é extremamente operosa, laboriosa e faz realmente com que Poços de Caldas seja, em última análise, o que é: pujante, investidora e com vocação para o desenvolvimento, enfim, uma cidade com inúmeras qualidades. Gostaria de cumprimentar também o Prefeito Sebastião Navarro, ex-Deputado, que conviveu nesta Casa, por alguns anos, e que faz uma administração premiada, com esse galardão oferecido pela CNM. Quero cumprimentar ainda o Prefeito, o Vice-Prefeito e toda a sua equipe, que trabalha com muita determinação, disposição e competência; a Câmara dos Vereadores, por meio do seu Presidente Vereador Álvaro Cagnani; enfim, quero dizer que isso realmente é uma alegria para nós. Poços de Caldas ocupava o 1º lugar no Estado de Minas Gerais e o 22º no Brasil no IDH. Agora temos essa referência da CNM, o que realmente é uma honra para nós.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Deputado Carlos Mosconi, não poderia deixar de cumprimentá-lo por duas vezes. Primeiro, pelo trabalho que a Comissão de Saúde tem feito com V. Exa. à frente como Presidente, que tem certamente abordado alguns temas fundamentais, que têm feito diferença no sistema de saúde pública do nosso Estado. Minas perdeu a CPMF. Com V. Exa. e os companheiros, buscamos e conseguimos o apoio do governo para suplementar o orçamento da saúde, o que aliviará a perda que tivemos. Quero ainda cumprimentá-lo por representar aqui uma cidade tão importante, que dá tanto orgulho a Minas Gerais, como é Poços de Caldas, tão bem administrada pelo nosso companheiro Sebastião Navarro, homem que já galgou todos os cargos públicos e hoje sente o gosto de administrar essa cidade. Quando se conversa com o Sebastião a respeito da administração de Poços de Caldas, ele fala com orgulho disso, como se estivesse iniciando novamente a sua vida pública. Então isso dá certo. Quando se administra com seriedade, com competência, com uma boa equipe, dá certo. Portanto quero cumprimentar o Sebastião Navarro e o povo de Poços de Caldas por esse desempenho tão importante, tão favorável e que serve de espelho e de exemplo para tantos outros Municípios; e a fórmula é fácil: tendo a competência, a disposição e o resultado de um trabalho brilhante como se tem em Poços de Caldas, só se poderá obter essa qualificação da CNM. Então leve ao povo de Poços de Caldas, ao Sebastião Navarro os cumprimentos deste Legislativo por tanta competência em administrar um dos melhores e maiores Municípios do nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Levarei ao Prefeito Sebastião Navarro e ao povo de Poços de Caldas os seus cumprimentos e saudação. Quero dizer que V. Exa. tem razão quando disse que o Prefeito Sebastião Navarro anima-se quando fala das qualidades dessa cidade. Gostaria também de dizer a V. Exa. que o trabalho da Comissão de Saúde é feito coletivamente, como V. Exa. sabe, pois participa ativamente e com muita competência das reuniões, V. Exa. é muito experiente nessa questão. Acredito que fazemos um trabalho em consonância com a importância do setor e com a realidade que o Estado de Minas Gerais está vivendo. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente: relatar o trabalho da Comissão de Saúde e cumprimentar Poços de Caldas pela qualificação magnífica que alcançou na pesquisa feita pela CNM. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Rinaldo - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, pessoas que nos visitam, telespectadores da TV Assembléia, quero iniciar minha fala cumprimentando meu caro colega Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde, por sua fala e pela administração brilhante de sua cidade, Poços de Caldas, orgulho de Minas Gerais, primeiro lugar no IDH. Quero cumprimentar também o Deputado Dinis Pinheiro por Ibitiré, administrada por seu irmão. Saúdo-os pela alegria que estão tendo graças a essas administrações brilhantes. Sr. Presidente, no início dos trabalhos deste mês, estive na Comissão de Transportes solicitando uma audiência pública para debatermos a situação da MG-050, primeira rodovia estadual a ser privatizada, em uma parceria público-privada - PPP. A partir de julho deste ano, será iniciada a cobrança dos pedágios. Conhecemos a situação da estrada, que melhorou bastante. Os tapa-buracos foram bem-feitos, assim como a capina e a colocação da sinalização vertical e horizontal, mas precisamos ter maiores informações para transmitirmos à população que utiliza essa rodovia. Precisamos ser informados das próximas etapas de obras na estrada, uma vez que existem dúvidas quanto ao cronograma. Essa audiência pública, portanto, será de grande importância para todos os que usam a MG-050, e estamos convidando para participar da reunião o DER, representando o governo do Estado, a empresa que explorará a estrada e os Deputados de todas as cidades por onde passa a MG-050, até a divisa de São Paulo. Precisamos ter os devidos esclarecimentos: quais obras serão feitas e quando. A população precisa ser informada, uma vez que essas obras serão pagas com o dinheiro das pessoas que passarão pelo pedágio e lá deixarão seus R\$3,00. Não temos as informações necessárias, e muito menos têm as pessoas que não têm acesso aos meios devidos para obtê-las. Portanto, estamos aguardando que a Comissão de Transportes agende essa audiência pública para debatermos o assunto. Quero convidar também os Deputados das cidades vizinhas à MG-050 para fazermos uma viagem por essa estrada, com um engenheiro do DER, a fim de vermos as obras principais a serem feitas, como a terceira pista, pista dupla, viadutos etc. Se fizermos uma viagem pela rodovia, teremos dados para debatermos na audiência pública. Se disserem que em determinado lugar será feita uma terceira faixa, poderemos dizer que estivemos lá e que o trecho precisa de uma pista dupla. Com essa viagem, teremos condições de tirar maior proveito da reunião.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Agradeço ao Deputado Rinaldo Valério, grande parceiro. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa. Isso é extremamente importante e, com certeza, será mais uma das parcerias que faremos - como estamos, graças a Deus, nos acostumando a fazer - aqui na Assembléia e com o Governador Aécio Neves, que está trabalhando por nossa região, Divinópolis e o Centro-Oeste como um todo, alcançando inclusive a região Sudeste, na divisa com São Paulo. Essa audiência que V. Exa. propõe será muito oportuna. É importante o acompanhamento de cada passo desse processo de PPP, dessa concessão para a manutenção da rodovia. V. Exa. foi muito feliz nessa observação: embora passe a ser uma concessão - não chega a ser uma privatização -, o dinheiro público, de alguma forma, continua sendo usado, não só porque o Estado continuará colocando parte dos recursos da obra para o pedágio não ficar muito caro como também porque o complemento vem por meio do pedágio, que consiste no pagamento do cidadão. Por isso é muito importante o acompanhamento a cada momento.

O projeto preliminar deu origem à assinatura da PPP - aliás, a PPP vai alcançar outros setores. O Governador já fala na possibilidade de também fazer PPP para construção de mais presídios para resolver o problema penitenciário, o que é uma idéia interessante. Especificamente essa estrada passou a ser a primeira, o que é muito bom, pois a região estava precisando desse investimento. Como V. Exa. disse, começa-se a perceber a melhoria na estrada, mas há muita coisa a ser feita. O contrato, de fato, prevê a realização de uma série de melhorias, mas trata-se de um contrato de longo prazo, de 25 anos. E há algumas coisas que precisam ser feitas a curto prazo. Aliás, mencionei aqui na Assembléia que fui, há poucos dias, até a empresa Nascentes Gerais e reuni-me com o Fuad, Secretário de Obras. Em todos os dois locais, fui levar essa preocupação que é semelhante à de V. Exa., em relação a agilizar algumas obras, não só a de terceira pista. Citando o caso de Divinópolis, em que há trincheiras, viadutos, passarelas, que, além de melhorar a segurança para a rodovia, é fundamental para a segurança dos moradores da região. Nós, que moramos em Divinópolis, assim como V. Exa., sabemos que é difícil para quem mora nos Bairros Candelária, Oliveira, Bom Pastor, Serra Verde ou Quintino, na saída em direção a Formiga, ou na entrada, no Bairro Icarai, é um pesadelo, onde, aliás, muitas vidas já foram perdidas.

Gostaria de parabenizar V. Exa. e dizer que estaremos juntos, trabalhando - e, não tenho dúvida, assim como os demais Deputados que atuam

em cidades próximas ao longo da MG-050 -, para termos mais força e fazer com que essa obra realmente melhore a região. Esse é o propósito do Governador Aécio Neves com essa iniciativa. Muito obrigado, Deputado Doutor Rinaldo.

O Deputado Doutor Rinaldo - Eu agradeço, Deputado Domingos Sávio. Essa parceria é importante, assim como o nosso trabalho na Assembléia, e quem sai ganhando são todas as pessoas do Centro-Oeste mineiro. Acredito que, com a participação de V. Exa. nessa audiência pública, teremos bons resultados.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Nobre Deputado Doutor Rinaldo, nobre Presidente Deputado Doutor Viana, gostaria de cumprimentá-los por essa iniciativa.

Rememorando, há alguns meses, por ocasião da primeira privatização de uma estrada estadual pelo governo do Estado, fizemos um requerimento e despachamos com a Secretaria- Geral da Mesa para que esta Casa formasse uma Comissão Especial composta principalmente pelos Deputados que transitam naquela rodovia. Esse requerimento está na Casa até hoje, e o Presidente entendeu que, por ser a primeira privatização das rodovias, deveríamos dar um tempo maior para que as obras se iniciassem.

Devo confessar a V. Exa. que estou há mais de 23 anos rodando pela MG-050, desde quando estudava medicina em Belo Horizonte. Em 1966 eu já transitava por ela, aliás, havia uma balsa, e tínhamos de atravessar por ela, pois a estrada ainda não era viável. Na região de Itaúna o calçamento ainda era daqueles pés-de-moleque. Lembro-me também das jardineiras. Portanto, conhecemos bem a MG-050.

Quando o nobre Deputado Domingos Sávio defende a sua querida Divinópolis dizendo que tem de fazer alguns viadutos, dou completa razão a ele. É uma coisa horrível quando se entra em Divinópolis e se vai atravessando as pontes, as estradas afunilam de uma só vez. Quando se sai do trevo de Divinópolis, quase que se entra dentro de buracos. É horrível para quem chega naquele trânsito. Considero fundamental a melhoria.

O pedágio entre Passos e Capitólio já está com as máquinas e as coberturas pronta. V. Exa. é "expert" na região de Capitólio e Piumhi. Tenho o prazer de compartilhar das suas ações, porque sou majoritário naquela região e V. Exa. vem logo em seguida. Mas o pedágio entre Capitólio e Piumhi, meu querido Domingos Sávio, já está com as máquinas e com as coberturas prontas. O pedágio de Formiga a Divinópolis é o mais atrasado de todos. Não sei por que razão ainda estão em fase de retirar terra. O pedágio fica em uma lombada. Quando você sai da lombada, a 200m à frente está o pedágio. E o pedágio entre Divinópolis e Belo Horizonte, entendo eu que o inicial, aquele que tem três cabines, será adaptado. Acho aquele pedágio muito pequeno, muito pobre, muito diferente daqueles que estão sendo feitos.

Tenho também uma novidade: fizeram uma extensão da MG-050 para uma BR que vai de São Sebastião do Paraíso a Ribeirão Preto. Precisamos fazer uma visita a essa BR porque o asfalto é uma maravilha. Como tenho o privilégio de ir a Ribeirão, vi que fizeram lá uma massa asfáltica emborrachada. A subsidiária se chama Setenge. Colocaram uma camada de asfalto muito diferente desse asfalto utilizado pela Pavitex. Estou, aliás, sabendo o nome de empreiteiras por passar duas vezes por semana nessas estradas, rodando 840km.

Penso que isso tem tudo a ver com o que o Deputado Domingos Sávio está pretendendo.

Uma preocupação enorme que tenho é que existem dois trevos em São Sebastião do Paraíso que, se vocês conhecerem, não vão admitir. Você conhece apenas um, o que entra na cidade, o que vai para Ribeirão você não conhece. Eu já te mapeei e você está sendo rastreado. Você é um Deputado que está sendo rastreado pela sua competência. Sem competência não precisa ser rastreado. Infelizes aqueles que não são, como é o meu caso e o do Deputado Doutor Rinaldo. Essa pretensão, Deputado Doutor Rinaldo, é das mais válidas que estamos tendo neste Plenário. Vou pagar R\$36,00 numa estrada que só tem uma pista. O Estado de São Paulo não admite pedágio se não houver pista dupla, e a terceira via não existe. Vai ser difícil.

Estou terminando, Presidente. V. Exa. é democrata e regimentalista, vai entender que o assunto merece um alongamento do Regimento.

Então, ninguém vai querer pagar. E esse pedágio vai iniciar logo porque as obras estão acontecendo 24 horas, sábados, domingos e feriados. Acho que é muito válido, espero que consigamos uma comissão formada por cinco membros ou mais para fazermos essa peregrinação nas curvas de Furnas. Não sabemos ainda o que vamos fazer com elas, mas valeu a pena.

O Deputado Doutor Rinaldo - Agradeço o aparte do Deputado Rêmoló Aloise, que também está muito preocupado com a MG-050, com as obras que precisam ser iniciadas para que possamos dizer à população que vale a pena pagar o pedágio para termos uma estrada segura, com menor índice de acidentes.

É difícil um índice zero, mas trabalharemos para isso.

Assim, temos de ficar atentos. Nós, os Deputados da região, temos de estar presentes na audiência pública que solicitamos na Comissão de Transporte. Além disso, temos de fazer essa viagem pela MG-050 para termos condições de discutir com o DER, com a empreiteira, as obras mais importantes, as que têm de ser iniciadas prioritariamente.

Cito Divinópolis, o trevo da Cidade Industrial, que tem um afunilamento de muito perigo em função do tráfego de veículos e pelo movimento da entrada na Cidade Industrial.

Precisamos desses dados. E, só fazendo com o engenheiro responsável do DER uma viagem pela MG-050, teremos condições de identificar todos os pontos. Daqui a Divinópolis sei de cor os mais importantes. Infelizmente, o meu motorista já capotou um carro comigo dentro nessa estrada. Sei que aquele ponto pede uma obra rapidamente.

Já comentei sobre as cidades, mas também saliento que estou com a lista da CNM, em que cita cidades classificadas como as melhores em vários itens: índice fiscal, índice de gestão e índice social do Brasil. Por exemplo, Lagoa Santa de Goiás ficou em 1º lugar. Na lista dos Municípios com as 35 melhores médias nos últimos cinco anos, infelizmente a minha querida Divinópolis não consta. Seria muito importante que Divinópolis constasse como a cidade melhor administrada, com melhor índice fiscal e índice de desenvolvimento humano. Mas, folheando a relação, infelizmente não a vejo na lista.

Depois, com mais cuidado e mais atenção, folhearei a lista e, se Divinópolis constar em alguns desses índices, virei aqui para retificar minha fala.

Sr. Presidente, caros colegas, muito obrigado pela paciência. Boa tarde.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente em exercício, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, ao utilizar este momento que temos, quero abordar um assunto que é grave e importante para o Norte de Minas e que ontem mereceu a presença das lideranças norte-mineiras, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, numa audiência com o Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar.

Registro aqui a presença de alguns companheiros que estiveram conosco, como o Presidente do Sindicato Rural de Montes Claros, Júlio Pereira, e o da região de Várzea da Palma.

Saímos da reunião preocupados por um lado, mas também satisfeitos. Tivemos a perspectiva de que um assunto tão grave para a nossa região, a seca que enfrentamos durante tanto tempo e tantos meses, cujos efeitos estamos vivendo agora, poderá ter uma luz no fim do túnel, com o envolvimento firme do nosso Vice-Presidente da República, companheiro José Alencar.

Nessa reunião, estiveram presentes todos os Deputados Federais votados na região Norte mineira, praticamente sem exceção. Tivemos também a presença de entidades, como a sociedade rural e sindicatos rurais, além de Prefeitos, representados pelo Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene - Amams -, companheiro Valmir, Prefeito de Patis. Tivemos a presença desta Casa, representada por este Deputado e pelos Deputados Paulo Guedes e Gil Pereira.

Essa reunião trouxe alguma luz e alguma perspectiva para todos nós. Foi apresentada ao Vice-Presidente José Alencar a pauta da reunião, sob a liderança do Prefeito de Montes Claros, Athos Avelino, que entregou ao Vice-Presidente da República um documento que retrata todas as dificuldades por que passam os trabalhadores rurais e os produtores rurais do Norte de Minas. A situação grave, como entendida pelo Vice-Presidente, teve acatamento imediato, com convocação dos Ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Geddel, da Integração Nacional, além dos Presidentes do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil.

Gostaria de repassar aos senhores os pontos abordados, os quais certamente merecem todo o apoio desta Casa e do Governador Aécio Neves. Devemos envidar todos os esforços para ter esses problemas solucionados.

Entre as várias reivindicações, foi apresentada ao Vice-Presidente da República a solicitação de renegociação das dívidas vencidas e vincendas, com prazo de carência de, no mínimo, dois anos, além da elaboração de novo cronograma de reembolso, conforme a capacidade de pagamento de cada produtor e com juros compatíveis com a realidade regional.

Essa talvez seja uma das principais reivindicações. Os bancos oficiais - o do Nordeste do Brasil e o do Brasil, que são os fomentadores, os financiadores da safra da produção rural norte-mineira - estão, infelizmente, executando as dívidas daqueles produtores que tomaram empréstimos, que estão devendo a esses órgãos oficiais. Por isso, foi solicitada a paralisação imediata dessas execuções. Não é possível nenhuma discussão com essas execuções pelos bancos ou intervenções da Justiça, como vem acontecendo. Estão sendo levadas a leilão as terras dos produtores, assim como seus sonhos.

Solicitamos o que havia sido feito, há dois anos, no Rio Grande do Sul, quando os gaúchos enfrentaram uma seca de apenas 30 dias e viram o desespero bater às suas portas. Diante do ocorrido, o governo federal, por meio de uma medida provisória, solicitou imediatamente que paralisassem as execuções para que os produtores tivessem tempo de renegociar suas dívidas. O que solicitamos não foi nada de novo, nada impossível, afinal já existiu esse procedimento no Sul do Brasil, há dois anos. Por isso, solicitamos que as mesmas atitudes tomadas naquela ocasião também sejam tomadas relativamente ao Norte de Minas, ao Jequitinhonha e ao Mucuri.

O segundo ponto foi a liberação imediata de recursos específicos para recuperação das pastagens. Toda a pastagem da região norte-mineira foi aniquilada, dizimada pela seca. Os produtores não têm como recompor essas pastagens. Já estão devendo aos bancos e não têm como pagar os empréstimos tomados para a safra de 2007. Estão completamente sem condições de quitar suas dívidas e absolutamente inadimplentes, sem poder recuperar as pastagens, agora em 2008.

É necessário que, além da renegociação das dívidas, que o governo federal, por meio de medida provisória, destine recursos ao produtor para que esse possa recuperar suas pastagens. Estamos falando de um rebanho bovino de 2.300.000 cabeças, das quais 10% morreram em virtude da seca desse final de ano e início deste ano ou seja, 10% do nosso rebanho morreu em virtude da seca.

Solicitamos também financiamento para garantir estrutura hídrica: perfuração de poços, construção de pequenos açudes e aquisição de equipamentos de irrigação, objetivando-se o cultivo de forrageiras e a constituição de reservas estratégicas para a alimentação do rebanho compatível com a realidade regional. É necessário haver condições de investimento.

Hoje quem possui uma propriedade rural sente-se como quem tem qualquer outro negócio. Nesse caso, o negócio está representado pela propriedade rural, que precisa ser administrada com competência, com profissionalismo. Ademais, é preciso haver capital de giro; caso contrário, não será possível se administrar uma propriedade rural, independentemente do seu tamanho.

Também foi solicitada a liberação de recursos orçamentários previstos para o DNOCS e para a Codevasf. Estes, aliás, são dois órgãos do governo federal presentes em nossa região. Conforme se constata em seu passado, esses órgãos têm prestado um grande trabalho a nossa região, com absoluta competência, além de grandes realizações. O Deputado Paulo Guedes foi Diretor do DNOCS em Minas Gerais - hoje tão bem administrado pelo companheiro César - e, considerando-se o seu trabalho, a sua gestão, ele sabe do que estou falando.

O DNOCS, bem como a Codevasf, não pode continuar administrando por meio de emendas orçamentárias. Isso é impossível. Se um Deputado Federal entender por bem, poderá colocar uma emenda orçamentária destinada ao DNOCS. Todavia, muitas vezes essa emenda vai para a base parlamentar do Deputado que fez a indicação para o DNOCS ou para a Codevasf. Então o DNOCS, bem como a Codevasf, possui uma estrutura extremamente importante, pois conta com pessoas que têm "know-how", grande experiência no combate aos efeitos da seca. Esses órgãos precisam de recursos para garantirem sua estrutura, a fim de desenvolverem, levarem adiante projetos, a exemplo do projeto da construção de Congonhas, barragem essencial para abastecer a população de Montes Claros. Aliás, há ainda outras barragens, como a de Berizal, que há muitos anos está paralisada. Como se vê, o DNOCS e a Codevasf precisam de estrutura a fim de cumprirem suas missões.

Solicitou-se também à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - que fosse estendido à agricultura irrigada o benefício da tarifa noturna, bem como o benefício referente aos horários diurnos nos sábados, domingos e feriados. Em nosso país, nos finais de semana e feriados, não há grande demanda, grande consumo de energia. Ou seja, não há utilização plena de energia, sobra energia. E essa energia, nos finais de semana e feriados, poderia perfeitamente ser posta à disposição dos produtores com a utilização da tarifa noturna, que proporciona ao trabalhador rural uma economia de mais de 70%. Assim ele terá condições para irrigar a terra, produzir, dispor de recursos para fazer face a seus compromissos e fazer funcionar a grande máquina agrícola e da pecuária que existe em nossa região. Hoje essa máquina não está funcionando por falta de energia, que, por sua vez, representa o capital, o recurso, o trabalho, a ajuda dos governos estadual e federal em nossa região.

Concedo aparte ao Deputado Paulo Guedes, a quem peço seja breve, a fim de que eu possa terminar meu pronunciamento.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Carlos Pimenta, serei breve até porque V. Exa., de forma brilhante, relatou tudo o que aconteceu ontem, em Brasília, ou seja, tudo sobre a nossa mobilização, o movimento da classe política, no qual se incluem a bancada estadual e federal do Norte, os Prefeitos, as entidades de classe, enfim, todos os que estiveram lá com o Vice-Presidente José Alencar.

Estamos muito esperançosos, já que o Vice-Presidente foi enfático ao dizer que está solidário às nossas reivindicações. Imediatamente pegou o telefone e, num grande esforço - como sabemos, ele atravessa dificuldades em virtude de problemas de saúde -, ligou para o Ministro Mantega, para o Presidente Lula, para o Presidente do Banco do Nordeste e para o Ministro Geddel.

Deputado Carlos Pimenta, gostaria de sugerir que a nossa bancada da Assembléia também faça essa mesma mobilização que fizemos em Brasília. Deveríamos ir também ao Governador Aécio Neves a fim de solicitar que as medidas que foram anunciadas sejam melhoradas e colocadas em prática, o mais rápido possível. Parabênizo V. Exa. pela brilhante explanação que ocorreu ontem em Brasília.

O Deputado Carlos Pimenta - Fica registrado o esforço que fizemos ontem. É difícil ter uma audiência com uma pessoa do porte, da importância do nosso Vice-Presidente, com tantas lideranças representando a nossa região, como já disse do companheiro Maurício Cruz, que está aqui representando Várzea da Palma, do Julinho Pereira, do Alexandre Viana, do Prefeito Athos, demais Prefeitos e dos Deputados Federais. E o que é louvável - e temos de salientar aqui - é que o Vice-Presidente da República, o nosso companheiro mineiro José Alencar, estava ontem com uma consulta marcada em São Paulo, com exame já pré-agendado.

Todo o Brasil sabe que S. Exa. passa por uma situação absolutamente difícil em sua saúde, estando em tratamento de um câncer, fazendo operações em São Paulo e nos Estados Unidos. S. Exa. tem lutado bravamente contra a doença, mas ontem, em contato telefônico com os Ministros Mantega e Geddel, disse que estava deixando de ir a São Paulo na data de ontem, em prosseguimento a seu tratamento - uma sessão de quimioterapia -, para poder atender a região Norte mineira da Sudene.

S. Exa. disse que, por ser produtor rural, mineiro e conhecer de perto essa realidade, estava adiando um tratamento essencial a sua saúde, a sua vida, para realizar a audiência. Isso é forte para nós, tocou-nos e sensibilizou-nos muito. Ele falava com a autoridade de um Vice-Presidente da República e respaldado pelo Presidente Lula.

Como já disse, em novembro estivemos em Brasília, quando foi passada essa pauta. Então já decorreram 90 dias - e, para quem sabe o que é uma seca naquela região, 90 dias não os 30 dias dos gaúchos, que quase morreram desesperados e mobilizaram todo o País para a seca. Aqui, são 90 dias de sofrimento.

Ninguém pode imaginar o que é o trabalhador rural ver sua terra ir a leilão público, e perdê-la por dever a um órgão ou a um banco oficial. Esse banco, em sua insensibilidade, só quer ganhar, e estamos vendo os lucros de bilhões e bilhões de reais dos bancos oficiais, que não têm a sensibilidade de saber o que está ocorrendo e têm uma ação diferenciada para com nossa região.

Caros Júlio Pereira e Maurício, esse esforço deve ser continuado. Temos de insistir e persistir na nossa luta, porque neste ano haverá novamente seca. Então temos de ter a presença real, maciça e objetiva do governo federal.

O Deputado Paulo Guedes fala que temos de ter ação junto ao governo do Estado. Já tivemos a ação do governo, que nos atendeu com medidas emergenciais. O governo Aécio anunciou algumas medidas e, no dia 29 deste mês, S. Exa. estará anunciando, em Montes Claros, outras medidas que fazem parte da competência e da responsabilidade do governo do Estado de ajudar a região Norte mineira.

Não é o momento agora de ficar insinuando um joguinho, de ficar também acoçando o governo do Estado. Ora, o governo, por si só, já está preocupado e comprometido com nossa região. É necessário que também mostremos o que está acontecendo nessa região. Esta tribuna, Deputado Viana, é uma trincheira do povo norte-mineiro.

Esta tribuna é uma trincheira para que possamos mostrar o que está acontecendo.

Graças a Deus, temos pessoas sensíveis, como o nosso Governador e o nosso Vice-Presidente, que certamente vão acudir a tempo o povo norte-mineiro, que está passando por tantas dificuldades. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente, Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, ocupo esta tribuna nesta data para comentar um assunto que, no final da semana passada, foi aqui lembrado pelo Deputado Adalclever Lopes.

Estamos percebendo um trabalho subterrâneo que tem sido feito contra Minas Gerais a partir de São Paulo. Amanhã deverá aportar em Minas Gerais a CPI do Sistema Carcerário para levantar, aqui, uma questão que não é mineira, e sim nacional. Além de entendermos que grande parte do problema carcerário e criminal de Minas é importado do Rio e de São Paulo, também entendemos que é preciso investigar outros assuntos que a imprensa não tem investigado, como, por exemplo, por que há seis anos não se faz o repasse correto do Fundo Penitenciário Nacional para Minas Gerais. Por que é que não se dá o destaque que deve ser dado à divisão de competências?

Os estudos feitos pelos órgãos estatísticos do setor penitenciário mostram, de forma clara, que 64% dos crimes estão ligados ao tráfico de drogas. São crimes federais, que deveriam estar sendo diligenciados e apurados pela competente Polícia Federal. Os presos praticantes desses crimes, os 64%, deveriam estar abrigados em penitenciárias federais. Minas Gerais não tem uma só penitenciária federal, isto é, o Estado não foi aquinhoado com nenhuma penitenciária federal, além de ser boicotado em relação ao repasse do Fundo Penitenciário Nacional. Tudo que se faz em Minas se faz por meio de recursos próprios do governo do Estado, e mais de 12 mil novas vagas carcerárias já foram criadas pelo Governador Aécio Neves, no seu período de mandato.

Estou me referindo a isso pela estranheza que causa a CPI do Sistema Carcerário. Por que não vão ao Pará verificar a atuação da Governadora do PT? Por que não vão ao Rio de Janeiro verificar os equívocos das intervenções federais no sistema de saúde? Por que não verificam as intervenções do Exército e da Força Nacional no Rio de Janeiro, que não funcionaram? Por que, em São Paulo, não trabalham um pouquinho mais para evitar que seus marginais e suas quadrilhas organizadas do PCC não invadam Minas Gerais?

Aproveito o ensejo para cumprimentá-los, pois estiveram comigo em meu gabinete. A luta é nossa, do Norte e Nordeste de Minas. E cumprimento também o Secretário Gustavo Corrêa, que nos visita hoje, falando com os Deputados sobre a liberação dos recursos, que ocorrerá nos próximos dias. Isso é muito bom. Deixo meu abraço ao Gustavo Corrêa, esse jovem intrépido e companheiro de política na nossa região,

em Almenara.

Reportando-me às notícias, nunca leio jornal que não seja do meu Estado, mas comecei a ler os jornais "Folha de S. Paulo" e "O Estado de S. Paulo" e verifiquei uma certa orquestração contra Minas Gerais. Tenho certeza, por exemplo, que, se depender do PSDB de São Paulo, nosso Governador Aécio jamais será candidato a Presidente da República. Vão fazer de tudo para derrubá-lo. As pesquisas nacionais contratadas são também orquestradas para dizer da pouca importância de Minas no cenário nacional. Mas, exatamente no momento em que Minas começa, especialmente por meio do PMDB, a ocupar espaços nacionais com nomes indicados por esse Partido, todas as indicações feitas por Minas são encaradas na mídia como fisiológicas. Ora, o Presidente da República diz claramente que não consegue governar sem o PMDB. Se o governo federal precisa do PMDB, não irá governar com a mão de terceiros, mas deve haver a do PMDB compartilhando. Não podemos assumir responsabilidades nacionais de ministérios e secretarias especiais de governo se não houver pessoas do nosso "staff", do nosso quadro, ocupando os espaços.

Mas, apesar disso tudo, o que estranho é ver como, tímida, a imprensa mineira não está reagindo contra esse boicote de São Paulo, contra essa tentativa de dilapidar os valores de Minas, contra essa tentativa absurda de mostrar que tudo de errado no Brasil existe em Minas, mas não existe em São Paulo nem no Rio de Janeiro. Nem no Pará, da D. Carepa, que gastou uma fortuna para fazer uma farra em Belo Horizonte, noutro dia, e a imprensa mineira não falou nada, apenas as revistas nacionais deram algum destaque.

Minha preocupação é institucional. Minas tem procurado avançar não só em sua obra administrativa. Crescemos quase o dobro do que o Brasil cresceu no período de cinco anos. Isso aconteceu porque Minas está em posição estratégica? Não. Pelo contrário. Minas não tem porto; nossa infra-estrutura federal é a menor do País, embora 60% das rodovias federais passem por nosso território; não temos mar nem porto; em termos de aeroporto, é uma dificuldade, e só agora conseguimos algo para o aeroporto de Confins. Minas tem sido retaliada por Brasília porque esta é comandada por São Paulo.

A estrutura de poder está em São Paulo; a estrutura econômica está em São Paulo. E Minas, com seus valores morais e éticos e sua capacidade construtiva, tem recebido de São Paulo um tratamento diferenciado, monitorado pela mídia e pelas ações dos grupos políticos que se organizam em São Paulo. E até que têm razão, em certo ponto. Quando fui Deputado Federal e ia pessoalmente ao Ministério resolver questões de um Município ou região de Minas Gerais, ia sozinho, mas lá encontrava um Deputado de São Paulo acompanhado de 15, 20 ou 30 empresários. Eles são mais organizados do que nós; realmente, são mais organizados. Mas é preciso tomar cuidado, porque o fato de São Paulo estar mandando no Brasil há tanto tempo tirou do País a característica de unidade nacional. O Brasil não é mais o mesmo; não tem mais aquelas características humanísticas, sociológicas, interessantes, que dele faziam um País diferenciado. O Brasil está sendo um paisinho emergente, com taxa de crescimento limitada, porque, se crescer muito, vai faltar petróleo; se crescer um pouco mais, vai faltar aeroporto, porto, estrada. O Brasil não pode crescer. Certa vez fiz daqui pronunciamento de que o Lula está-se mostrando o homem mais inteligente e o líder mais expressivo das Américas, quicá do mundo: com sua visão elástica e enorme, ele descobriu que o Brasil não pode crescer; se crescer mais de 4% ou 5%, explode. Então, tem aquela bomba de efeito retardado, preparada para explodir na mão do próximo Presidente da República. E, como sabem que aqui em Minas há um Governador que pegou o Estado falido, arrebentado, desestruturado, devendo, com um saldo de caixa negativo todo mês e que consertou e fez funcionar esse Estado, penso que estão deixando para o nosso Governador chegar à Presidência e resolver o problema e desfazer esse imbróglio da falta de infra-estrutura. Minha região tem uma situação interessante: apesar de minha cidade, Teófilo Otôni, ser governada pelo PT, a Rio-Bahia, ou BR-116, está um buraco só a partir de Campanário até a divisa com Bahia. É um buraco só. A travessia de Teófilo Otôni parece o Vietnã, de tanto buraco e desestruturação. Mas o governo federal não move uma palha para consertar a BR-116, apesar de a Prefeita da cidade ser do PT. Acho que não estão gostando muito do que ela está fazendo, não. Parece-me que estão considerando que a Prefeita de Teófilo Otôni também está no rol dos aloprados - até porque Lula dividiu o PT em dois grupos: os sérios e os aloprados - e não querem dar assistência a nós. Desde o início do meu mandato de Deputado, tenho reivindicado ao DNIT e ao Ministério dos Transportes que revejam essa situação. Minha região é conflituosa: está entre aquele contestado que o Deputado Doutor Viana conhece muito bem - a divisa com a Bahia, com o Sul e o Oeste da Bahia, e todas as fronteiras estão abertas para a criminalidade, que também vem da Bahia. Ora, iniciei o meu pronunciamento abordando a questão da segurança pública, notadamente a questão carcerária de Minas Gerais, e fiz referência à visita que receberemos amanhã. Quero ver o espaço que vão dar aos escandalosos problemas carcerários de Minas Gerais. Quero ver como a imprensa mineira vai encarar a visita da CPI Carcerária, que, aliás, não foi ao Rio de Janeiro, não vasculhou São Paulo, nem foi ver as aberrações de D. Carepa, lá em cima, no Pará. Sr. Presidente, situações como essa me deixam preocupado. O País precisa de certo equilíbrio de tratamento da mídia. Minas não pode ser "escanteada" como tem sido, e a imprensa mineira deveria ser um pouquinho mais radical na defesa do nosso Estado, dos interesses de Minas Gerais. Minas tem hoje condições exemplares para o Brasil. Se verificarmos como as coisas acontecem em Minas nas áreas econômica, sociológica, educacional ou de saúde, veremos que tudo funciona melhor do que nos outros Estados. É certo que há pontos críticos localizados: tivemos problemas com o incêndio na cadeia, de assassinato, de quadrilha de traficantes comandando matança de presos nas cadeias. Mas eu disse aqui e ressaltai: 64% - não menos - dos presidiários de Minas Gerais estão lá porque foram condenados por crimes ligados ao tráfico de drogas, que é crime federal. Essas pessoas deveriam ter sido encaminhadas para presídios federais, e não estarem superlotando as cadeias e os presídios de Minas Gerais. Temos problemas nas penitenciárias do Estado, pois estão mandando os pepinos todos para nós. Lembro-me de quando visitei Berlim, no Leste Europeu. Estava achando tudo maravilhoso, limpo e arrumado, sem nenhum problema. Quando fui à Alemanha Oriental, verifiquei que os problemas estavam todos lá. Eles alugavam terrenos para fazer depósito de lixo e de sucata, tudo em Berlim Oriental, que era pobre. Minas está sendo agora o depósito de desgraças do Brasil. A Presidência da República é ocupada por uma pessoa que todo o mundo sabe ser de origem política de São Paulo, que quer manter São Paulo no poder e dilapida Minas para conseguir isso, prejudicando a imagem de Minas em vários setores, com críticas da sua imprensa, que é mais forte que nós, porque São Paulo tem hoje mais de 45% do PIB do Brasil e muito mais recurso para fazer essa propaganda, essa divulgação. Seus jornais têm muito mais exemplares que os nossos, suas emissoras de televisão são muito mais potentes que as nossas - lá se originam os grandes programas nacionais. Fico vendo o Datena bater nos políticos de São Paulo, como se todos os políticos do Brasil fossem do mesmo jeito que eles. Sr. Presidente, a classe política começa, neste momento, a reagir um pouco, e é preciso que reaja mais na defesa das instituições. O Poder Legislativo não aguenta mais ficar a reboque de medidas provisórias. Há um esboço de reação na Câmara Federal e no Senado da República. Se quisesse, o Senado faria muito mais, porque deu uma resposta, no final do ano, em relação à CPMF. Se quisesse, faria mais pelo Brasil, daria uma trancada no sistema de medida provisória, herança de decreto-lei da ditadura. Aí, teríamos o Poder Legislativo mais valorizado. Hoje, vi o Deputado Antônio Júlio fazendo suas apreciações, mostrando que o Poder Judiciário e o Poder Executivo legislam, e até autarquia governamental faz leis. Encerrando minha fala, Sr. Presidente, aproveito para dizer que o Estado tem procurado enfrentar com coragem o problema carcerário de Minas Gerais. Além das 12 mil vagas, encerro comunicando aos companheiros que, no próximo mês de março, inauguraremos um novo presídio em Teófilo Otôni - mais um -, com 300 vagas. Neste ano, há mais cinco ou seis para serem inaugurados. Estamos trabalhando, o governo do Estado está fazendo. O presídio em Teófilo Otôni custou apenas R\$11.000.000,00. Vejam vocês a importância dos investimentos feitos por Minas no setor carcerário. Amanhã, ficaremos de olho, e voltarei à tribuna se a CPI do Sistema Carcerário fizer qualquer mácula ao nome de Minas Gerais, para responder à imprensa de São Paulo e aos congressistas brasileiros, que estão vesgos, com o olho torto, olhando errado para a nossa Minas Gerais. Um abraço.

O Deputado Paulo Cesar - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa presente, público que nos assiste pela TV Assembléia e acompanha nossos trabalhos nas galerias, boa-tarde. Volto hoje a esta tribuna para parabenizar os empresários do setor calçadista de Nova Serrana pelo brilhante desempenho registrado por esse importante segmento da indústria mineira em 2007.

De acordo com dados divulgados na semana passada pelo Sindicato Intermunicipal da Indústria do Calçado de Nova Serrana - Sindinova -, em 2007 o setor registrou aumento de faturamento de 10%, totalizando negócios de R\$660.000.000,00.

Esses números são expressivos, especialmente quando comparados ao crescimento do PIB do Brasil no ano passado, que ficou em torno de 5% e foi muito comemorado pelas autoridades que comandam a economia de nosso país. A profissionalização cada dia maior das empresas, a melhoria na qualidade dos produtos e a busca de novos mercados são os fatores que explicam esse crescimento do pólo calçadista de Nova Serrana.

Para termos uma idéia de como os produtos do nosso pólo calçadista vêm conquistando novos mercados, basta lembrar que as 45 marcas de Nova Serrana que participaram da Couromoda 2008, a mais importante feira do setor no Brasil, tiveram as suas expectativas de vendas superadas.

Na Couromoda 2008, evento que tive a oportunidade de acompanhar em São Paulo entre os dias 14 e 17 de janeiro, foram vendidos 930 mil pares de calçados pelas empresas de Nova Serrana. Os estandes do pólo calçadista mineiro estiveram sempre lotados, apresentando produtos de qualidade e de maior valor agregado. A expressiva presença na Couromoda é oriunda do forte investimento em "design" feito em Nova Serrana, atraindo a atenção de lojistas nacionais e estrangeiros.

Tão importante quanto o esforço de modernização que vem sendo feito pelos empresários está a atuação do Sindinova. De fato, ela tem sido fundamental para que nossas empresas atinjam um grau de excelência na fabricação de calçados. O Sindinova, entre outras ações fundamentais, promove treinamentos nos setores de gestão e produção, apóia as demandas dos empresários e atua de forma decisiva para divulgar o nosso pólo calçadista. Um bom exemplo dessa atuação é a Nova Serrana Feira e Moda, mostra de calçados realizada pelo Sindinova em Nova Serrana que, em 2008, chegará à sua segunda edição.

No ano passado, a Nova Serrana Feira e Moda se transformou, já em sua primeira edição, na maior feira do setor calçadista de Minas, reunindo 200 indústrias de Nova Serrana e região, com R\$14.300.000,00 em vendas, comercialização de um milhão de pares e a presença de mais de 8.200 lojistas e representantes comerciais.

Para este ano, as previsões são as melhores para a Nova Serrana Feira e Moda, que será realizada de 4 a 6 de março no centro de eventos da cidade. Serão 170 estandes, todos já comercializados antecipadamente em razão do sucesso da primeira edição. Como fruto também do êxito da primeira edição, a Nova Serrana Feira e Moda passará a ocorrer duas vezes ao ano a partir de 2008. Além da mostra de março, será realizada outra exposição nos dias 12, 13 e 14 de agosto, evento que já possui 90% dos espaços vendidos.

O Sindinova também exerce missão essencial na defesa dos interesses do setor calçadista mineiro. No início de 2007, fomos procurados pela Diretoria do Sindinova, por meio de seu Presidente, meu amigo e competente empresário Ramon Amaral, para que fizéssemos gestões junto à Copasa quanto ao tratamento do esgoto sanitário em Nova Serrana.

Por meio de nossa atuação, ficou estabelecido que a responsabilidade pelo tratamento do esgoto sanitário das indústrias de Nova Serrana é da Copasa, assim como o tratamento do esgoto sanitário de todas as residências do nosso Município, conforme convênio assinado à época em que eu era Prefeito de Nova Serrana.

A Copasa concluirá até 2009 as obras para a coleta e o tratamento do esgoto sanitário das indústrias do Município, um custo que seria repassado aos empresários se o Sindinova não nos tivesse procurado. Por meio de nossa atuação, conseguimos obter a compreensão dos Drs. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, e Márcio Vasconcelos Nunes, Presidente da Copasa, para essa importante questão. Isso porque a Feam exigia que as indústrias de Nova Serrana assumissem o tratamento de esgoto sanitário no Município por meio de construção de fossas sépticas, para, então, conceder licença ambiental de funcionamento.

Foi também por solicitação do Sindinova que direcionei verba de R\$100.000,00, por meio de emenda ao Orçamento do Estado, para a aquisição de uma moderna máquina de fabricar moldes para calçados, conhecida no setor como Cad-Cam.

A verba foi repassada à Prefeitura de Nova Serrana, que comprará o equipamento e o cederá, na forma de comodato, ao Sindinova, permitindo que todos os empresários do setor calçadista utilizem o maquinário. O novo equipamento Cad-Cam que será adquirido é de última geração e permite aos empresários produzir os mais modernos moldes de calçados, que serão empregados para aperfeiçoar a produção do nosso pólo calçadista, beneficiando nossos empresários, especialmente os que tem menor capacidade de investimento.

Essa conjugação de esforços dos empresários, dos trabalhadores e do Sindinova transformaram Nova Serrana, cidade que teve a honra de governar em duas oportunidades, no segundo maior pólo calçadista do Brasil e o primeiro em calçados esportivos. E os resultados dessa posição podem ser vistos por todos, uma vez que, somente em Nova Serrana, a indústria de calçados gera 20 mil empregos diretos e 20 mil empregos indiretos, sendo responsável por mais de 70% dos empregos do Município.

São 1.000 indústrias produzindo em plena capacidade, responsáveis pela fabricação de 500 mil pares de calçados por dia. Números que mostram a capacidade de trabalho, a competência e a criatividade dos nossos empresários e que continuam nos surpreendendo, já que, há 20 anos, só mesmo em sonho se imaginaria que a então incipiente produção de calçados em Nova Serrana nos transformaria em referência nacional na fabricação de calçados. E foi o sonho daqueles pioneiros, entre os quais me incluo, que permitiram a Nova Serrana transformar-se em uma cidade próspera, com empregos para seu povo e com uma classe empresarial capaz de gerar renda, impostos e lucros, possibilitando que os efeitos do desenvolvimento beneficiem a toda a sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Nova Serrana vem demonstrando como a articulação entre a iniciativa privada e seus representantes podem render resultados sociais expressivos. Por esta razão, faço aqui publicamente um convite para que nosso Governador Aécio Neves, que tenho a honra de servir como Vice-Líder do Governo nesta Casa, compareça à inauguração da Nova Serrana Feira e Moda 2008. Lá nosso Governador poderá constatar como a visão empreendedora de nossos empresários permitiu a melhoria dos processos de fabricação e a transformação do nosso pólo calçadista em negócio profissional e dinâmico, que agrega valor à nossa produção e gera as divisas essenciais ao progresso de Minas Gerais e do Brasil.

A presença de nosso Governador proporcionará ainda maior destaque à divulgação da Nova Serrana Feira e Moda e irá conferir-lhe a dimensão e relevância que, efetivamente, tem para o desenvolvimento do setor calçadista em Minas Gerais.

É importante ressaltar que o setor calçadista mineiro vem conseguindo os expressivos resultados que aqui destacamos mesmo tendo de enfrentar a concorrência desleal dos calçados da China. No gigante asiático, fatores como o baixíssimo custo da mão-de-obra, a ausência de impostos e a qualidade duvidosa da matéria-prima, também comercializada a preços abaixo dos praticados no mercado mundial, tornam quase impossível a concorrência com os fabricantes nacionais. Mas os empresários de Nova Serrana, com qualidade, trabalho e eficiência, conseguem superar também esses desafios.

Dessa forma, a presença do Governador Aécio Neves na abertura da Nova Serrana Feira e Moda será um grande incentivo para que o nosso empresariado se sinta apoiado e tenha mais força para continuar trabalhando em prol do progresso de nosso Estado e do Brasil. Muito obrigado a todos pela atenção.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar V. Exa., os ilustres parlamentares, a nossa TV Assembléia, os assessores, os amigos e todos os que nos acompanham nesta tarde de quarta-feira no Plenário.

Sr. Presidente, devo confessar a V. Exa. que nossa vinda mais uma vez a esta tribuna configura, em princípio, um ato simples que, na verdade, reveste-se de grande conteúdo, porque procura perenizar nos anais desta Casa a memória de um grande brasileiro de Minas Gerais, cujo centenário de nascimento devemos reverenciar. Tal manifestação decorre, sobretudo, de nosso dever de guardar o exemplo, a memória e os gestos de quem serviu em sua época à Nação brasileira e ao Estado de Minas Gerais.

Olavo Bilac Pinto nasceu em Santa Rita do Sapucaí, em 8/2/1908, filho de João Pereira Pinto e de D. Laura Pereira Pinto. Homens existem que nascem predestinados, e nosso homenageado, sem dúvida alguma, foi um deles. Sua predestinação fez com que nunca se afastasse da justiça, sempre fiel ao exemplo de virtude e solidez moral e ética, que não se separam do princípio básico da própria justiça. Formando-se em Direito em 1929, após superar com louvor as etapas do primário e do secundário em sua terra natal, Bilac Pinto começou a labutar na advocacia na Capital mineira, onde também atuou como advogado do Município de Belo Horizonte e ministrou Noções de Direito no Departamento de Instrução da Força Pública de Minas Gerais. Seguiu-se o ingresso na vida parlamentar, com a eleição para a Assembléia Constituinte mineira de 1935. No antigo prédio da Assembléia Legislativa, na Praça Afonso Arinos, iniciou Bilac Pinto sua brilhante trajetória de membro do Poder Legislativo. Constituinte mineiro de 1935, integrou a geração de homens públicos que se tornou responsável pela elaboração da Constituição do Estado, definidora da organização política de Minas Gerais dentro dos moldes inovadores da Constituição Federal de 1934.

A Constituinte mineira reuniu homens públicos de valor, que se projetaram, inicialmente, no cenário político do nosso Estado e, mais tarde, no da Federação, destacando-se Milton Campos, Paulo Pinheiro Chagas, Tristão da Cunha, Abílio Machado, José Bonifácio Lafayette de Andrada, numa referência aos que construíram, no passado, a grandeza do Poder Legislativo de Minas Gerais.

O golpe de Estado de 1937 interrompeu a vida pública de Bilac Pinto, brilhantemente assinalada pela atuação na Constituinte estadual de 1935 e na legislatura ordinária que lhe seguiu. Com o mandato de Deputado cassado pelo golpe de 1937, retornou às atividades de advogado e ao magistério, atuando em inúmeros eventos jurídicos nacionais e no exterior, exercendo com destaque o cargo de Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil.

Durante o Estado Novo, quando as liberdades individuais foram abolidas e pairava sobre todos os cidadãos deste país o poder autocrático do ditador, foi signatário do "Manifesto aos Mineiros", documento que exprimiu a inconformidade dos liberais com o poder pessoal implantado nas instituições.

Por essa iniciativa, foi compulsoriamente aposentado e perdeu o cargo de professor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Em outubro de 1950, foi eleito Deputado Federal pela União Democrática Nacional – UDN -, marcando seu mandato legislativo pela oposição ao segundo governo Vargas. Ainda se reelegeu para a Câmara dos Deputados nos pleitos de 1954, 1958 e 1962, sempre pela legenda da UDN, agremiação política que também presidiu a partir de 1963, depois de liderar a sua bancada naquela Casa Legislativa. Também ocupou, em 1961, no governo de Magalhães Pinto, a titularidade da Secretaria das Finanças do Estado de Minas Gerais.

Com a vitória do movimento político-militar de 31/3/64, que depôs o Presidente João Goulart, passou então a participar ativamente da estruturação do novo regime. Ascendeu à Presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro de 1965, permanecendo no cargo até dezembro do mesmo ano, oportunidade em que promoveu a realização do seminário sobre a reforma do Poder Legislativo.

Atuou como Embaixador na França, entre abril de 1966 e abril de 1970, sendo então nomeado, pelo Presidente Médici, Ministro do Supremo Tribunal Federal, onde ficou até agosto de 1978. A partir de então, passou a se dedicar à advocacia e à Editora Forense, de sua propriedade. Foi autor de inúmeras obras jurídicas e, no campo de atuação parlamentar, entre diversas iniciativas e proposições, foi de sua autoria o substitutivo da UDN ao projeto da Petrobras, que estabelecia o monopólio do Estado para a pesquisa, a lavra, a refinação e o transporte de petróleo por navios e condutos.

A figura intelectual de Bilac Pinto, a sua participação na vida cultural do País e o enriquecimento político que trouxe à vida pública nacional o inscrevem no rol dos grandes homens de nossa história, que sempre se orientaram pelas lições maiores do espírito de Minas e que se firmaram como servidores permanentes e obstinados da causa pública. Bilac Pinto pertenceu a uma geração de grandes homens, período singular da história republicana: escritores, homens cívicos, servidores da Pátria. Cabe-nos, lembrando-lhe o exemplo, indicá-lo aos de agora e aos de depois, para que se mirem nele e o sigam, para que lhe aprendam a verdadeira lição e a realizem. Esse grande mineiro veio a falecer em 18/4/85, na cidade do Rio de Janeiro.

Celebramos, Sr. Presidente, o primeiro centenário do seu nascimento e sua consagração na história e, por essa razão, pedimos vênia aos nobres pares para, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, prestar sincera homenagem à memória de Olavo Bilac Pinto, mineiro liberal, brasileiro patriota e democrata de escol.

E, mesmo que a longevidade não lhe tenha permitido estar conosco nesta hora em que o reverenciamos, fazemo-lo na pessoa de seu neto, o Deputado Federal Bilac Pinto, que também já figurou nesta Casa como um dos pares mais atuantes, a quem peço que seja o portador junto a todos os familiares do reconhecimento do povo mineiro a essa figura exemplar de Bilac Pinto, que tanto dignificou a nossa terra.

Que seus ensinamentos sejam seguidos por todos os pares e políticos de nosso Estado e do Brasil!

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, a deferência. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/2/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando, a partir de 3/3/08, Geraldo Marcos Leite de Almeida do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Maria de Paula Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Geraldo Marcos Leite de Almeida para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Máira da Cunha Pinto Colares para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando, a partir de 3/3/08, Valdecir Raimundo Barbosa do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Graciela de Matos Gonçalves para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Domingos Sávio

nomeando Múcio Francisco Prado para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fahim Sawan

exonerando, a partir de 3/3/08, Marcos Alexandre Figueiredo do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Marcos Augusto Neves do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Marília Naves Gonçalves do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Wânia Aparecida Vinhal do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Eliana Faria Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Lamounise Maria Alves Ribiero para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Marcos Alexandre Figueiredo para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Marília Naves Gonçalves para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas;

nomeando Tais Ude de Sousa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Terezinha Aparecida Alexandrino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Wânia Aparecida Vinhal para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

exonerando Ângela Raimunda Belfort dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete da Deputada Gláucia Brandão

exonerando Patrícia Zingoni Machado de Moraes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro

exonerando, a partir de 3/3/08, Liliâne Cristina Gomes Miari do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Marcos Augusto Neves para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz

exonerando, a partir de 3/3/08, Analaura Ferreira Campos Pereira do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Eraldo Firmino de Castro do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Genilton Nonato Martins do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Gustavo Corrêa Lima Ignácio da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Igor Dias Alves do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Lécio de Sousa Neto do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Maria Luiza Nonato Martins do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Paulo Emílio dos Santos do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Sandoval Geraldo Coelho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Sílvia Leticia de Castro do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/3/08, Umberto Alves da Silva do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Analaura Ferreira Campos Pereira para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;

nomeando Eraldo Firmino de Castro para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Genilton Nonato Martins para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Gustavo Corrêa Lima Ignácio da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;

nomeando Igor Dias Alves para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

nomeando Lécio de Sousa Neto para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas;

nomeando Maria Luiza Nonato Martins para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Paulo Emílio dos Santos para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Sandoval Geraldo Coelho para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;

nomeando Sílvia Leticia de Castro para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Umberto Alves da Silva para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Alice Simão da Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando Ana Carolina Pereira de Vasconcelos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Cecília Cardoso Cangussú Souto do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 4 horas;

nomeando Edmilson Dias Ramos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Marluce Celisio Naves para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 4 horas;

nomeando Roosevelt Sebastião Spanhol para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 3/3/08, Gláucia Fátima de Barros do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Participação Popular;

exonerando, a partir de 3/3/08, Graciela de Matos Gonçalves do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Célio Moreira, Vice-Líder do BSD;

nomeando Pedro Luiz Neves Vixter Ananias para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Participação Popular;

nomeando Valdecir Raimundo Barbosa para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Célio Moreira, Vice-Líder do BSD.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 3/3/08, Luana Fernandes Santos do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Farley de Oliveira Paula para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Liliâne Cristina Gomes Miari para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.123, de 4/11/92, 5.198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, assinou o seguinte ato:

nomeando Lilliane Marly de Araújo para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, à vista do disposto no artigo 40, I, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, nas Leis nºs 15.014, de 15/1/04 e 16.833, de 20/7/07, e no laudo médico da Coordenação de Saúde e Assistência, datado de 19/2/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez, a partir de 11/2/08, com proventos integrais, calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 10.887, de 18/6/04, o servidor Maurício Marques Trigueiro, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Consultor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2007

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2007

Objeto: contratação de empresa especializada em prestação de serviços gerais.

Fica sem efeito a publicação relativa ao processo licitatório em epígrafe e verificada na edição de 28/2/2008.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2008

Objeto: aquisição de vacinas de vírus inativo contra gripe.

Pregoeiro vencedor: Imunosul Distribuidora de Vacinas e Prod Med Hosp Ltda.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Construtora Mattos Baracho Ltda. Objeto: execução de reforma em gabinete no andar térreo do Palácio da Inconfidência. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 15 dias a partir de 15/3/2008 e 15 dias para mobilização contados da assinatura do contrato. Licitação: Convite nº 2/2008.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Megatour Transportes e Locação Ltda. Objeto: contratação de empresa para prestar serviços de locação de transporte rodoviário, com serviço de motorista, em "van", para viagens na Região Metropolitana de Belo Horizonte e demais localidades do território nacional, incluindo seguro total. Dotação orçamentária: 3.3.90.39. Vigência: 12 meses a contar da assinatura. Licitação: Pregão nº 70/2007.